

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Valéria de Cássia Silveira Schwuchow

**A (ORTO)GRAFIA NA PRODUÇÃO DE EFEITOS DE
SENTIDOS EM DISCURSO SOBRE A LÍNGUA**

Santa Maria, RS

2018

Valéria de Cássia Silveira Schwuchow

**A (ORTO)GRAFIA NA PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDOS
EM DISCURSO SOBRE A LÍNGUA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau **de Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof^a. Dr. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS

2018

Schwuchow, Valéria

A (orto)grafia na produção de efeitos de sentidos em discursos sobre a língua / Valéria Schwuchow.- 2018.
127 p.; 30 cm

Orientadora: Verli Petri

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2018

1. Análise de Dicruso 2. História das Ideias Linguísticas 3. Ortografia 4. Língua 5. Escrita I. Petri, Verli II. Título.

Valéria de Cássia Silveira Schwuchow

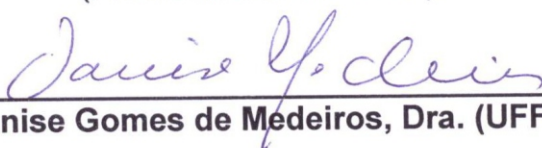
**A (ORTO)GRAFIA NA PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDOS EM
DISCURSO SOBRE A LÍNGUA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

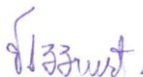
Aprovada em 26 de Fevereiro de 2018:



Verli Fátima Petri da Silveira, Dra.
(Presidente/Orientadora)



Vanise Gomes de Medeiros, Dra. (UFF)



Viviane Teresinha B. Brust, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

Para mim,

buscando afastar-me dos efeitos de sentido de sujeito egoísta — mas, ao mesmo tempo, convocando-os, devido à dispersão dos sentidos, e considerando ser essa uma interpretação possível —, destaco que não quero fomentar uma expectativa, dedicando esta escrita para outros, posta por algo significando em torno de: “Fiz isso por ti”! Tento apagar esse retorno, que não corresponde ao meu propósito, dada as condições de produção, formações ideológicas, formações discursivas, assujeitamento, interpelação e interdiscurso que constituem os sujeitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Verli Petri, que acompanhou meu desenvolvimento científico desde a graduação. Obrigada pela aprendizagem proporcionada a mim, pelas orientações, pelo rigor exigido, pelo exemplo de tenacidade e determinação!

Agradeço à minha banca, profissionais maravilhosas, que admiro e respeito. Obrigada pela leitura atenciosa, pelos caminhos apontados e por compreenderem este trabalho como um gesto inicial no processo do fazer científico!

Agradeço às professoras e aos colegas do Laboratório Corpus – um espaço acadêmico diferenciado na/da Universidade Federal de Santa Maria, que me proporcionou experiências únicas. Particularmente, agradeço à professora Amanda Scherer que, com sua incansável bravura, inspira a todos com suas reflexões e com os (sempre elegantes e requintados) eventos/palestras/seminários/mesas redondas/cafés que promove. Obrigada pelas oportunidades vivenciadas!

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo auxílio concedido.

Agradeço à minha família por defender arduamente seu ponto de vista, causando-me a necessidade de (re)constituir-me enquanto sujeito. Agradeço especialmente à minha mãe, mulher valente e obstinada, que, aos 32 anos, se viu só para criar/educar duas meninas. Mãe, você é meu orgulho! Agradeço também aos meus avós, que reconhecem minhas necessidades de afeto e me surpreendem com suas sabedorias. Agradeço àquele que sempre está em meu coração, aquele que me nomeou e me passou seu sobrenome: obrigada, pai, por ter brevemente existido em minha vida, foi um instante de uma presença indelével!

Agradeço à família Braga pelo companheirismo e pela ajuda nos momentos conturbados, pelos empréstimos do adorável apartamento da Cacá e pelo espaço reservado aos meus estudos na casa da praia. Especialmente, meu obrigada ao Sr. João e à Sra. Serlei, vocês harmonizaram meu fazer ao acolherem meu filho com tanto amor!

Agradeço ao Vitor, parceiro (insistente) que soube proporcionar-me momentos essenciais para a escrita desta dissertação, cuidando de nosso bem mais valioso. Obrigada por reconhecer que eu me (re)construí: isso vindo do sujeito que comigo convive há quase 20 anos é redentor, pois, para mim, porque confirma algo que sinto e, para você, porque demonstra sua atenção e sensibilidade. Conte com meu apoio para a sua labuta científica!

Agradeço ao meu anjo maior, que alivia meu coração com seu sorriso, que me resgata do abismo com sua voz, que me tira da solidão com suas travessuras, meu adorável filho. Felipe, hoje este momento significa para você um afastamento da mamãe, mas jamais estive longe. Seu apoio e encorajamento me fizeram chegar até aqui! Vou fixar, pela escrita, as palavras que repetidamente escutei e que passaram a acalantar-me ao ressoarem em minha memória discursiva: “- Mamãe, fica com os deuses, se diverte estudando, beijo, te amo!”

Agradeço a mim, por conseguir finalizar essa etapa acadêmica, mesmo afetada pelo perturbador efeito de incompletude. Contudo, nesse processo que é a escrita de uma dissertação, instaurou-se um novo/outro gesto em mim, ou, parafraseando Neil Armstrong, um pequeno passo para a Valéria, mas um grande salto no seu fazer científico.

Por fim, e por falar em homens que visitam satélites, agradeço ao David Bowie pelas inebriantes canções, pois elas fizeram parte de minha trilha sonora, essencial para me desprender de minhas “acomodadas” significações.

Filho! A mãe terminou!

(Engraçado, ele já parou de me indagar acerca do término dos estudos há muito tempo, acho que entendeu o que é “processo”...)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria- RS

A (ORTO)GRAFIA NA PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDOS EM DISCURSO SOBRE A LÍNGUA

AUTORA: Valéria de Cássia Silveira Schwuchow

ORIENTADORA: Verli Fátima da Silveira Petri

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 26 de fevereiro de 2018.

Neste trabalho, propomos uma reflexão acerca de uma (orto)grafia, pontuada como um objeto simbólico que (re)produz efeitos de sentidos significando por/para sujeitos em suas produções escritas e orais. Para tanto, presumimos, como ponto de partida e tema gerador, analisar como se dá a formulação da noção de ortografia. Desse modo, constituímos um arquivo composto por documentos que abordam a questão ortográfica, compreendidos entre textos portugueses e leis brasileiras, datados desde o século XV até o início do século XXI. Com base na leitura desse arquivo, selecionamos “Bases da Ortografia Portuguesa” (Viana & Abreu, 1885), por inaugurar um debate a respeito da reforma ortográfica estabelecido em um discurso que manifesta uma noção de Língua em processo de legitimação. Nesse percurso de análise, recorreremos a diversas vozes autorais, especialmente para explicitarmos os efeitos de sentidos e funcionamentos da escrita, visto que depreendemos uma implicação entre escrita e ortografia, sendo a primeira ponderada como princípio e fonte de observação da segunda. Esta pesquisa filia-se a duas teorias: a Análise de Discurso Francesa, que propõe uma interlocução entre a Psicanálise, o Materialismo Histórico e a Linguística – por meio dela, propomos um olhar sobre o processo discursivo; e a História das Ideias Linguísticas, que se estabelece como o campo do saber que mobiliza um estudo da história da constituição linguística – essa perspectiva nos dá subsídios para a discussão da produção de uma escrita para a língua no Brasil, fato esse que resulta na instituição da Língua Nacional Brasileira, ressoando em efeitos de sentidos na ortografia. Guiando-nos por noções como Formação Discursiva, Condições de Produção, Historicidade, Paráfrase, Memória, entre outras, investimos em um gesto analítico no referido documento, buscando compreender como se dá a noção de ortografia, para investigarmos os efeitos de sentidos dessa em relação à (orto)grafia. Temos, então, que a ortografia fora formulada em um discurso reformista que, almejando a união dos sujeitos e da nação, se justificava pela defesa de um padrão para a língua pela forma escrita, o que asseguraria a exclusão da divisão dos sujeitos. No entanto, apontamos um efeito de sentido de hierarquização dos sujeitos ao significarem por meio da (orto)grafia. Ao mesmo tempo em que se buscava o controle, por parte de Portugal, ainda que ilusório, da Língua, notamos a crescente independência linguística das colônias, especialmente do Brasil, pelo desenvolvimento de gramáticas e dicionários. Ademais, comumente relacionada ao bem escrever e ao correto, a ortografia rompe, no objeto, em uma formulação que propõe implicação com a Língua – conceituada pelo viés científico –, assumindo, portanto, um caráter que possibilita a produção do conhecimento. Por fim, referimo-nos à (orto)grafia como parte de uma política capaz de constituir e de dividir os sujeitos e, no tocante à ortografia, como aquela que instaura uma outra divisão, a da língua, posto que a noção de língua, a qual nos filiamos, permite constatar não só uma construção inscrita na norma, mas também uma elaboração a partir do uso.

Palavras-chave: Ortografia. (Orto)grafia. Língua. Escrita. Sujeito.

RÉSUMÉ

Dissertation de Maîtres
Programme de Post-Graduation en Lettres
Université Fédérale de Santa Maria- RS

L'ORTO)GRAPHE DANS LA PRODUCTION DES EFFETS DE SENS DANS LE DISCOURS SUR LA LANGUE

AUTEUR: Valéria de Cássia Silveira Schwuchow
DIRECTRICE DE DISSERTATION: Verli Fátima da Silveira Petri
Santa Maria, le 26 fev 2018.

Dans ce travail, nous proposons une réflexion sur une (orto)graphie, ponctuée comme un objet symbolique qui (re)produit des effets de sens significatifs pour/par des sujets dans leurs productions écrites et orales. Pour autant, nous avons présumé, comme point de départ thème de production, analyser comment se donne la formulation de la notion de l'ortographe. De cette façon, nous avons constitué un fichier composé des documents qui abordent la question orthographique, compris entre des textes portugais et des lois brésiliennes, datés à partir du XV siècle jusqu'au début du XXI siècle. Sur la base de la lecture de ce fichier, nous avons sélectionné le texte portugais "Bases de l'Orthographe de portugais" (Viana et 1885 Abreu), pour avoir inauguré un débat quant à la réforme orthographique établie dans un discours qui manifeste une notion de Langue en processus de légitimation. Pendant l'analyse, nous avons fait usage de plusieurs voix d'auteur, surtout pour rendre explicite les effets de sens et le fonctionnement de l'écriture, puisque nous avons déduit une implication entre l'écriture et l'orthographe, étant la première pondérée comme principe et source d'observation de la seconde. Cette recherche s'affilie à deux théories : l'Analyse du Discours Française, qui propose un dialogue entre la Psychanalyse, le Matérialisme et la Linguistique - à travers elle, nous proposons un regard sur le processus discursif; et l'Histoire des Idées Linguistiques, qui s'établit comme le champ du savoir qui mobilise une étude de l'histoire de la constitution linguistique - cette perspective nous donne des subventions pour la discussion de la production d'une écriture pour la langue au Brésil, fait qui entraîne l'institution de la Langue Nationale Brésilienne, résonnant des effets de sens dans l'orthographe. En nous guidant par de notions telles que la Formation Discursive, les Conditions de Production, l'Historicité, la Paraphrase, la Mémoire, entre autres, nous avons investi dans un geste analytique, dans ledit document en essayant de comprendre comment la notion d'orthographe est donnée, afin d'étudier les effets des sens de celle-ci par rapport à l'(orto)graphie. Nous avons alors, que l'orthographe avait été formulée dans un discours réformiste que, visant à l'union des sujets et de la nation, se justifiait par la défense d'une norme pour la langue par la forme écrite, ce qui assurerait l'exclusion de la division des sujets. Cependant, nous avons souligné un effet de sens hiérarchique des sujets qui veulent dire par l'(orto)graphie. En même temps que le Portugal cherchait le contrôle, bien qu'illusoire, de la Langue, nous avons remarqué la croissance de l'indépendance linguistique des colonies, particulièrement du Brésil, par le développement de grammaires et des dictionnaires. En outre, généralement liée à la bonne écriture et correct, l'orthographe brise, dans l'objet, dans une formulation qui propose l'implication avec la Langue - conceptualisé par le biais scientifique - assumant, par conséquent, un caractère qui rend possible la production de la connaissance. Enfin, nous avons mentionné l'(orto)graphie dans le cadre d'une politique capable de constituer et de diviser les sujets et, par rapport à l'orthographe, établit une autre division, celle de la langue, puisque la notion de langue, à laquelle nous avons adhéré, permet de constater non seulement une construction inscrite dans la norme, mais aussi une élaboration à partir de l'utilisation.

Mots clés: Ortographe, (orto)graphie, Écriture, Langue sujet

LISTA DE QUADROS

Quadro I: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD1	76
Quadro II: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD2	80
Quadro III: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD3	81
Quadro IV: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD4	84
Quadro V: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD5	85
Quadro VI: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD6	86
Quadro VII: Recorte: Modos de ortografar	87
Quadro VIII: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD7	88
Quadro IX: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD8	92
Quadro X: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Nosso Intuito): SD9	96
Quadro XI: Recorte: ensino e ortografia: SD: 10	97
Quadro XII: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Nosso Intuito): SD11	98
Quadro XIII: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Nosso Intuito): SD12	101
Quadro XIV: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Capítulo I e II): SD13, SD14	103
Quadro XV: Recorte: noção de Língua (Capítulo I e II): SD15	105
Quadro XVI: Definição verbete ortografia (Dicionário Caldas Aulete Digital) .	109
Quadro XVII: Definição verbete ortografia (Dicionário Houaiss).....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A Ortografia nas gramáticas do final do século XIX.	99
Tabela 2 Formulação da noção de ortografia no arquivo	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Desacordo entre fala e escrita	44
Figura 2 : A (orto)grafia na/da língua.....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1.1 Percurso acadêmico e o curso da pesquisa	10
1.2 Da motivação e do arranjo da dissertação.....	12
2 APORTE TEÓRICO	15
2.1 Da questão norteadora	15
2.2 Da filiação teórica	17
2.3 Gesto metodológico	19
2.3.1 Um olhar sobre o arquivo	25
2.3.2 Do objeto e de suas Condições de Produção	29
2.4 Noções mobilizadas.....	34
3. DA (ORTO) GRAFIA: NASCIMENTO DA ESCRITA	41
3.1 Escrita e Fala.....	43
3.1.1 Ortografia: fala e etimologia	46
3.2 A supremacia da escrita	49
3.3 Escrita e gramática	51
3.3.1 Ortografia na gramática.....	53
3.4 Escrita: da norma e da não norma.....	57
3.5 Escrita e escritura	61
3.6 A política na escrita e na (orto)grafia	64
3. 6.1 O político na ortografia	65
3.7 Escrita e Língua.....	69
4 GESTO DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO	73
4.1 Vista de olhos no prefácio e no fechamento	74
4.2 Relance de olhos nos capítulos	102
DO QUE TEMOS....(CONCLUSÃO EM PROCESSO DE RUMINAÇÃO)	112
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

Quem não vê bem uma palavra
Não pode ver bem uma alma
Fernando Pessoa

Na epígrafe que trazemos, o poeta diz que “quem não vê bem uma palavra não pode ver bem uma alma”, e eu, tomada pelos efeitos de sentidos movimentados nesta pesquisa, acrescentaria que a alma seria tudo aquilo que pode ser recuperado no Ser, até e, especialmente, o seu nome. Uma amostra disso são as inusitadas situações pelas quais já passei por conta de meu sobrenome, *Schwuchow*: nunca escapei de ter que dizê-lo letra por letra e, ainda, depois disso, mostrar como se dá a sua pronúncia, repetindo-o muitas vezes e “corrigindo” o interlocutor. Hoje, quando alguém me pergunta o nome completo, ao chegar no sobrenome, já o soletro, antes mesmo que me peçam para fazê-lo.

A ortografia do meu nome de família permite reconhecer que se trata de outra Língua, distinta da portuguesa; ao dizê-lo, logo começam as perguntas, é alemão? é russo? e pede-se pela pronúncia que, num gesto de aproximação com a Língua Portuguesa, gera piadas, inúmeras delas acontecidas nos tempos de escola, indo desde o chuchu, chauhau, até churros. Nesse gesto de aproximação a uma pronúncia reconhecível na/pela Língua Portuguesa, a aceitação – ou não – do nome então desconhecido dá-se pela via do humor, o qual irrompe como um espaço de deslize. Nele, provoca-se deslocamento de efeitos de sentidos que levam ao riso, dando a observar que se sai do (sedimentado) lugar do erro e do equívoco na língua¹, isso não somente na pronúncia, mas especialmente na escrita, para esse lugar outro, instigante, que deixa em suspenso tais questões.

¹Grafamos Língua e língua para marcar a diferença entre suas ocorrências: a primeira, quando em funcionamento na associação com a ortografia, fazendo-se também presente na gramática e na ciência, em oposição à segunda, quando a propomos em uma ligação com a (orto)grafia, sendo definida, por ora, com possibilidade de dois funcionamentos, um que representa a língua da norma, outro que recupera a língua do uso; discutiremos a referida noção, de forma mais abrangente, no item 3.7.

Mas, dentro desse espaço de “fuga”/“busca” de efeitos de sentidos, a associação que mais aprecio é a que se consagrou na família e que hoje não escuto mais, porque os que a usavam não estão mais presentes. Ela se organizava assim: meu avô era o chuva, e meu pai, o chuvinha. A última vez que escutei a relação de Schwuchow com chuva foi ao ir “lá fora”, na cidade de Mariana Pimentel, em 2010, e escutar: “Vocês já foram lá em cima? A chuvarada tá toda lá!” Tratava-se do cemitério da cidade.

Sublinhamos duas questões nessa reflexão sobre a ortografia de meu sobrenome: o uso de uma Língua Estrangeira e a escrita de nomes próprios. Quanto ao primeiro, na escrita de uma Língua Estrangeira e, nesse caso, de imigrantes alemães, expõe-se a diversidades de Línguas, comum no Brasil, principalmente no Sul do país, diferentemente de Estados mais ao norte, por exemplo. A presença de Línguas Estrangeiras para os gaúchos, por vezes, já parece naturalizada, basta observar quando redigimos, sem questionar, a combinação gráfica de Schimdt, Schultz, Schumacher, Scherer, Schering, apenas para ficarmos na letra S. Isso posto, apontamos que, nos estudos da Análise de Discurso, teoria na qual filiamos nossa pesquisa, mobilizamos línguas, no plural, e não uma única e exclusiva forma, língua.

Quanto ao segundo, a inscrição de nomes próprios não raro traz escapadelas da ortografia, como ocorre em Octávio, Natalha, se faz presente em variações como Clarice/Clarise, Larissa/Larisa, ou, ainda, quando recupera uma determinada letra, até recentemente não considerada pertencente ao alfabeto português-brasileiro, que indica a memória de uma Língua Estrangeira, como em: Maysa, Wilmar, Katia. Oficialmente, a ortografia da Língua Portuguesa não alcança os nomes próprios, a não ser para identificá-los como estrangeiros, isso pelo uso das letras K, Y e W; contudo, fundamentados nessa pesquisa, sabemos que as discussões iniciais sobre ortografia ponderavam a necessidade de uma uniformização ortográfica para os nomes e sobrenomes da Língua Portuguesa, questão que ressoa hoje quando encontramos a especificidade quanto à permissão do uso das consoantes k, w, y somente para nomes derivados de Línguas Estrangeiras.

A escrita de nomes próprios, bem como a escrita de uma Língua Estrangeira, apresentam-se como aspectos a serem considerados para

discorrermos sobre o funcionamento da (orto)grafia², seja pelo vínculo com a norma na possibilidade dela escapar o sujeito ao fazer um (re)arranjo com o uso da língua, seja pela singularização das Línguas. Por outro lado, a ortografia instituída pelo Estado produz uma ilusão de uniformidade ao pretender administrar o sujeito em suas práticas sociais e políticas, especialmente as que envolvem a escrita.

Ademais, é pela ortografia de uma palavra que reconhecemos uma Língua, e é também por ela, para falar (n)essa língua, que recuperamos uma pronúncia possível. Recentemente, assisti a uma palestra do prof^o Eduardo Guimarães, em que ele recitou o seguinte trecho, intitulado por ele como V ou W, que transcrevo a seguir:

“um pássaro canta com os dedos e sente a vertigem

nada que me canta é indiferente

como saber o que chega se vai ou se some na fumaça cinza que cobre a cidade, Valter ou Walter? Como é que se decide?

Que língua se não a minha, nem mais torta, nem mais certa, nem mais uma, nem de todos, como todas”.

O poema interpela o sujeito quanto ao modo de redigir o nome, questiona se, na grafia, se deve usar V ou W. Assim, quais diferenças teremos ao escrever de um ou de outro modo? A escolha afeta a pronúncia? Altera-se, com isso, a Língua em uso pelo sujeito? Está-se tratando ainda da Língua Portuguesa? Ainda, temos que o acordo ortográfico vigente estabelece em nosso alfabeto 26 letras, não mais 23. Nele, foram inseridas as letras K, W e Y, utilizadas em “casos especiais”, isto é, em palavras derivadas de outras Línguas. Desse modo, a escrita do nome com W apontaria para o político na língua, ou seja, o sujeito considera a presença de outra Língua e a inscreve na (sua)Língua, naturalizando o embate entre as Línguas; da mesma forma, o

²Cabe destacar que pautamos nossa reflexão apreciando que a grafia das palavras é passível de (re)arranjos pelos sujeitos, apesar de haver um controle institucionalizado sobre as formas da Língua, que resulta por eleger algumas como corretas e pertencentes à norma da Língua Portuguesa. Contudo, o desprendimento do oficial pelo trabalho do sujeito com a (sua) língua se apresenta, constituindo um elo desse com a (sua) língua e com o modo como em nosso imaginário ele se inscreve na sociedade. Assinalamos, por essa produção, uma (orto)grafia.

projeto da ortografia, ao eleger um modo único de grafar as palavras para legitimar uma escrita da Língua Portuguesa, nega a diferença entre as Línguas. A distinção entre Línguas pela ortografia se encontra normatizada pelo Acordo Ortográfico quando esse legisla o uso do trema, sinal que passa a marcar uma Língua outra que não a Língua Portuguesa, uma vez que permanece apenas para redigir palavras estrangeiras e seus derivados. Dessa maneira, ao utilizar o trema, o sujeito assinala uma inscrição em uma Língua diversa da Portuguesa.

Movida por tais questionamentos e por proposições a serem explicitadas, a investigação nesta dissertação parte do desejo de saber como, pela imposição de uma ortografia, temos um efeito de dominação política a repercutir em uma dominação ideológica de exclusão social, considerando que a Língua, ao ser instrumentalizada, passa a funcionar para o Estado como um mecanismo de controle. Ademais, recorre-se à ortografia para promulgar uma normatização para a Língua Portuguesa, o que, a nosso ver, afeta os sujeitos, marginalizando-os; sobretudo, promove o imaginário de uma Língua Portuguesa única, fato que se amplia no instante em que a proposta de unidade ortográfica vigora em distintos países que têm, na Língua Portuguesa, a sua língua oficial. Em função disso, faz-se necessário examinar como se constrói o processo discursivo da formulação da noção de ortografia, para, a partir disso, apurarmos seus efeitos de sentidos e seu funcionamento em relação aos sujeitos e (suas) produções escritas e orais³ ao significarem por meio da (orto)grafia.

Para tal investigação, constituímos um arquivo – disponível e discutido na parte 2.3 –, o qual se constitui de documentos pertinentes à questão do desenvolvimento da normatização ortográfica, abarcando desde os primeiros textos portugueses datados desde o século XV, até as leis brasileiras do início do século XXI. Diante de nosso arquivo, predizemos que a discussão acerca da

³ Figuramos escrita e oralidade conforme Orlandi (2013), com funcionalidades e gestos de interpretações diferentes, sendo que, por meio dessas diferenças, as posições (do) sujeito se inscrevem, “as posições (do) sujeito, por sua vez, são uma função da relação da língua com as formações sociais em *seus* (da língua e das formações) mecanismos de projeção imaginários” (ORLANDI, 2013, p. 263).

ortografia data desde o século XV. Contudo, a proposta de uma normatização ortográfica para a escrita da Língua Portuguesa, cunhada sob o nome de reforma ortográfica, principia seu debate no final do século XIX, em um período de transição entre séculos, marcado por diversas modificações políticas, econômicas, sociais e culturais, tanto na Europa quanto no Brasil, as quais afetam, por consequência, as relações de produção. Como exemplo, temos, na França, a organização de partidos políticos de direita e de esquerda; na Alemanha, a intensificação do nacionalismo; no Brasil, a abolição da escravatura.

Com base na leitura do arquivo e diante de tal conjuntura, elegemos **Bases da Ortografia Portuguesa**(Viana & Abreu, 1885) como nosso objeto de pesquisa. Esse, como já dissemos, apresenta a primeira proposta de uma reforma para a ortografia, sendo que, por meio dele, posteriormente, passa-se a ponderar uma reforma ortográfica, em Portugal, quando o Estado português ratifica o Formulário Ortográfico – documento de caráter oficial –, que toma como preceitos o texto a ser analisado.

Logo, nosso percurso trará noções teóricas advindas da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas. Baseados nelas, propomos investigar como se dá o processo discursivo na formulação da noção de ortografia, analisando quais saberes são recuperados e inscritos pelos sujeitos produtores da obra, levantando, considerando que:

O “desdobramento” do sujeito - como “tomada de consciência” de seus “objetos”- é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade *no próprio interior do sujeito*. (PÊCHEUX, [1975] 2014, p.160, grifos do autor).

Em vista disso, os sujeitos autores ilusoriamente acreditam apresentar a exterioridade como sujeitos conscientes de seu dizer; contudo, são atravessados por diferentes formações (sociais, discursivas e ideológicas). A interpretação dessas noções dentro do discurso da língua para a ortografia nos oportunizará estudar os efeitos de sentidos e o funcionamento da noção de ortografia para então a tomarmos em relação à (orto)grafia.

Quanto à significação da proposição “(orto)grafia”, esclarecemos que ela se estabelece em uma implicação com a historicidade, isto é, em uma ligação do sujeito com o simbólico, sendo que, desse embate, se constitui o sujeito e o (seu) funcionamento de língua. Por conseguinte, a (orto)grafia permite observar um modo de significar na sociedade, possibilitando, por meio das tomadas de posição do sujeito quando escreve e oraliza, compreendê-lo em relação a outros sujeitos, à língua e à história.

Nem tudo é permitido na escrita, e a língua traz diversas possibilidades de arranjo; no entanto, a ortografia cria um efeito de unidade no modo como o sujeito se inscreve nessa língua. Ao se submeter ao uso de uma única forma, tenta-se apagar a heterogeneidade. Apesar disso, é pela (orto)grafia que encontramos “maravilhosos delitos ortográficos”, elaborados especialmente na literatura. Para citarmos um autor, tomamos Guimarães Rosa, de quem podemos apreciar o trecho a seguir:

De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos. Vivi puxando difícil de difícel, peixe vivo no moquéim: quem mói no asp'ro, não fantaseia. Mas, agora, feita a folga que me vem, e sem pequenos dessorregos, estou de range rede. E me inventei neste gosto, de especular idéia.

(Grande Sertão Veredas, Guimarães Rosa).

Por fim, a partir da ortografia, propomos uma (orto)grafia, dada em uma correspondência entre língua, sujeito e história, uma vez que, ao escrever, convocamos o funcionamento das línguas, o que acaba por nos constituir enquanto sujeitos. De acordo com Orlandi(2009), a língua apresenta dois funcionamentos: a língua imaginária e a língua fluida; por ora, ressaltamos que a primeira considera a norma, ao passo que a segunda pondera o uso. Diante dessas noções, explicitamos que, pela escrita de uma (orto)grafia, realiza-se uma interpelação ao sujeito, enquanto modo de dizer por escrito, enquanto modo de se constituir como sujeito da e na língua.

Logo, o modo como (orto)grafamos traz o embate de uma língua oficial, promulgada pelo Estado, e uma língua do uso, própria dos sujeitos. A escrita diz do sujeito e do modo como ele compreende (sua) língua. Nesse rumo, a ortografia, ao ser assunto de Estado, passaria a constituir (mais) um meio de

não somente de controlar o sujeito e a (sua) língua, mas de excluí-lo pelo modo como escreve (sua) língua.

Dessa maneira, propomos, nesta dissertação, refletir acerca da (orto)grafia que afeta nosso imaginário de língua, no momento em que a língua da regra e a do uso se representam na/pela escrita do sujeito, sendo diferenciadas, na escrita, pela (orto)grafia. Acrescentamos ainda que a ortografia, ao uniformizar o simbólico, produz efeitos de apagamento da heterogeneidade, ao mesmo tempo em que trabalha a ilusão de uma unidade de língua e de sujeito.

1.1 Percurso acadêmico e o curso da pesquisa

Ter um sobrenome que recupera um questionamento acerca da ortografia em um encadeamento da língua com os sujeitos não foi o ponto inicial para motivar meu interesse por esta pesquisa, embora o dar-se conta da ortografia já estivesse em mim desde o nome, constituindo-me enquanto sujeito. Isso talvez tenha sido fundamental para que pudesse me apropriar de meu próprio fazer de pesquisadora – o que vem aflorar, de forma mais significativa, com o início de minha atividade como docente no ensino básico. Lecionar a Língua Portuguesa e tratar de aspectos referentes à ortografia me fez refletir o quanto o aspecto da forma da escrita das palavras intervém na produção textual: ela funciona como um filtro que ofusca o leitor, coagindo-o a recuperar uma memória da palavra escrita, ou seja, impelido a se deter nesses pontos, o trabalho/arranjo da escritura fica em suspenso.

A (orto)grafia salta aos olhos do professor de Língua Portuguesa, ou do leitor mais atento às questões de Língua. Concordamos que a língua e a escrita hierarquizam os sujeitos. Pelos usos gráficos empregados, formamos imagens depreciativas ou não dos sujeitos, pois, para alguns, é permitido uma “licença poética”, enquanto que, para outros, a (orto)grafia se configura como erro. Nos dois casos, a responsabilidade pela ortografia na escrita recai ou no professor de Língua Portuguesa, ou na instituição de ensino, o Estado, o fio inicial dessa trama, o qual se exime quando oferece o acesso à educação e normatiza a Língua. O controle da Língua, pela normatização, carimba no

sujeito um rótulo que diz se esse compartilha da Língua oficializada pelo Estado, ou se está na margem, seja como aquele que deseja entrar, ou como aquele que está dentro, mas que, pelo equívoco posto pela (orto)grafia, deixa uma janela entreaberta, fazendo-nos ver que ninguém está totalmente fora ou totalmente dentro da ortografia.

Em suma, como já mencionei, meu caminho como pesquisadora não teve seu início com essa problemática, embora hoje esteja me sentindo mais confortável e legitimada em dissertar sobre esse tema. O ponto inicial, aliás, se assim pudermos delimitá-lo, para tecer uma narrativa, deu-se do seguinte modo: após um semestre de ingresso no curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua e Literaturas Portuguesa, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), iniciei os estudos na perspectiva das teorias da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas, de início no PET/Lab Corpus e depois — e isso até a formatura — como bolsista CNPq de minha orientadora Prof^a Verli Petri. Tomada pela pesquisa da professora, dei seguimento a algumas das suas reflexões quando passei a investigar os imaginários de sujeito em dicionários regionais, verificando, pela análise discursiva dos verbetes, como se efetivam os efeitos de sentidos produzidos para o homem e para a mulher do Rio Grande do Sul. Apesar de apreciar bastante tal estudo, entendia que deveria buscar algo que saísse do âmbito regional, até que, em uma palestra da prof^a Margarita Correia, fui apresentada ao Vocabulário Ortográfico Comum (VOC). Eu, que olhava para dicionários regionais, vi a possibilidade de contemplar um vocabulário que recupera a Língua Portuguesa. Em conversa com minha orientadora, surgia um projeto de mestrado que trataria inicialmente dos Acordos Ortográficos para chegarmos até o VOC; no entanto, nem sempre as coisas acontecem como o planejado e, no decorrer da pesquisa, deparei-me com outras questões. Assim, o projeto que previa como tema realizar um levantamento histórico-discursivo dos Acordos Ortográficos deriva para algo bem mais pontual, chamando atenção do “como” a (orto)grafia (re)produz efeitos de sentidos nos sujeitos e em suas produções escritas e orais; partindo, para isso, da necessidade de compreender a formulação da noção de ortografia propriamente dita e em funcionamento nos discursos sobre a língua.

Diante dessa proposta, compomos um arquivo que discute a ortografia, do qual selecionamos o discurso **Bases da Ortografia Portuguesa** (Viana & Abreu, 1885), por trazer um debate não só da ortografia como uma norma, mas, acima de tudo, por defender a necessidade de uma reforma ortográfica da/para a Língua Portuguesa. Debateremos a ortografia no entremeio da ciência e da política, uma vez que, pelo objeto selecionado, se manifesta uma concepção para ortografia diferenciada das difundidas no período, bem como, por ele, recorre-se ao mecanismo da política na tentativa de ocupar um espaço que suscita questionamentos com a finalidade de promover a reforma ortográfica. Em suma, tomamos a obra como ela mesma se intitula, como uma base, capaz de incitar uma deliberação para a escrita da Língua Portuguesa, por meio de alterações na ortografia.

1.2 Da motivação e do arranjo da dissertação

O interesse pelo tema da ortografia, acolhido no momento da escrita do projeto, decorre de, pelo menos, duas motivações linguístico-históricas. A primeira consiste em ser essa uma questão que suscita indagações desde o século XV, quando os estudos formulados pelos portugueses já reconheciam a necessidade de uma normatização ortográfica para a escrita da Língua Portuguesa, justificada pela grande variedade de formas de redação de uma mesma palavra, diversidade essa produzida principalmente pelos escritores portugueses. Com o acontecimento da colonização do Brasil por Portugal, ocorre a sobreposição da Língua do colonizador, a qual se mistura com a(s) Língua(s) do colonizado fomentando diferenças que se reproduziam na escrita e na fala. Essa diversidade, sobretudo, amplia-se com a crescente difusão da escrita promovida pelo surgimento da imprensa e pelo avanço da escolarização; com isso, o problema das divergências ortográficas alcança o Brasil.

A segunda é que, a contar do século XIX, o debate acadêmico cedeu lugar para a formulação de disposições jurídicas, “o discurso jurídico de caráter definitivo e imperativo permite que se estabeleçam pelo viés do acadêmico as bases para a prescrição e formulação das decisões” (MARIANI & SOUZA, 1996,

p. 90). Nessa mudança de esferas, apresenta-se um movimento, o qual perpassa o desenvolvimento de uma normatização para a escrita da Língua Portuguesa, transitando pelo interesse em decretar a obrigatoriedade do uso dessa forma escrita de uma Língua Oficial para os oito países⁴. Tal deslocamento se apresenta como relevante, uma vez que ele propicia atentarmos para a ortografia como uma abordagem gramatical da Língua que não se limita somente à padronização do registro de símbolos gráficos, mas abrange o fato de um aspecto da língua também poder responder a interesses políticos e econômicos.

Diante disso, e pelas reflexões desenvolvidas no processo de escrita deste trabalho, principiamos um debate acerca da (orto)grafia, considerando que a ortografia, oficializada pelo Estado, pretende atuar de forma positiva no sujeito e na língua, dado que, pela “defesa” da simplificação e da uniformização da forma escrita se (re)produzem formações ideológicas.

Contemplaremos, portanto, para o desenvolvimento da pesquisa, os seguintes objetivos: instituir um arquivo que trace um percurso da discussão ortográfica até a sua promulgação por leis; selecionar um objeto, do arquivo, relevante para a questão ortográfica; debater a escrita em sua implicação com a ortografia, para compreender os vínculos com a fala, a gramática, a norma, a não regra, a escritura, o político e a língua; analisar o processo discursivo inscrito na formulação da noção de ortografia, valendo-nos, para tanto, das noções teóricas da Análise do Discurso e da teoria das Histórias das Ideias Linguísticas e, por fim, refletir acerca da noção oficializada de ortografia em um elo com o fazer da (orto)grafia por sujeitos nas produções escritas e orais.

Explicitada essa proposta, cabe apresentarmos a sequência do estudo:

2. “*Aporte teórico*”: iniciaremos pela indicação da questão de pesquisa, bem como pelas teorias às quais este trabalho se filia; apresentaremos nosso

⁴ Os oito países, hoje independentes, constituídos pelo processo de colonização portuguesa, em que a Língua Portuguesa é oficial são: República Popular de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República de Moçambique, República Portuguesa, República Democrática de São Tomé e Príncipe e República Democrática de Timor-Leste; Ainda: a dependência com a colônia foi rompida em momentos distintos nos diferentes países; contudo, todos recebem como herança a Língua Portuguesa e todos a mantêm a língua oficial.

gesto metodológico, já expondo o arquivo, para aprofundarmos nosso olhar sobre ele, estabelecendo uma ligação com a história e, após, delimitaremos nosso objeto, trazendo suas condições de produção; a última etapa dessa parte traz as noções teóricas fundamentais para as análises.

3. “*Da (ORTO) GRAFIA: nascimento da escrita*”: traçaremos um percurso das noções de escrita para significar a ortografia; nesta parte, contemplamos um levantamento linguístico-histórico, perpassando efeitos de sentidos e funcionamentos da/para a escrita, tomando-a em referência à fala, à gramática, à (não) norma, à escritura, à política, à língua.

4. “*Um gesto de leitura e interpretação*”: realizaremos a análise do processo discursivo na formulação da noção de ortografia em nosso objeto de pesquisa; para isso, destacamos o Recorte Discursivo como unidade para ver as filiações de sentidos produzido para a noção de ortografia, bem como os saberes que comparecem na formulação dessa noção.

Após apresentarmos a organização das partes, destacamos o processo de escritura investido para compor a dissertação, que prevê: 1) o alargamento da implicação entre escrita e ortografia; 2) a observação dos mecanismos ideológicos articulados na discursividade para a formulação da noção de ortografia, ancorada nas análises dos saberes arranjados nos dizeres para ortografia no objeto; por fim, propomos apresentar um debate acerca do arranjo da (orto)grafia do/pelo sujeito, sugerido com base nos levantamentos desenvolvidos nos capítulos.

Resta acrescentar que estamos cientes de que o tema não se encerra neste trabalho; aqui trazemos apenas um gesto de leitura e de interpretação, de muitos que o assunto pode proporcionar.

2 APORTE TEÓRICO

A ortografia é um fenómeno da cultura, e portanto um fenómeno espiritual.
O Estado nada tem com o espírito. O Estado não tem direito a compelir-me, em
matéria estranha ao Estado, a escrever numa ortografia que repugno, como não tem
direito a impor-me uma religião que não aceito.
Fernando Pessoa (Pessoa Inédito, 1993)

2.1 Da questão norteadora

A grafia de uma palavra pode variar, o que permanece até mesmo quando se institui uma norma a ser seguida, o que passa a ser uma “ortografia”, em uma tentativa de conter o movimento dos efeitos de sentidos, situação que nem sempre acontece, como vimos pelo exemplo do trecho de Guimarães Rosa. Os deslizos, os (re)arranjos, tanto na oralidade quanto na escrita, continuam, embora a ortografia procure produzir, na palavra, um efeito de controle, ao fixar uma forma e seu sentido, ou, uma forma à seu(s) sentido(s). Pois, a Língua e a escrita – que são vivas e estão em constante circulação – permitem (re)elaborações.

Pela ortografia de meu sobrenome, instaura-se uma possibilidade de interpretação da diferença, convocando espaço para o equívoco/deslize, “é o sujeito se trabalhando e sendo trabalhado na sua exposição aos efeitos do simbólico, aí representados por duas línguas” (ORLANDI, 1996, p. 124). Há distinção entre as Línguas e, num gesto de interpretação, o sujeito recruta, do interdiscurso, uma acomodação reconhecível das formas, produzindo uma outra ortografia, (re)arranjando o incômodo e estranho acúmulo de consoantes. Por meio desse gesto, o sobrenome passa a significar na Língua Portuguesa, mesmo que instaure, para isso, outra palavra e, conseqüentemente, outros/novos efeitos de sentidos.

Em vista disso, colocar a ortografia como aquela capaz de instaurar uma uniformização suscita outras reflexões, considerando que “a ortografia toca a questão do sujeito, da classe social e do estado” (MEDEIROS & SOUSA, 2015, p.120). Sob o interdito da ortografia, língua e escrita não estariam mais “livres”; tal imposição resulta, portanto, no controle dos procedimentos do sujeito com a língua.

Em face dessa alegação e baseadas no tema, nos objetivos e na justificativa apresentados na introdução, pretendemos responder à questão de como se dá a formulação da noção de ortografia, para discursar acerca da (orto)grafia produzida pelos sujeitos como um lugar que constitui as relações sociais significando para/por sujeitos.

Para tal sondagem, selecionamos **Bases da Ortografia Portuguesa** (Viana & Abreu, 1885), porquanto encaramos tal objeto como um discurso fundador, isto é, aquele assim produzido: “quando os autores não são apenas autores de suas obras, mas quando produzem alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos” (ORLANDI, 1993, p. 24). O referido texto estreia, em seu discurso, o ponto de vista da questão ortográfica, alicerçada no discurso da ciência, o que gotejará em debates e, posteriormente, na promulgação das leis ortográficas. Por exemplo, traz as ideias de simplificação e uniformização, as quais vão estar reproduzidas nas leis e nos acordos.

Para mais, tal objeto suscita indagarmos como a discussão para a instauração de uma política de língua instituída pela ortografia mobiliza formações ideológicas na tríade língua, sujeito, história, promovendo a defesa da pretensa unidade linguística pela ortografia, um mecanismo que, em prol do progresso, pela via da moral e pela via da utilidade, estrutura as relações sociais, dividindo os sujeitos.

Por esses motivos, interessa-nos tentar conhecer como um discurso sobre a língua discute a ortografia, filiando-se, para isso, à ciência, embora deslize para efeitos ideológicos diversos. Supomos que, pela normatização ortográfica, se pretende despertar uma forma positiva de se conceber a língua e o sujeito, na tentativa de instaurar uma unidade não somente para a língua, mas também para as formas sociais. Para examinar essas premissas, requer que realizemos uma análise dos efeitos de sentidos construídos no discurso sobre a língua. Para esse fim, orientamo-nos por teorias que permitem analisar o discurso visto então como: “um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico” (GREGOLIN, 1995, p.20). Olhar para o modo como o discurso se articula com a história e a sociedade que o produziu, atentando para o

funcionamento da língua e a inscrição dos sujeitos, é uma das possibilidades dispostas pelas teorias.

2.2 Da filiação teórica

Nossa pesquisa se insere na área dos estudos linguísticos, sendo a Linguística uma das diversas maneiras de se estudar a linguagem; sua abordagem se dá pela Língua. Os modos de estudar o objeto da Linguística, a Língua, variam conforme a época, a conjuntura ou os autores que trabalham o conceito. É diante dessa gama de possibilidades de significação que alguns pesquisadores franceses deliberam a linguagem de maneira muito específica, na interlocução entre a Psicanálise, o Materialismo Histórico e a própria Linguística, por uma teoria não subjetivista da subjetividade, e inauguram a Análise de Discurso. Estudos de pesquisadores brasileiros, particularmente instalados na Universidade Estadual de Campinas, coordenados pela professora Eni Orlandi, em cooperação com um grupo de pesquisadores da Universidade de Paris 7, sob a supervisão de Sylvain Auroux, deram continuidade ao campo de estudos da História das Ideias Linguísticas.

Filiamos nosso trabalho no enleio entre esses dois campos da produção do conhecimento: Histórias das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso Francesa; a primeira se coloca como o campo do saber que nos permite realizar um estudo da história da constituição linguística do Brasil. Tal teoria nos dá subsídios para discutir a história da ortografia no Brasil, especificando que essa se desenvolve com a averiguação da produção de uma escrita para a língua no Brasil, fato esse que resulta na instituição da Língua Nacional Brasileira, bem como nos traz reflexões acerca de estudos da jurisdição da Língua Portuguesa, presente, por exemplo, nos acordos ortográficos. Enfim, tal teoria nos possibilita a compreensão dos processos de produção de efeitos de sentidos que tratam da Língua Portuguesa no Brasil no seu vínculo com a constituição e com o funcionamento do Estado brasileiro, servindo, portanto, de base para a construção e para o desenvolvimento de nossa pesquisa acerca da ortografia da Língua Portuguesa.

A segunda teoria mencionada, Análise do Discurso Francesa, demanda um olhar sobre o processo discursivo. Com ela, movemos noções que permitem contemplar o funcionamento da língua, da história e do sujeito. Por seu intermédio, constatamos que o discurso se inscreve em um determinado momento social e histórico para produzir efeitos de sentidos; ele está sempre afetado pela ideologia, promotora de relações de força na e pela língua, e pelo inconsciente, os quais constituem o sujeito. Dito de outro modo, o discurso coloca a linguagem em funcionamento, estabelecendo uma junção entre sujeitos e sentidos, afetados pela língua e pela história; encontramos, portanto, um processo capaz de constituir sujeitos e produzir efeitos de sentidos. Diante disso, o discurso implica uma exterioridade à língua, ele a apresenta no social, trazendo à baila questões não só linguísticas, mas particularmente recuperando outras, advindas dos aspectos históricos e ideológicos.

Neste trabalho, tal circunstância nos permite analisar os efeitos de sentidos, supondo, para isso, os já ditos, os atravessamentos e as reformulações, pois a língua não é transparente, nela se fazem presentes implícitos, ambiguidades e contradições. Salientamos a necessidade de se estabelecerem relações com a exterioridade, constituindo, ao mesmo tempo, o sujeito e a língua, porquanto sempre posta em circulação em determinada situação sócio-histórica.

Na teoria da Análise de Discurso não tratamos somente da língua, ou da Linguagem, ou da fala, mas, antes de tudo, do discurso, assim constatado:

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo atravessado pelas indeterminações inconscientes) de deslocamento no seu espaço [...]. (PÊCHEUX, 1990, p. 56)

Pela citação, a noção de discurso se apresenta como uma prática de linguagem que nos permite reconhecer as diferentes inscrições sócio-históricas; assim, o discurso é muito mais do que a fala, ou do que a Língua, ou mesmo do que um texto oral/escrito, pois temos sujeitos e sentidos afetados pela língua, pela história, pela sociedade. A partir dessa noção de discurso, pretendemos, com a teoria, “compreender a língua fazendo sentido, enquanto

trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2015, p.13), isso porque, ao amparar o homem na história, a Análise de Discurso leva em conta os processos e as condições de produção da linguagem. Desse modo, a investigação se dá pelo entrelaçamento da língua com os sujeitos e com a conjuntura histórica e social na qual o discurso é produzido.

Apresentamos, portanto, em nosso trabalho, uma articulação entre as teorias Análise de Discurso Francesa e História das Ideias Linguísticas, em que a primeira se desenvolve numa perspectiva política, com Michel Pêcheux, investigando a língua, a história e o sujeito, enquanto a segunda se caracteriza por ser uma teoria que trata da História dos Estudos da Linguagem, cujo principal escopo é descrever e interpretar os processos de gramatização. Ressaltamos que a articulação entre as teorias Análise de Discurso Francesa e História das Ideias Linguísticas não se caracteriza pela junção de métodos, dado que cada uma tem suas especificidades metodológicas, mas que o seu ponto de cruzamento está em possibilitar uma “visão histórica da ciência” (NUNES, 2008, p. 109), permitindo, com isso, o estudo das ciências da linguagem, ou, “qualquer saber produzido sobre a linguagem na história” (NUNES, 2008, p. 109). Desse modo, a união das teorias nos permite olhar para os textos e para os documentos oficiais que compõem nosso arquivo, não se limitando a uma descrição de períodos e de acontecimentos, mas, sim, interpretando o funcionamento desses dentro de suas condições de produção.

2.3 Gesto metodológico

Explorar a concepção teórica apresentada, na presença de nossa questão de pesquisa, requer constituirmos um arquivo. Salientamos que a composição de um arquivo, com a procura e a seleção de documentos relevantes, caracteriza-se como uma tarefa que gera certa inquietude, uma vez que escolhas são realizadas, bem como temos a dependência com o passado e com o futuro. Com isso, “o lugar mesmo do arquivo seria o da disjunção de forças, da crise do conceito, da incompletude do dizer” (BITTENCOURT, 2017,

p.162) sempre se apresentará o “fora” do arquivo, pois o fato de haver um documento é prerrogativa de existir outro documento “fonte”, bem como o fato de o documento selecionado vir a servir também “fonte”, sendo ponto de partida para próximas produções.

Elegidos os documentos, tenta-se organizar a diversidade; para isso, dividimos o arquivo do seguinte modo: os primeiros documentos são os que tratam da questão ortográfica, redigidos por especialistas — no caso, portugueses — e depois as principais leis promulgadoras da obrigatoriedade do modo de grafar as palavras — essas compreendidas, inicialmente, no âmbito brasileiro e, após a criação de organismos como a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), numa abrangência internacional. Logo, nosso arquivo é composto pelos seguintes textos:

- ✓ **Orthographia da lingoa portuguesa: obra vtil&necessariaassi pera bem screuer a lingoaHespanhol como a Latina &quaesquer outras que da Latina teem origem** (1530), de Duarte Leão;
- ✓ **Gramatica da Lingoagem Portuguesa** (1536), de Fernão de Oliveira;
- ✓ **Ortografia da LinguaPortugueza** (1600), de Franco Barretto;
- ✓ **Orthographia** (1741), de Madureira Feijó;
- ✓ **Bases da Ortografia Portuguesa** (1885), de Gonçalves Viana e Vasconcelos de Abreu;
- ✓ **Ortografia Nacional** (1904), de Gonçalves Viana;
- ✓ **Formulário Ortográfico** (1911);
- ✓ **Decreto 20.108 de 1931;**
- ✓ **Decreto-Lei 292 de 1938;**
- ✓ **Decreto-Lei 5. 186 de 1943;**
- ✓ **Acordo Ortográfico de 1945;**

- ✓ **Lei 8.286 de 1945;**
- ✓ **Lei 2.623 de 1955;**
- ✓ **Lei 5.765 de 1971;**
- ✓ **Acordo Ortográfico de 1990 (CPLP);**
- ✓ **Protocolo Modificativo de 1998 (CPLP);**
- ✓ **Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de 2004 (CPLP);**
- ✓ **Decreto 6583 de 2008 (Brasil- CPLP).**

Após a problemática da escolha dos documentos, esclarecemos que vemos o arquivo como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, [1982]1997, p. 57); o autor propõe tal definição ao refletir acerca dos gestos de leitura, os quais estão configurados em três momentos: primeiro, na composição do arquivo; segundo, na chegada do pesquisador aos documentos; terceiro, no modo como o pesquisador concebe os textos. Dessa abordagem, detalham-se as maneiras de ler o arquivo, as quais, conforme (PÊCHEUX, [1982]1997, p. 57), são duas: a primeira delas parte de “uma descrição do trabalho de arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma”, enquanto a segunda estabelece uma implicação histórica que acredita no efeito de apagamento da autoria, pois indica que a prática da leitura e a da escrita sempre foram restritas, poucos liam e escreviam, sendo, com isso, permitido a alguns a autorização de assinarem suas obras, enquanto a outros cabia apenas o exercício de uma repetição e/ou uma tradução, em nome de instituições. Assim, a descrição do arquivo deve ser posta em uma ligação com a história, rememorando para a possibilidade da autoria e/ou de seu apagamento.

À vista de tal entendimento acerca do arquivo, empreenderemos, para com eles, dois modos de leitura, conhecedoras de que assim assimilados eles

estabeleçam uma “divisão social do trabalho da leitura”, como conferimos na citação:

uma divisão social do trabalho da leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações”... (PÉCHEUX, [1982] 1997, p. 58)

Tal enfoque, de divisão social do trabalho da leitura, inscreve-se em nosso arquivo. Os documentos portugueses sobre a questão ortográfica que movimentamos são textos em que está posta uma autoria, ou seja, eles ainda formulam concepções que, originais ou interpretações, elaboram um ato político acerca da ortografia ao questionarem a falta de uma prescrição para a forma escrita das palavras. Por outro lado, as leis que trazemos e constituem nosso arquivo situam a Língua Portuguesa — e sua ortografia — como questão do Estado, quando a autoria é dada pela Instituição e a originalidade, o debate e as formulações teóricas cedem espaço para os efeitos de um tratamento que se institui como literal e as interpretações que a própria lei organiza e ratifica.

Trabalhar a descrição do arquivo implica, portanto, gestos de leiturado analista, que parte do olhar sobre o arranjo do arquivo, passando ao acesso aos documentos e, depois, à reflexão sobre eles, pautando-se por um exame deles em aproximação com a história e com a autoria. Diante desses gestos de leitura, que possibilitam a formulação de um dispositivo metodológico na Análise de Discurso, acrescentamos a noção de gestos de interpretação, o qual “trabalha o efeito da objetividade, levando em conta o deslize, o equívoco, a ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 83), e produz “uma prática discursiva. Linguístico-histórica. Ideológica” (ORLANDI, 2001, p.84). Em outras palavras, a interpretação seria tomada como uma prática simbólica, pois ela irrompe no mundo e permite ao sujeito (moderno) estabelecer efeitos de sentidos.

A questão da divisão social do trabalho facultada na interpretação, segundo Orlandi (2001), contempla a alteração da forma sujeito dada desde o século XVII, em que a língua ultrapassa a crença religiosa na determinação do poder, para, finalmente, no século XVIII, termos outro movimento que “marca

essa relação do homem com os sentidos pois é o sujeito que detém a determinação: o texto é vago e ele é seu intérprete” (ORLANDI, 2001, p. 91). Desse modo, a forma Sujeito Medieval, daquele que só repete e ao qual não é dado o espaço para a interpretação, muda para a forma Sujeito Moderno, aquele que, ao estabelecer uma relação diferente com a língua, não mais guiada pelo dogma religioso — pois lhe é permitido um gesto de interpretação —, pensa os efeitos de sentidos que podem ser diversos. O gesto de interpretação diferencia, ainda, o analista de discurso do sujeito dito comum, na medida em que o analista recorre ao seu dispositivo de arquivo para verificar o mecanismo ideológico, enquanto ao sujeito comum. Sem esse aporte, cabem imposições ideológicas, mesmo que disfarçadas ou apagadas. (ORLANDI, 2001).

Com base nesses pressupostos, recuperamos Petri (2000), quando a autora acrescenta que, ao demarcarmos nosso arquivo, apreendemos gestos de leituras implícitos, esses compreendidos pelo amplo aparato de obras, textos, fontes, entre outros, disponíveis acerca do tema, os quais acionamos ao nos aprofundarmos na questão de pesquisa. A partir disso, “produzimos o *gesto de leitura* particular que já é um *gesto de interpretação*, que desenvolvemos na escritura de nosso trabalho” (PETRI, 2000, p.121, grifos da autora). O desenvolvimento de uma análise e, conseqüentemente, a sua redação, configuram-se um gesto de leitura carregado de um gesto de interpretação, ou seja, reconhecemos haver uma ligação entre os gestos, em que a leitura formulada do ponto de vista do pesquisador promove uma interpretação elaborada na sua própria escrita.

Perante a diversidade de possíveis questões dadas pelo gesto de leitura e interpretação, nossa “entrada” no arquivo demanda uma posição analítica. inferindo que tal posicionamento se apresenta a partir da construção de um processo. Pêcheux ([1969], 2014) nos traz, em forma de indagação, a forma como seria esse processo na Análise de Discurso, sendo interessante, para a sua compreensão, questionar:

uma interação ‘em espiral’ combinando entrecruzamentos, reuniões e dissociações de séries textuais (orais/escritas), de construções de

questões, de estruturações de redes de memórias e de produções da escrita?” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 314).

Nessa problematização do modo de arquitetar tal processo, o autor nos sugere o seu funcionamento. Assim, o processo deve perpassar por construções, elaborações e produções que se tocam, dentro da espiral; por isso, “uma pesquisa multidisciplinar é indispensável para um acesso fecundo ao arquivo” (PÊCHEUX, [1982]1997, p. 55).

Diante de tais proposições, concebemos que o arquivo implica gestos de leitura e de interpretação, decorrente de um ponto de vista do analista, o qual desenha um particular caminho do pesquisador aberto pelo processo. O trajeto, nesse percurso, requer um deslocamento, ou:

um *movimento pendular*, no qual o pesquisador está sempre indo e vindo, da teoria para o *corpus*, do *corpus* para o arquivo, do arquivo para a teoria, e assim sucessivamente, até construir um dispositivo teórico e analítico satisfatório (PETRI, 2000, p. 123, grifos da autora).

Apropriar-se do movimento pendular, de ir e vir, fornece a apreensão de que a leitura e a interpretação do arquivo e do *corpus* dependem de uma leitura e de uma interpretação também da teoria. Como dissemos, recuperando Pêcheux ([1982], 1997), o arquivo é uma gama de documentos relevantes e acessíveis acerca do tema de pesquisa. Assim, determinar os documentos que o compõem gera um primeiro ato; diante dele, cabe assegurarmos um segundo, o qual irá constituir o *corpus* de análise.

O *corpus* corresponde a “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em associação a um certo estado das CP⁵ do discurso” (COURTINE, 2009 [1981], p, 54). Desse modo, o *corpus* abarca uma reunião de Sequências Discursivas (SD), aferidas pelas CP que o sujeito organiza, avaliando, para isso, a subjetividade e o problema teórico. Dessa forma, o *corpus* funciona como um procedimento a auxiliar no desenvolvimento de um método próprio da Análise de Discurso.

⁵Conforme o referido autor, “CP”: condições de produção.

Acrescentamos que a Sequência Discursiva (SD) constitui o *corpus*. Orlandi (1984) discute a organização das SDs a partir do “Recorte Discursivo” (RD), em que “o recorte é uma unidade discursiva”, compreendido como “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação” (ORLANDI, 1984, p.14). Dessa maneira, o RD atua na ordenação das SDs, contribuindo para a instauração de um método analítico. É por meio dele que pretendemos alcançar a produção de efeitos de sentidos, medidos pelos gestos de leitura e de interpretação das discursividades. Apresentaremos, como RD, a formulação da noção de ortografia.

Para o desenvolvimento metodológico de nosso trabalho, seguiremos o que propõe Petri (2004) quando escreve que a escolha das SDs é balizada pelos objetivos da pesquisa, e essas, por sua vez, estão ordenadas nos RDs, os quais estabelecem o *corpus* discursivo. Esse método nos permite delinear, dentro da heterogeneidade que forma o nosso arquivo de pesquisa, uma proposição, na forma de uma ideia, mesmo que essa seja imaginária, organizando, de certo modo, uma unidade para o *corpus* de análise, unidade que se instala no jogo com a heterogeneidade.

A viabilidade da heterogeneidade dentro de uma unidade — ou na unidade dentro da heterogeneidade — é relevante em nossa abordagem, já que trazemos, para a discussão, diferentes documentos, sejam eles textos que refletem sobre a necessidade de uma norma para a ortografia, sejam eles as leis que promulgam os usos ortográficos.

2.3.1 Um olhar sobre o arquivo

De nosso arquivo, selecionamos um objeto que nos possibilite verificar uma produção de efeitos de sentidos para a noção de ortografia, pois, pelo arquivo, constituímos uma memória que se atualiza no momento da (re)formulação. Com base no que colocamos acerca do gesto de leitura do arquivo, traremos, nesta etapa, esse gesto, perpassando uma descrição e uma vinculação com a história. Para isso, separamos nosso arquivo, como já mencionamos, em duas partes: a primeira traz textos portugueses que abordam a questão da necessidade de uma normatização para a ortografia; a

segunda traz leis brasileiras ⁶ que oficializam a ortografia, tornando-a obrigatória.

Dos textos portugueses apuramos um de cada século, a iniciar no XV, com **Orthographia dalingoa portuguesa: obra vtil&necessariaassi pera bem screuer a lingoaHespanhol como a Latina &quaesquer outras que da Latina teem origem** (1530), de Duarte Leão, um texto que aborda a Língua Espanhola e a Latina na ortografia da Língua Portuguesa. Dentre os documentos, temos **Gramatica da Lingoagem Portuguesa** (1536), de Fernão de Oliveira, caracterizada como sendo o primeiro instrumento a descrever o vernáculo português, o qual traz um estado da Língua falada e escrita no século XVI. Já **Ortografia da LinguaPortuguesa** (1600), de Franco Barretto, tem como proposta examinar diretamente a ortografia, sendo que, para isso, o autor questiona sobre “Que cousa he Ortografia, [e] de que consta”. Chegamos à obra de João de Moraes Madureira Feijó, **Orthographia** (1741), um autor de destaque no século XVIII por, de fato, apresentar uma proposta para a ortografia; autor cujas ideias tiveram influência até o século XIX, pois ele se dedica à instauração de uma simplificação para a ortografia. O discurso desse autor concebe a ortografia na escrita e na Língua, ou seja, na grafia e na pronúncia da Língua Portuguesa.

Bases da Ortografia Portuguesa (1885), de Gonçalves Viana e Vasconcelos de Abreu, surge como fascículo explicativo da ortografia utilizada em uma publicação dos autores, integrante da coleção presente na **Enciclopédia de ciência, arte e literatura**, intitulada **A literatura e a religião dos Árias na Índia**; diferentemente do que ocorre com as publicações anteriores sobre ortografia, nesta os autores não seguem uma corrente, fonética ou etimológica; eles se ocupam dos estudos da linguística histórico-comparativa e articulam, portanto, a Língua como sendo um fator social que, por processos individuais, não é capaz de sofrer alterações; tal conceituação

⁶Nossa proposta em trazer no arquivo as leis brasileiras parte do princípio de disponibilizar, para os pesquisadores, um levantamento de documentos, abarcando a esfera jurídica, momento em que a ortografia se oficializa, passando a ser obrigatória e de interesse do Estado.

de Língua em relação à ortografia se faz inaugural nesse texto, por isso o tomamos, conforme mencionado anteriormente, como um discurso fundador da implicação entre Língua e ortografia. De acordo com Kemmler (2009), **Bases da Ortografia Portuguesa** é sondado como a primeira proposta oficial, pois parte de uma exigência do Estado Português para uma regularização da ortografia; embora inicialmente recusada pelo governo, retorna em 1911, com o atributo de servir de fonte para oficializar o uso de uma nova ortografia em Portugal.

Em **Ortografia Nacional** (1904), de Gonçalves Viana, o autor comenta, no prefácio, não ser tal documento um tratado ortográfico, propondo-se, na referida obra, a organizar perguntas com a finalidade de criticar as muitas formas gráficas permitidas a uma palavra. Em meio aos textos portugueses e às leis brasileiras, está o **Formulário Ortográfico** (1911), disponível no portal da Língua portuguesa, o qual atua como um modelo de referência para a regularização e a simplificação da escrita portuguesa em publicações oficiais e para o ensino. Contudo, sua abrangência só atinge Portugal, e a normatização aí proposta não é adotada no Brasil, mesmo que depois venha servir de parâmetro para as reformas propostas.

Por uma leitura possível do arquivo, encontramos que o empenho em desenvolver um projeto de simplificação ortográfica para a Língua Portuguesa tem início em Portugal, especialmente influenciado por discursos de pesquisadores da linguagem, para depois abarcar o Brasil e, por fim, os demais países lusófonos. De acordo com Mariani & Souza (1996), os apontamentos sobre a ortografia — e as suas questões — e a necessidade de uma normatização, tanto em Portugal quanto no Brasil, surgem no meio acadêmico, de modo informal, para, em seguida, adquirirem caráter formal, com a intervenção do Estado, ao serem promulgadas por lei.

No Brasil, a preocupação com a fixação de uma ortografia da Língua Portuguesa inicia-se em 1901, no âmbito da Academia Brasileira de Letras (ABL). Desse modo, enquanto em Portugal já se tinha uma simplificação ortográfica em caráter oficial, no Brasil ela circulava apenas dentro da ABL. Somente em 1931, o Brasil instaura, de modo oficial, o uso de uma norma para a escrita ortográfica pelo **Decreto nº 20.108**, promulgado no governo provisório

de Getúlio Vargas, quando se autorizava a norma ortográfica no ensino e nas repartições públicas. No entanto, de acordo com Kemmler (2009), o Decreto não obtém êxito, especialmente, porque as tendências nacionalistas viram a possibilidade de o país poder adotar duas grafias.

Em 1934, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, no artigo 26º, restabelecia a ortografia usual em vigor no ano de 1891; o referido ato causou grande resistência dos especialistas da Língua, principalmente, por já estarem em circulação e em vigência as normas do acordo de 1931. Em função disso, o governo reconsidera e promulga o **Decreto-lei nº 292**, de 1938: prevendo a aplicação das bases ortográficas do acordo de 1931, aproveita-o para acrescentar a elaboração de um vocabulário ortográfico especialmente proposto para abordar as divergências quanto às questões de acentuação gráfica.

Como prevaleciam descontentamentos no tocante à grafia dupla das palavras, é proposto, em 1945, um novo acordo em Portugal. Esse acordo foi oficializado pelo **Decreto-lei 35.228**, que o institui também para as colônias. No Brasil, a promulgação do acordo se dá pelo **Decreto-lei 8.286 de 1945**; porém, novamente, não há a adesão dos brasileiros a ele, pois acreditava-se que as modificações na ortografia permaneciam favorecendo Portugal. Diante da polêmica, publica-se a **Lei nº 2.623 de 1955**, prevendo o regresso ao acordo de 1943.

Após um longo período de discussões entre filólogos, nos anos 60, de elaborações de projetos, nos anos 70, visando a dar conta das questões ortográficas da Língua Portuguesa abarcando os países que se tornam independentes de Portugal, bem como de encontros, nos anos 80, para tratar da formulação de um acordo plurinacional, é somente em 1990 que se estabelece o acordo ortográfico, em vigência atualmente. O texto do Acordo Ortográfico de 1990 recebe adendos na forma de protocolos modificativos, em 2000 e em 2004, sendo que a obrigatoriedade do uso da escrita ortográfica no Brasil se dá em 2016, por meio de Decreto. É no acordo ortográfico de 1990 que se prevê a elaboração do Vocabulário Comum Ortográfico (VOC), o qual tem como pressuposto a normatização da escrita ortográfica e a difusão da Língua Portuguesa, prestando-se a contemplar um levantamento lexical de

termos técnicos e científicos. Com esse documento, temos um projeto de vocabulário bem mais elaborado do que o iniciado em 1938, o qual tratava somente questões de acentuação.

2.3.2 Do objeto e de suas Condições de Produção

Nosso objeto, que data do final do século XIX, traz um discurso sobre a língua, versando sobre um projeto para a implementação de uma reforma na ortografia. Demarcamos esse discurso como sendo parte de um acontecimento de enunciação, isto é, “textos que se produzem pelo funcionamento da língua nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2014, p. 40); sendo, por sua vez, que o conceito de espaço de enunciação convoca o político, pois permite atentar para as línguas em seu funcionamento em uma relação constitutiva com os sujeitos, (Guimarães, 2014).

De imediato, nosso objeto nos orienta na direção de reconhecermos um espaço de enunciação, a saber, o espaço de Portugal, onde o discurso foi produzido; porém, ele se faz presente também no espaço do Brasil, onde circulava em algumas bibliotecas. Esse acontecimento de enunciação da ortografia, apresentado em dois espaços de enunciação diferentes, ressalta a divisão da língua, uma vez que os “espaços que distribuem desigualmente as línguas para seus falantes, redividem o sensível, ao identificarem os indivíduos ao serem tomados pelas línguas” (GUIMARÃES, 2014, p. 51); com isso, apontamos, além do funcionamento de línguas distintas, uma diferenciação entre os sujeitos, ambos postos pela possibilidade de língua dada na (orto)grafia.

Como parte de um acontecimento enunciativo, **Bases da Ortografia Portuguesa** (Lisboa, Imprensa Nacional, 1885), de distribuição gratuita, composto por 16 páginas, dos autores Aniceto dos Reis Gonçalves Viana⁷e

⁷ Romancista, filólogo e foneticista. Natural de Lisboa. Principais obras: Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne, 1883, separata de Romania, 12, pp 29-98; Bases da Ortografia Portuguesa, 1885; Ortografia Positiva, 1888; A reforma Orthographica em França, 1889; Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros, 1892; Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa,

Guilherme Augusto Vasconcelos de Abreu⁸, passa a inaugurar, a nosso ver, uma discussão da reforma ortográfica, resultando, especialmente, na oficialização de uma ortografia portuguesa em Portugal. Preconizado em estudos comparativos e históricos, o discurso apresenta um debate de aspectos que já estavam sendo estudados por Viana em outros livros seus. Salientamos, além disso, que, do referido discurso, “emerge um sistema, que por não ser sônico nem etimológico, recebe a simples designação de ‘ortografia portuguesa’, para espelhar uma orientação substancialmente diferente da dos sistemas precedentes” (GONÇALVES, 2003, p.350).

Elaborar um gesto de leitura e interpretação sobre um discurso de 1885, produzido em Portugal, por portugueses, requer que reflitamos acerca das suas Condições de Produção (CP). Essa noção desenvolve-se em vista da definição de processo de produção, conforme Pêcheux ([1969] 2014, p. 74), isto é, “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas”. Para o autor, tais circunstâncias são as CP de um discurso, as quais são obtidas pelas relações indizíveis entre circunstâncias e CP. Dessa forma, a noção de CP permite-nos observar o discurso, levando-se em conta as implicações entre as suas condições e o seu processo de produção. Cabe, portanto, voltarmos para as CP em que nosso objeto de estudo foi produzido, uma vez que, conforme nos explica Petri (2004), elas nos encaminham a um dado período das relações de produção, pois são históricas.

Para sabermos como se configurava o século XIX, especialmente em seu final, quando fora publicado o discurso em análise, apontaremos alguns fatos políticos, sociais e culturais relativos ao continente europeu, particularmente a Portugal. Tem-se, em meados de 1880, o mundo global, ou seja, sabe-se que, de maneira mais ou menos adequada ou aproximada, as

1909; Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas, 1904.

⁸ Orientalista. Natural de Coimbra. Principais obras: Curso de Literatura e Língua Sânscrita Clássica e Védica, 1879-98; Questions védiques (1877), *Investigações sobre o carácter da civilização árya-hindu* (1878), Principios elementares da gramática da língua Sânscrita (1879), Bases da Ortografia Portuguesa, 1885; Summario das investigações em samscritologia: desde 1886 até 1891 (1891), *Os Contos, Apólogos e Fábulas da Índia*, 1902.

partes do mundo eram conhecidas e mapeadas. Desse modo, “com mínimas exceções, a exploração já não consistia em ‘descoberta’, mas numa forma de esforço atlético, muitas vezes mesclado a importantes elementos de competição pessoal ou nacional” (HOBBSAWM, 2011, p. 1). Ressalta o historiador que a produção de armamentos, no período da revolução industrial, contribuiu para que se almejasse um mundo mais avançado, marcando que, entre 1880 e 1930, vive-se a idade de ouro, cunhada no ferro e na diplomacia.

Quanto à educação, o quadro delineava-se, conjunturalmente, na promoção da educação em massa, com um ensino primário universalizado, oferecido e supervisionado pelo Estado, cujo mote era a expansão da alfabetização, juntamente com o interesse pela ciência, que levava à criação de associações. A natureza era transformada, mudar significava avançar, tudo em prol do progresso, que era medido e observado pelo homem. Buscava-se o aperfeiçoamento contínuo, garantido, por vezes, pela experiência histórica.

No século XIX, conforme Hobsbawm (2011), constituíam-se os Estados-nação: e, desde 1830, o sentido de Estado é incluído ao de nação, promovendo a ideia de unidade coletiva acima dos interesses particulares, não sendo necessário o compartilhamento de uma mesma Língua para que fosse instituído. A criação de uma nação se daria pela legitimidade do poder coletivo, com o Estado exercendo o papel de representante do corpo da comunidade. Com isso, o autor acrescenta que, na força de gerar um “povo”, os cidadãos de um país organizam uma comunidade, mesmo que imaginada. Assim, seus integrantes tenderiam a coincidir suas memórias, práticas e símbolos, entre outros significantes.

Portugal, nesse percurso histórico, é nivelado a um país atrasado perante o padrão de outros países europeus; contudo, era um Estado soberano, destacando-se como um grande império colonial, especialmente por ainda manter, como colônia, países africanos. O século XIX, em Portugal, foi marcado por movimentos políticos e sociais, dos quais se podem destacar a Questão Coimbrã⁹ (1865/1866), o embate entre liberais e miguelistas¹⁰ (1820-

⁹Querela entre literatos portugueses, que possibilitou o desenvolvimento do movimento realista em detrimento do romântico.

1850), a Regeneração¹¹ (1851); no final do século, ainda, emergem os ideais republicanos e socialistas e nova crise se instaura pelo Ultimatum Inglês¹². No plano da educação, não podemos deixar de lembrar a reforma promovida por Marques de Pombal, que ainda repercutia como uma política conservadora educacional, sendo alterada somente depois das reformas liberais que possibilitaram a criação dos liceus (1836) e do curso superior de Letras (1859). Naquele momento, floresciam métodos para a educação, pela publicação de cartilhas e manuais. Destaca-se, como relevante produção do século XIX, a Cartilha Maternal (1876), de João de Deus.

Dentro dessa efervescência de acontecimentos políticos e sociais, a questão da ortografia volta a ser debatida: **Bases da Ortografia Portuguesa** é publicado quando João Franco estava no governo de Portugal. Contudo, ainda persistiam as agitações políticas, nas quais se destacavam movimentos em prol do ideal republicano, fomentado pelo desejo de reforma da nação. Tais embates políticos culminam com o regicídio, em 1908, que promove a instauração da República, o que se dá em 1910.

No plano cultural, Portugal, em 1880, é marcado pela exaltação do patriotismo ao celebrar o centenário de Camões. Além disso, elabora-se a Conferência do Cassino, a qual vai tratar de questões que procuravam levar Portugal a se igualar a outras nações da Europa. Essa conferência, por sua vez, fora mal vista pelo governo, que a captava como uma afronta à religião e às instituições do Estado. A última dessas conferências, dedicada ao ensino, trouxe, como palestrante, o filólogo Adolfo Coelho, que, anos depois, participaria da comissão da reforma ortográfica.

No final do século XIX, o ensino e a educação eram preocupações latentes em Portugal, sendo especialmente discutida a questão do analfabetismo. Tal situação era questionada pelos literatos que reagiam com ironia e sarcasmo diante da incapacidade política do rei no tocante ao

¹⁰ Travada acerca da sucessão do trono de D. João VI.

¹¹ Ato político que levou os militares ao governo, quando se deu a revisão da constituição e a implementação de reformas econômicas que visavam ao desenvolvimento do país.

¹² Requisição de terras africanas, pertencentes a Portugal, pela Inglaterra; a “entrega” das terras gerou o sentimento de humilhação, provocando a queda do governo português.

planejamento e ao empreendimento de ações que efetivassem alterações educacionais.

Como corrente filosófica dominante na época, destaca-se o positivismo, o qual primava pela experiência, depreendendo que a ciência é que promove o progresso da sociedade. Outra importante vertente da época foi o naturalismo, principalmente após a publicação de **A Origem das espécies por seleção natural**, de Charles Darwin, em 1859. Afetado por esses conhecimentos, os estudos linguísticos, que até então seguiam os pressupostos do comparativismo e supunham as manifestações das leis universais da linguagem humana, passam a reconhecer outras ciências. Dessa maneira, a Linguística como ciência inicia seus passos no século XIX com uma junção de concepções: a geração dos comparativistas coloca-a na perspectiva das ciências da natureza; com August Schleicher, a investigação linguística tem como foco central o aspecto histórico; já com os neogramáticos, as Línguas eram tomadas como produtos históricos, condicionados a determinações geográficas, cronológicas, dentre outros fatores que nelas poderiam incidir.

Especificamente em Portugal, a glotologia firmava-se como uma disciplina da ciência da linguagem, fundamentando-se na orientação histórica e comparativa. Essa era uma teoria exercida como pressuposto metodológico para se estudar as Línguas, servindo à compreensão das questões ortográficas:

A glottologia estuda as linguas por ellas mesmas, para resolver as innumerables questões theoricas que suggerem e só subsidiariamente chega a deducções d'alcance practico, taes como o methodo para o estudo elementar das linguas, a solução dos problemas orthographicos, o ensino da linguagem aos surdos-mudos. (COELHO, 1868, p.XIII).

Cabe destacarmos que as ciências da linguagem, no final do século XIX, compartilhavam do programa global da modernização do conhecimento científico; assim, a repercussão dos estudos linguísticos, nos ditames do positivismo, dava-se na busca do progresso intelectual, material e moral da sociedade. Como meio de se alcançar tal objetivo, a educação e o ensino configuravam-se como o centro das discussões. De acordo com Gonçalves (2004, p. 49), “apenas um ensino pensado e programado em conformidade

com os princípios científicos do positivismo poderia melhorar a educação, contribuindo assim para o progresso e civilização das nações”. Dessa forma, a corrente positivista, assegurada na reconstrução histórica, promovia o progresso da civilização; para isso, a ciência amparava-se no método comparativo. Por seu lado, a ciência linguística articulava o comparativismo ao naturalismo, aproximando linguagem e natureza e, desse elo, surgem epistemes, como a fonética. No século XIX, a fonética era um ramo da filologia, e seu objetivo era

estabelecer uma classificação, quanto possível completa, dos sons da linguagem, de acordo com o seu aspecto fonológico e reduzida preocupação com a descrição dos respectivos órgãos, insistindo porém bastante no lado auditivo do fenómeno fônico. (RIBEIRO, 1973, p. 14)

Servindo-se dos pressupostos da fonética, Gonçalves Viana destaca-se em Portugal como foneticista, descrevendo as diferenças fônicas da Língua Portuguesa — que lhe servem de referência — para abordar as questões ortográficas. Tido como o “fundador da fonética portuguesa e principal ideólogo da reforma ortográfica” (GONÇALVES, 2003, p. 655), Viana produziu obras relevantes que trazem uma reflexão científica acerca da ortografia; dentre elas, está **Bases da Ortografia Portuguesa** (1885), discurso que impulsiona a reforma ortográfica, uma vez que, depois disso, o mesmo autor formula **Ortografia Nacional**, escrito que proporciona a oficialização da ortografia em Portugal (1911).

Isso posto, salientamos que as CP facultam nossa investida na análise da discursividade instaurada no objeto, configurando mais um gesto de interpretação e, ao mesmo tempo, compondo, juntamente com as noções teóricas, um conjunto capaz de permitir a averiguação dos efeitos de sentidos no discurso sobre a língua na formulação da noção de ortografia.

2.4 Noções mobilizadas

Para principiarmos um gesto de interpretação no RD, destacamos a análise da formulação da noção de ortografia, determinada para a execução de

nosso procedimento metodológico. Propomos levantar o funcionamento dessa no interdiscurso, que, segundo Orlandi (2015), configura-se como sendo semelhante à memória discursiva, ou “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2015, p. 29). A noção de interdiscurso nos conduz à apreciação da constituição do discurso, para podermos compreender como a ortografia significa, conforme certa/determinada situação discursiva.

Orientamos nossa pesquisa para a verificação da formulação da noção de ortografia, concebendo que a formulação é um dos processos em que “a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”, pois, “na formulação — pelo equívoco, falha da língua inscrita na história — corpo e sentido se atravessam”, (ORLANDI, 2012, p. 9). Explorando um pouco mais a noção de formulação, recuperamos Courtine (2009), que desenvolve a formulação como:

“uma sequência linguística (...) que é uma reformulação possível de enunciados no seio de uma rede de formulações e que vem marcar a presença de enunciados no intradiscurso de uma sequência discursiva dominada por uma FD, na qual enunciado é um elemento do saber” (COURTINE, 2009, p. 101).

O conceito de formulação funcionaria retomando os já-ditos presentes no interdiscurso, uma vez que, de acordo com Courtine (2009), o já-dito corresponderia à constituição, podendo ser representado por um eixo vertical no qual teríamos todos os dizeres já ditos, ou seja, eles estariam na ordem do interdiscurso; ao passo que, para aquilo que está dito, seria tomado como a formulação, que estaria no eixo horizontal, configurando os dizeres conforme certa conjuntura.

Planejamos apurar o processo discursivo empreendido para a produção de efeitos de sentidos da formulação da noção de ortografia no objeto, tendo por processo discursivo como “[...] sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre os elementos linguísticos – “ significantes” – entre uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 148, grifos do autor). Tal possibilidade explora a averiguação das relações

estabelecidas nas SDs, os deslocamentos ou as permanências de efeitos de sentidos que podem, por um processo parafrástico, manterem-se ou modificarem-se, ao mesmo tempo em que os re-significam.

Ressaltamos que a paráfrase nos permite reconhecer o que permanece nos dizeres, analisando esses como um retorno a uma memória¹³, isto é, pela paráfrase podemos examinar como “produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 2015, p. 34). Logo, pela paráfrase que comparece no discurso produzindo efeitos de sentidos, encontramos a possibilidade de um elo com o sujeito, tomado da suposta ilusão de que é fonte de seu dizer, sendo, a paráfrase, aquilo que se move no processo discursivo. O sujeito, nessa direção, realiza retomadas a referentes que ele reconhece como coerentes para o seu dizer, atestando assim que tal movimento com a língua pode determinar um efeito de sentido ou recuperar outros. Isso, de certa forma, assegura a constituição do sujeito, uma vez que não lhe é negada a impossibilidade de repetir (Petri, 2004).

Propomos, com essas noções, analisar como a formulação da noção de ortografia interpela o sujeito, considerando, para isso, a historicidade. Assim a ortografia seria além de uma forma de escrita de um funcionamento de língua. O vínculo com a historicidade nos permite compreender a subjetividade, pois além da análise do linguístico, há o trabalho da ambiguidade para a noção de sujeito, em que “se determina o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos”, (ORLANDI, 2015, p. 48). Nessa situação, o sujeito é constituído e determinado pela sua condição histórica, sendo, no entanto, esse encadeamento com a historicidade não apreensível pelo sujeito.

Ademais, de acordo com Pêcheux ([1969] 2014, p. 141), “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Segundo Orlandi (2015), essa

¹³ Memória aqui seria aquela capaz de sustentar os dizeres de um discurso, ou seja, ela pode recuperar tudo o que já se disse sobre o assunto. No âmbito da teoria da Análise do Discurso, dispomos da noção de memória discursiva, tratada por Orlandi (2015) como interdiscurso, definido como sendo “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (p. 29).

interpelação, dada pela ideologia, apaga a inscrição da língua na história, para que ela signifique. Tal movimento possibilita a ilusão de uma linguagem transparente, uma vez que “o efeito é o da evidência do sentido (o sentido-lá), e a impressão do sujeito como origem do que diz” (ORLANDI, 2015, p. 46). A referida autora nos esclarece ainda que, dessa interpelação, resulta uma forma sujeito-histórica marcada pela contradição, no momento em que temos um sujeito que se assujeita à língua e à história, sendo, portanto, ao mesmo tempo, livre e submisso.

Isto posto, cabe destacar que, para verificar os efeitos de sentidos da formulação da noção de ortografia nos discursos sobre a língua em nosso objeto, faremos comparecer a noção de ideologia; presumimos que, na produção de conhecimentos, repercute as condições de produção, bem como se dá o resgate de uma historicidade, constituindo o sujeito em seu dizer. Desse modo, a ideologia em nosso trabalho é vista como um efeito do elo entre a língua, o sujeito e a história. Guiaremos-nos por esse funcionamento da ideologia na análise da formulação da noção de ortografia.

A investigação de nossa questão de pesquisa em uma materialidade textual, tomada como um documento que almeja uma reforma ortográfica, selecionada de nosso arquivo e que volta a ele para focar no processo discursivo na/da formulação da noção de ortografia, requer concebermos a noção de memória de arquivo:

é aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantêm os sujeitos em certa circularidade. (ORLANDI, 2010. p. 9)

Pela noção de memória de arquivo, abordaremos os dizeres que permanecem na textualidade. Não se trata, no caso, de uma memória descartável e, sim, da possibilidade de uma retomada. Apreendendo que em Análise do Discurso retomar não é sinônimo de repetir, pois os efeitos de sentidos sempre podem ser outros, consideramos que, na retomada, algo permanece. Temos, por exemplo, o modo como o sujeito se significa e é

significado ao ser interpelado pela ideologia, levando-o a se inscrever em certa Formação Discursiva.

A noção de Formação Discursiva (FD), segundo Pêcheux ([1975] 2014), surge da possibilidade de se reunir um grupo de traços discursivos, sendo esse conjunto dado por aquilo que o teórico chama de máquina discursiva — compreendida como uma ideologia, uma crença. No entanto, o conceito de FD não se encerra aí; ao contrário, tem sequência no percurso das reflexões do autor; mais tarde, passa a ser assim conceituada:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formulação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147).

Tratando do desenvolvimento desse conceito, notamos que ele passa a abranger aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito constituído pela história e pela ideologia; a FD seria ainda, conforme Orlandi (2015), aquilo que, dentro de certa Formação Ideológica, posta sempre a partir de certa posição do sujeito inscrito em um momento histórico e social determinado, é capaz de estabelecer os dizeres possíveis de serem proferidos.

Novamente, o sujeito se faz relevante; na verificação de uma FD, Pêcheux ([1975] 2014, p.163) propõe que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. E completa, acrescentando que tal identificação se dá pela qualidade da forma-sujeito, que resulta por regular os dizeres, sendo compreendida por tomada de posição do sujeito. Indrusky (2007) recupera a noção de tomada de posição do sujeito de Pêcheux e nos explicita modalidades dessa tomada de posição, as quais seriam: uma identificação do sujeito com a forma-sujeito da FD e uma desidentificação do sujeito, semelhante a um distanciamento, levando-o a não mais se identificar com a FD. Com essas noções, pretendemos observar, nas SDs, os efeitos de sentidos arranjados pelo processo discursivo na/para a formulação da noção de ortografia, bem como a tomada de posição do sujeito e

a inscrição de saberes em uma FD, reportando-nos, para isso, à memória de arquivo.

Esclarecidas as noções, destacamos o interesse em refletir acerca da (orto)grafia. Para tanto, analisaremos como se dá a formulação da noção de ortografia no objeto, valendo-nos, para esse gesto, do arquivo constituído. Para esse processo reflexivo, definimos como relevante, antes mesmo de verificar a formulação da noção de ortografia, estudar o funcionamento e os efeitos de sentidos da escrita. Dessa maneira, nosso ponto inicial será pesquisar autores que discutem a escrita, uma vez que, a partir dela, encontramos a prescrição de regras para o grafar e o próprio grafar. Nosso olhar se volta para a escrita, como algo que não somente serve de representação para a Língua, mas como uma possibilidade de elaborar a produção dos saberes e significar o sujeito.

Resgatar uma reflexão acerca da escrita, para abordar a (orto)grafia, deriva do movimento inscrito na própria palavra: ortografia. Em consulta ao **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** (1955), de Antenor Nascentes, encontramos, para o verbete, além da referência grega para o prefixo *orto* como correto e direito, a referência para a desinência latina com a indicação de que o prefixo latino *orto*, para *ortographia*, significa nascimento e/ou origem. Desse modo, a palavra ortografia em seu significado latino permite registrar o efeito de sentido de nascimento da escrita. Significando assim, a ortografia ultrapassaria a implicação com o exato na/da escrita, para alcançar uma implicação de algo que principia a escrita, como um processo que a compreende em seu surgimento/aparecimento/nascimento.

Diante desse outro sentido para ortografia, propomos, como efeito, versar sobre a escrita, reconhecendo que, nesse gesto, promovemos um ponto inicial para o significado da noção de ortografia, pois sem a possibilidade da escrita, não teríamos condições para uma ortografia. Produzir uma reflexão partindo da escrita para chegar até a ortografia nos faz lembrar o que nos propõe Pêcheux([1975] 2014) acerca do trabalho do analista de discurso, quando ele nos diz: o idiota, quando lhe mostram a lua, olha o dedo. E por que não? Em vista disso, o percurso que propomos apresentar será, em um momento preliminar, realizar um levantamento histórico linguístico do aspecto da escrita, apontando os efeitos e funcionamentos dessa em relação à

ortografia para, depois, munidas desses saberes, investigar, em nosso objeto, a formulação da noção de ortografia, desconstruindo a ilusão de evidência. Para isso, vamos nos valer das noções teóricas da Análise de Discurso, anteriormente descritas, bem como vamos nos pautar pela teoria da História das Ideias Linguísticas, na tentativa de efetivar um gesto de leitura e de interpretação.

3. DA (ORTO) GRAFIA: NASCIMENTO DA ESCRITA

Foi orvalhando. O ermo do lugar ia virando visível, com o esboço no céu, no mermar da d'alva. As barras quebrando. Eu encostei na boca o chão, tinha derreado as forças comuns de meu corpo. Ao perto d'água, piorava aquele desleixo de frio. Abracei com uma árvore, um pé de breu-branco. Anta por ali tinha rebentado galhos, e estrumado. –“Posso me esconder de mim?”
Guimarães Rosa (Grande Sertão Veredas, 1956)

A ortografia só existe porque temos a escrita. Assim, tratar da forma de grafar as palavras requer refletirmos acerca da escrita, levando em conta seus efeitos de sentidos e funcionamentos. Desde Platão, há uma discussão que, por vezes, configura a escrita como superior à fala; filósofos, historiadores e linguistas se debruçam nos mecanismos advindos do funcionamento tanto da escrita, quanto do seu processo de aparecimento; com isso, temos diferentes tomadas de posição, acrescentando distintas possibilidades de significação para a escrita.

Partindo dessa ponderação, iniciamos esta parte trazendo um dos primeiros discursos que, a nosso ver, discute o aparecimento da escrita e seus efeitos; é em Platão, mais especificamente na obra Fedro, em um diálogo entre Sócrates e Fedro, que, ao recuperarem o mito do rei Thamous, Sócrates fala sobre os efeitos de se representar o *logos* por meio de sinais gráficos, para tratar a escrita como uma lembrança.

Mas quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória.- Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a lembrança. (PLATÃO, 1994, p.121)

A escrita é apresentada ao rei como um remédio, sua legitimação depende da sua aceitação; contudo, o soberano responde que a fixação do *logos*, por meio de sinais gráficos em um suporte físico, seria como uma

ameaça. Desse modo, ele instaura uma dualidade para a escrita, em que, se, por um lado, ela colocaria em risco o *logos*, por outro, ela proporcionaria uma rememoração.

Derrida (2005) acrescenta que não somente o fato de a escrita ser apresentada ao rei por um outro exterior e inferior, como especialmente o fato de ela depender da apreciação desse para adquirir valor – mesmo sendo o próprio rei incapaz de dominar a escrita, uma incapacidade que, segundo o autor, corrobora para a sua soberania, pois ele não precisa escrever – ela vale-se de sua fala para ditar seus mandos. A escrita seria então rejeitada, para esse rei que fala, a escrita seria maléfica, como um veneno. A ambiguidade instalada pela reflexão platônica leva Derrida (2005) a adotar o conceito de *Pharmakon*: um movimento que resgata as dualidades alma/corpo, bem/mal, dentro/fora, memória/esquecimento, fala/escritura. Nesse ínterim de paradoxos, fala e escrita são dois opostos que se repetem mutuamente, sendo a sua separação impossível. Recuperamos um trecho da obra “**A farmácia de Platão**”, que traz a tentativa de distinguir fala e escrita, ou o bom/mau, verdadeiro/falso.

Portando o *phármakon* numa mão, o cálamo na outra, Platão transcreve o jogo das fórmulas murmurando. O recinto fechado da farmácia amplifica desmesuradamente a ressonância do monólogo. A fala enclausurada bate-se nos cantos, palavras se desprendem, trechos de frases separam-se, membros desarticulados circulam entre os corredores, fixam-se no tempo de um trajeto, nele se traduzem, rearticulam-se, repercutem-se, contradizem-se, formam histórias, retornam como respostas, organizam suas trocas, protegem-se, instituem um comércio interior, tomam-se por um diálogo. Pleno de sentido. Toda uma história. Toda a filosofia. (DERRIDA, 2005, p. 123)

A escrita ressoa como palavras, essas são tomadas por membros imobilizados em um caminho e em um tempo, mas nem por isso estão imóveis, pois, uma vez que os membros passíveis de interpretação produzem efeitos de sentidos, algo mais se forma, mais complexo, suscitam novas indagações, ao mesmo tempo em que questionam as antigas.

Encontraremos a comparação entre palavras e corpos, em Pêcheux ([1975] 2004, p. 45), “as palavras tornam-se peças de órgãos, pedaços do corpo esfacelado (...)”, a escrita como um corpo, e as palavras como membros,

assim as palavras, mais do que isolar as partes dos dizeres no corpo da escrita, possibilitam a observação no tempo, do percurso dado pela inscrição e os seus efeitos de sentidos, bem como a verificação do desenvolvimento de um conhecimento.

Ao se estabelecer entre os sujeitos, na sociedade, a escrita organiza um conjunto de práticas que possibilitou o desenrolar de novas tecnologias e o desenvolvimento dos saberes. Sylvain Auroux, no artigo **O nascimento da metalinguagem**, apresenta o aparecimento da escrita como fator relevante para uma revolução, ou seja, a ideia de que ela seria um dos fatores que promove o surgimento das reflexões sobre a linguagem. Para o teórico, o aparecimento da escrita “é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior” (AUROUX, 1992, p. 20). A escrita seria a primeira revolução tecnológica e inauguraria a possibilidade de o sistema de escrita estar associado ao nascimento das tradições linguísticas.

Nesse horizonte, a escrita atuaria diretamente no desenvolvimento de uma tradição de saber linguístico, desencadeando reflexões quanto à ortografia, uma vez que a descoberta de textualidades novas com escritas particulares desloca o homem, outras memórias são acionadas; o mundo se expande com o acesso às escritas produzidas em um tempo-espaço outro. Podemos completar que o homem, diante desses textos, encontra formas novas de redigir as palavras e, nessa contemplação a outras materialidades escritas, ele aprecia uma grafia que varia dentro de uma mesma Língua, ou entre Línguas diferentes.

3.1 Escrita e Fala

O exame de textos desconhecidos traz à tona a questão da ortografia, “os primeiros tratados sobre a ortografia dos vernáculos precedem a confecção de suas primeiras gramáticas” (AUROUX, 1992, p.65). Temos, então, em um primeiro momento, a ortografia como o ponto inicial para se pensar aspectos da Língua, para, em um segundo momento, com a produção das gramáticas, vermos abarcada não somente a questão da forma, mas outros elementos

linguísticos, ficando a ortografia concentrada como mais um tópico dentro da gramática. Em relação aos tratados, afirma o referido teórico que a principal formulação desses previa uma ortografia que acomodasse o sistema escrito ao sistema oral, não viam problemas em elaborar uma representação da linguagem de forma homogênea, correspondendo a um código gráfico. Tal correspondência parecia ser natural, quando haveria a adequação da palavra ao grafismo e, nesse processo, compareceria um saber mudo, mas já instaurado.

Tal relação entre a palavra falada e a palavra escrita foi pesquisada por Saussure (2012), que compara a pronúncia de uma palavra com a sua forma de escrever, no decorrer dos séculos XI, XIII, XIV, XIX. Abaixo apresentamos o registro de tal constatação.

Figura 1: Desacordo entre fala e escrita

Pronunciava-se:			Escrevia-se:	
no século XI . . .	1.	<i>rei, lei</i>	<i>rei, lei</i>	
no século XIII . . .	2.	<i>roi, loi</i>	<i>roi, loi</i>	
no século XIV . . .	3.	<i>roè, loè</i>	<i>roi, loi</i>	
no século XIX . . .	4.	<i>rwa, lwa</i>	<i>roi, loi</i>	

Fonte: Saussure, 2012, p. 37.

Para o mestre, a Língua se encontra regulada por tal código e submetida à ortografia porque esquecemos que aprendemos a falar antes de aprendermos a escrever, o que o leva a propor um desacordo entre a Língua e a ortografia. Nas suas reflexões, acerca do desacordo entre Língua e ortografia, ele pondera que a ortografia permite a identificação de um código de regras organizado pela Língua. Suas análises na Língua Francesa verificam que, até o século XIII, as mudanças na pronúncia se refletiam na grafia, estabelecendo um equilíbrio. Porém, essa equiparação entre pronúncia e grafia não permanece, pois a Língua está em constante evolução, enquanto a escrita estaria imóvel. A desigualdade na associação se estabelece no século XIV, a

saber, a escrita fixaria uma forma, ao passo que a Língua avançava com suas alterações. Nesse contexto, instaura-se um desacordo entre a Língua e sua ortografia, e tal dissociação afeta o sistema da escrita, que passa a não corresponder mais à pronúncia.

Dialogando com Saussure no que tange à relação Língua e escrita, temos Martinet (1964). Para esse autor, a escrita resulta da correspondência entre signos gráficos e signos vocais, e o signo, quando escrito em um suporte, torna-se permanente, até que esse suporte ou o traço delineado resista ao tempo. A partir disso, ele registra a clássica frase que ressoa do interdiscurso como uma voz sem nome, "a escrita fica, as palavras voam". Com base nisso, cabe indicar o elo entre a escrita e a Língua, em que o som da palavra falada estaria no ar, movimentando-se, enquanto a palavra escrita, com sua forma, estaria estagnada, imóvel.

O encadeamento possível entre oral/escrita é fonte de problematização para muitos outros estudiosos da linguagem, dentre os quais destacamos as ideias de Derrida e de Foucault, para mencionar apenas dois filósofos da maior grandeza no século XX.

Derrida (1973) avalia a voz como a primeira convenção de que temos conhecimento, ela é capaz de elaborar os significantes iniciais e destaca-se porque significa o "estado de alma" quando reflete as coisas por similitude natural; assim, na confluência entre o Ser e a alma, há uma espécie de tradução revelada pela voz, enquanto que, na ligação entre a alma e o *logos*, há uma associação convencional por meio de símbolos, ou seja, pela escrita. Nas palavras do autor, a fala seria uma convenção natural e universal enquanto que a escrita atuaria na fixação das convenções por meio de seus símbolos, isto é, a escrita funcionaria como um meio simbólico convencional capaz de fixar uma convenção natural da fala. Se a escrita, nessa concepção, fixa a fala, a ortografia, ou o modo de escrever as palavras recuperaria essa fala, isso no instante em que a corrente fonética da ortografia assegura uma escrita regulada pelo som.

Nessa orientação, a escrita funciona para Derrida (1973) como uma técnica e, por isso, se acha aberta a novas possibilidades. Mesmo que dentro de seus limites, ela seria uma convenção de símbolos que acomoda a fala,

posta como convenção, o que se efetiva dentro de certa comunidade que partilha dos mesmos signos e de maneira natural, porque se dá de modo espontâneo.

Dentro desse prisma, Foucault (1999) menciona que a natureza primeira da linguagem é ser escrita e nos apresenta uma combinação entre a escrita e a fala, em que “os sons da voz formam apenas sua tradução transitória e precária” (FOUCAULT, 1999, p. 52). Enquanto a fala seria a parte passiva da linguagem, a escrita, por sua vez, seria a parte agente da linguagem, possuidora da verdade, isso pelo lugar que ocupa entre os homens na sociedade.

Aproximando tais apontamentos teóricos, a escrita pode ser vista como aquela que suscita uma relação entre oralidade e escrita, em que a fala representaria uma convenção natural e universal, enquanto a escrita atuaria na fixação das convenções por meio de seus símbolos, respaldando, essa aproximação, nas marcas orais presentes na produção de uma (orto)grafia. Tomada como um *Pharmakon*, que favorece e/ou prejudica o sujeito, a escrita, ao possibilitar a identificação da ortografia, instauraria condições para uma partilha entre os sujeitos, ou seja, de um lado ficam os que acolhem a norma e, de outro ficam os que a rechaçam.

3.1.1 Ortografia: fala e etimologia

A ortografia manteria um vínculo com o uso da escrita, sendo, por sua vez, a escrita posta em uma relação com a fala. A ortografia, sob esse ponto de vista, pode ser conceituada como “o conjunto de convenções que regula a representação dos sons da fala na escrita” (FIORIN, 2008, p.11). Nessa disposição, a ortografia, por ser um sistema convencionado, determinaria a colocação dos sons na forma escrita. Teríamos, portanto, uma ortografia ligada ao som e, conseqüentemente, à Língua, uma vez que essa se realiza por meio de palavras.

A forma de se conceber uma ortografia para a escrita de uma Língua sempre suscitou questões, e tais indagações a levaram a ser relacionada ora com o som, ora com a história, ora com a ciência. Assinalar essas

possibilidades instaura categorias para a ortografia; assim, a forma de se representar as palavras pode ser concebida por diferentes modos. A fim de conhecermos essas categorias, ou os modos pelos quais as questões ortográficas foram sendo abarcadas na sua relação com o som, com a história e com a ciência, traremos Fiorin (2009). O linguista nos apresenta os três momentos pelos quais a ortografia passou: fonético, pseudo-etimológico e histórico-científico. O primeiro, que se inicia no século XII com as descobertas de textos portugueses, mantendo-se até o século XV, foi denominado de sistema ortográfico-fonético; nesse, o modo de grafar as palavras segue a pronúncia. O segundo se dá na sequência do século XV até 1904; nesse estágio, a ortografia está influenciada pelo Renascimento, quando o retorno aos clássicos gregos e latinos ocorre também na grafia das palavras, que tomam, como modelo, modos de escritas latinas, gregas e portuguesas. O terceiro está embasado em estudos realizados, sendo que a principal obra é a **‘Ortografia Nacional’**, de Ancieto dos Reis Gonçalves, de 1904, a qual resgata alguns dos princípios fonéticos e etimológicos, debatidos anteriormente, vindo a servir de fonte para o desenvolvimento das propostas de reformas da ortografia, primeiramente, no cenário de Portugal.

As etapas descritas apresentam o caminho pelo qual as questões ortográficas foram sendo concebidas e aperfeiçoadas. Contudo, essas proposições englobam mais do que a simples compreensão do funcionamento do modo de escrever uma Língua. Temos que, antes mesmo de haver leis regulamentando a forma escrita, as formulações correspondiam a ações de caráter ideológico, abarcando as esferas políticas, sociais e culturais.

O movimento fonético, iniciado em Portugal, onde começam os debates, destaca-se como um grupo ideologicamente forte dentre as demais correntes. Creditamos esse fato por ser esse grupo o inaugurador de uma reflexão sobre a ortografia; encontramos, envolvidos, literatos como Eça de Queirós e Antero de Quental, além da participação de professores, políticos, médicos, dentistas e agrônomos. O projeto da ortografia fonética foi alicerçado em Portugal num período de efervescência intelectual e de exaltação nacionalista. Nesse meio, as discussões pleiteavam também por modificações na educação, no ensino e nas atividades sociais, como podemos conferir na citação:

a necessidade de uma reforma ortográfica, defendida pelos Sônicos, tinha em vista não apenas a simplificação da ortografia como também um combate ao analfabetismo e uma purga dos galicismos gráficos” (GONÇALVES, 2009, p. 101).

Cabe referir que a ortografia fonética defendida pelos Sônicos é apropriada pelo fluxo político do período; com isso, ela se presta ao Estado, pois, ao mesmo tempo em que contribui para fomentar o ensino, colabora na preparação de uma identidade do povo português. Desse modo, a ligação entre a política e a ortografia desponta quando os ortógrafos fundamentam suas propostas com base nas medidas governamentais. A polêmica da adoção de um sistema ortográfico ganha fôlego com a preocupação do governo, especialmente o Português, que se volta para as questões da educação; assim, um arranjo único da ortografia influenciaria na alfabetização dos cidadãos.

As duas vertentes entram em divergência e são questionadas: enquanto a ortografia fonética previa a imposição de uma pronúncia padrão, a ortografia etimológica procura trabalhar a historicidade da Língua, formas arcaicas ligadas ao Latim são recuperadas. Esse período da ortografia, guiada pela etimologia, propõe um retorno àquela Língua concebida como a Língua “originária” do Português. Ainda sobre a questão de se instaurar uma norma para a Língua, temos que, no Brasil, no final da década de 1950, um grupo de estudiosos defende que o falar padrão seria o carioca. É nesse mesmo período, destaca Medeiros (2008), que a Academia Brasileira de Letras (ABL), respaldada pelo Governo Federal, publica o primeiro dicionário com transcrição fonética, o **Dicionário de Antenor Nascentes**. Caminha-se para a normatização da Língua falada e da Língua escrita, por meio da ortografia. Diferentemente, em Portugal, a padronização de um modo de falar não gerou discussões mais profundas, pois a consciência da grande variedade de falares impossibilitou a escolha de apenas uma forma, e o sistema fonético ganhou mais um entrave para sua consolidação.

Discute-se qual corrente ortográfica deveria ser pautada na escrita da Língua, ou, ainda, qual modo ela deveria seguir para prescrever uma norma, o fonético ou o etimológico? Os fonéticos defendiam uma escrita que

favorecesse o ensino com uma ortografia semelhante à pronúncia. Uma querela se instaura, pois era necessário definir qual seria o modo correto de se falar. Por outro lado, os partidários da ortografia etimológica admitiam uma escrita que recuperasse os modelos do Latim. Instaura-se uma querela outra, pois, seguindo esse modelo, a ortografia poderia ser posta em prática somente por aqueles que possuíssem um conhecimento da escrita clássica; a escrita, assim, ficaria restrita a um número pequeno de pessoas.

3.2 A supremacia da escrita

Como mencionamos ao final de 3.1, a escrita seria algo secundário, algo do externo, uma imagem; no entanto, ela adquire certo privilégio e passamos a figurá-la em primazia. Saussure (2012) apresenta-nos alguns motivos para o prestígio da escrita diante da Língua, que seriam: os estudos científicos da linguagem, em que as palavras, com sua forma gráfica fixa e sólida, em contrapartida ao som, apresentavam-se como mais apropriadas para instalar uma unidade da Língua; o fato de que as formas visuais são mais duradouras e visíveis aos indivíduos do que as formas sonoras; o uso do livro nas escolas, bem como o uso de dicionários e de gramáticas, quando a Língua se mostra organizada por um código, “tal código é ele próprio uma regra escrita, submetida a um uso rigoroso: a ortografia” (SAUSSURE, 2012, p. 35).

Compartilhando da asserção de que a escrita adquire certo prestígio diante da fala, Martinet (1964) esclarece dois motivos para tal proposição: o primeiro seria porque aquela tem um caráter duradouro; o segundo seria porque o acesso às obras literárias se dá por meio da escrita, contribuindo para o registro de uma cultura. A fala, por sua vez, seria vista como secundária, enquanto a escrita exerceria papel importante, uma vez que a linguagem, por essa sua natureza escrita, passaria a recompor, pela sucessão das palavras, bem como pela sua capacidade de organização espacial, a ordem do mundo, ou seja, “as palavras agrupam sílabas e as sílabas, letras, porque há, depositadas nestas, virtudes que as aproximam e as desassocia, exatamente como no mundo as marcas se opõem ou se atraem umas às outras” (FOUCAULT, 1999, p. 47); a escrita funcionaria assim como uma linguagem

capaz de ordenar o mundo, porque as palavras permitiriam associações e distanciamentos.

Ainda, a sugestão de uma primazia ao texto escrito em relação ao texto falado deriva, segundo o autor referido, inclusive, de fatos ocorridos em algum momento que contribuíram para esse *status* do texto; para ele, esse privilégio se dá por uma série de acontecimentos iniciados desde o Renascimento. Citando-os: a imprensa, o aparecimento no Ocidente de manuscritos orientais, a literatura não mais oralizada e a interpretação dos textos religiosos; todos eles resultariam por fundar o lugar da escrita no mundo. No entanto, dado o século XIX, ocorre uma reorganização cultural, social e literária, o que permite, então, deliberar a linguagem não mais como representação, mas sim como significação. Tal possibilidade altera a combinação palavra/coisa: “a profunda interdependência da linguagem e do mundo se acha desfeita. O primado da escrita está suspenso” (FOUCAULT, 1999, p. 58). Nessa concepção, temos que a linguagem deixa de ser vista como uma escrita material das coisas, altera-se a supremacia do texto escrito, e ele passa a ser questionado enquanto objeto que significa.

Nessa esteira, a leitura sofre alteração: Auroux (1992) coloca que, para a escrita existir, ela deve ser lida; assim, a concepção de leitura é afetada, especialmente, quando o homem se defronta com a necessidade de decifração de textos inéditos. Ao se deparar com o problema da transcrição de palavras desconhecidas presentes nos textos antigos, ou diante da tradução de palavras de Línguas diferentes, estabelece-se uma mudança no *status* do texto, esse deixa de ser “um simples suporte mnemônico do oral para se tornar objeto de uma verdadeira leitura” (AUROUX, 1992, p. 25). Nessa disposição, pela leitura se dava a observação da ortografia, promovendo discussões para a figuração de uma escrita baseada na oralidade; nesse caso, a fonética asseguraria a possibilidade de uma homogeneidade entre os sistemas, fazendo prevalecer a junção escrita/fala.

Temos, ainda, o movimento em torno de uma reflexão que abarca um saber linguístico pelo levantamento de palavras; na forma de listas escritas, essas têm a função de servirem como um compêndio mnemônico de leitura, ou como instrumento para a aprendizagem. A preparação dessas listas de

palavras é apenas o início de uma série que se expande até a redação de gramáticas e de dicionários. À referida fase, o autor anteriormente referido conceitua como a “revolução tecnológica da gramatização”¹⁴, possibilitada pelo desenvolvimento da escrita.

3.3 Escrita e gramática

A gramática como instrumento que descreve a Língua concebe, em sua “evolução”, a escrita, de diferentes maneiras. Atualmente, explicita-nos Auroux (1992), a escrita está desvinculada de sua função primeira, a saber, servir para se aprender a falar, ou seja, a gramática trazia então um conjunto de regras que permitiam a construção de palavras. A gramática não contempla o fato de que aprendemos a falar nossa Língua de maneira espontânea, ou seja, pela prática da fala; o contrário ocorre com a escrita, pois ela requer uma aprendizagem diferenciada, porquanto está configurada dentro de um sistema específico.

Nessa direção, a gramatização contribui para a uniformização das palavras, uma vez que a escrita, concebida, nesse caso, como processo, não se relaciona mais diretamente com a Língua: suas técnicas e seu suporte são (re) formulados, estão em constante transformação, provocando, com isso, mudanças nos saberes, “as grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem” (AUROUX, 1992, p.32). Dessa maneira, a escrita seria mais do que uma representação da fala, considerando-se que ela repercute nos modos de existência da linguagem e da cultura.

Ponderar sobre a escrita e a ortografia, presentes na historicidade da língua, mobilizando sujeitos e memória, requer trabalharmos com a história do pensamento sobre a linguagem, uma história que verifica as filiações teóricas e

¹⁴Por gramatizaçãodestacamos “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65)

que permite também entrever a formação de ideias linguísticas. Ou seja, tal estudo demanda atermo-nos ao fato de que as teorias têm história, e esse reconhecimento nos possibilita refletir acerca dos efeitos sobre a produção de um imaginário de língua, de povo e de cultura. Nessa condição, a história das ideias linguísticas nos oportuniza questionarmos a escrita como aquilo que suscita uma identidade, o que nos é possibilitado pelas pesquisas sobre a autoria das primeiras gramáticas brasileiras que investigam aspectos entre a Língua Portuguesa do Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal. Temos, com esses estudos, que, “com a autoria dos gramáticos o século XIX é, entre outras coisas, um momento intelectual definidor na direção de se pensar a Língua, suas instituições e seus sujeitos, assim como a escrita” (ORLANDI, 2013, p. 177). Assim, com o processo de gramatização da Língua Portuguesa em circulação no Brasil, instaura-se a legitimação de uma escrita própria do Brasil.

Diante disso, a produção de gramáticas brasileiras contribuiu para a constituição de uma Língua Nacional no Brasil, pois resgata as especificidades próprias do Brasil, conforme nos explicita Orlandi (2013). De acordo com Guimarães (2008), há, na Língua Oficial e na Língua Nacional, uma relação entre institucional e imaginário, ou seja, a língua que o Estado normatiza e a língua que está em uso pelos sujeitos.

A produção de instrumentos linguísticos que registram uma Língua Brasileira recupera um momento em que a Língua adquire o caráter nacional; nessa fundamentação, entende-se a “língua nacional como sendo este imaginário de língua que se reveste de uma unidade que cobre assim um território correspondendo a um Estado-nação” (ORLANDI, 2009, p. 13). O sujeito, nesse caso, apropria-se da língua e da escrita dessa língua para se significar, por meio de uma (re)significação dos sentidos; assim, nesse processo em que se silenciam outras línguas e escritas, constrói-se uma identidade nacional.

Por outro lado, temos a Língua Oficial promovida pelo processo de colonização por Portugal, institucionalizando a Língua Portuguesa como oficial no/do Brasil. Zoppi-Fontana (2015) toma como principal ato político, para tal acontecimento, o Diretório dos Índios (1757), dando-se, com ele, a relação de pertencimento do sujeito com a língua (oficial). Com “a língua oficial da

cidadania brasileira” (ZOPPI-FONTANA, 2015, p. 222), os colonizados têm a subjetivação e a individualização afetados pela ideia de uma Língua Portuguesa homogênea, contribuindo, nesse/por esse imaginário de língua, para a construção de uma identidade nacional.

Assim, mais do que ser um instrumento que traz as normas e regras da escrita de uma Língua, a gramática institui um gesto capaz de permitir uma implicação de pertencimento entre uma nação e (sua) língua, pelo ato da escrita e, pelas formas ortográficas das palavras. Fato esse que comprovamos quando nos deparamos com um estranhamento quanto à forma redigida de uma palavra conhecida, no caso, falamos da Língua Portuguesa produzida no Brasil e em Portugal, quando identificamos, pelo registro gráfico, o lugar em que determinado texto foi produzido, ou que pretende alcançar.

3.3.1 Ortografia na gramática

A escrita nos proporciona olhar e movimentar a Língua, e esta, por sua vez, apresenta-se como um arranjo consolidado dentro de um grupo linguístico. Nesse caminho, vemos a possibilidade de marginalização de uma comunidade ou de um indivíduo pelo exercício da escrita. Com isso, temos que a escrita de um funcionamento de língua e, especialmente, a sua (orto)grafia trazem indícios das mudanças ocorridas no sistema linguístico, sendo que, por ela, recuperamos uma memória da língua. Por exemplo, registram-se grafias de difícil interpretação tanto os textos portugueses medievais, porque se valiam de muitas expressões galegas, quanto os textos portugueses medievais datados de até o século XVII, porque, mesmo redigidos somente com o uso de palavras portuguesas, apresentavam diversidade nas grafias outrora utilizadas. A pesquisa em textos antigos portugueses, como esses, atesta essa memória e essa dificuldade. Não ao acaso, a preocupação com uma ortografia se dará desde o século XV, com a descrição gramatical.

A escrita da Língua Portuguesa, durante o período que vai dos textos do século XIII às primeiras gramáticas portuguesas, no século XVI, não apresentam uma normatização para a grafia. Isso, em parte, porque a escrita dos textos era trabalho dos copistas e dos escribas que formulavam soluções

gráficas quando confrontados com possibilidades fônicas ausentes no Latim, Língua tida como modelo e como referência.

O desenvolvimento das gramáticas, ao mesmo tempo em que prevê normas, particularizando uma escrita ao diferenciar uma Língua da outra, ou a mesma Língua, pela forma como a palavra é redigida, contribui para a formação de um povo. Já a legitimação de uma Língua e de uma escrita é conferida pelos instrumentos linguísticos: a gramática e o dicionário (AUROUX, 1992), em razão desses realizarem a descrição, a representação, a fixação, a normatização e o registro de uma Língua e de sua escrita. Temos, com isso, que a composição de gramáticas constitui um gesto que promove um sentimento de pertencimento entre uma nação e (sua)Língua, pois a escrita e, especialmente, a prescrição de normas, como as da ortografia, colaboram para a diferenciação entre as Línguas.

Direcionando nosso olhar para as primeiras gramáticas portuguesas, destacamos que essas traziam, como tema principal, a ortografia. A obra “**A Gramatica da Lingoagem Portuguesa**”, de Fernão de Oliveira, datada de 1536, “nada mais é do que um tratado sobre ortografia” (PAGOTTO, 2007, p. 36). Com essa publicação, as discussões para o estabelecimento de regras na escrita se intensificaram. Naquele momento, as gramáticas portuguesas versam especialmente sobre a ortografia: temos as gramáticas de Duarte Nunes de Leão (**Orthographia**, 1576; **Origem da Lingua Portuguesa**, 1606), Bento Pereira (**ArsGrammaticae Pro Lingua Lusitana**, 1672), D. Jeronimo Contador de Argote (**Regras da Lingua Portuguesa**, 1721), Joao de Moraes Madureira Feijo (**Orthographia**, 1734), D. Luis Caetano de Lima (**Orthographia**, 1736), Luis Monte Carmelo (**Compendio de Orthographia**, 1767). Contudo, a gama de edições que tratam da ortografia não resolve o problema, ou seja, as questões sobre a divergência da grafia, ainda restrita a Portugal, seguem através dos séculos, expandem-se para outros continentes e tornam-se lei. Segundo Teyssier (1982), as obras desenvolvidas nesse período nos possibilitam acessar dados acerca da história da Língua, por meio das discussões ortográficas, mais do que o estabelecimento de regras, comum a uma gramática.

No Brasil, a produção de gramáticas brasileiras serve não somente ao desenvolvimento de saberes sobre a Língua Brasileira, como também possibilita “a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática” (ORLANDI, 2013, p.177). Tal processo de gramatização brasileiro configura um gesto que desvincula a Língua Portuguesa do Brasil daquela de Portugal, ou seja, a língua em funcionamento no Brasil acaba por ser legitimada, e o efeito disso é o aumento das divergências ortográficas entre os dois países. Dito de outra maneira, a criação de gramáticas brasileiras institui um diferente funcionamento da Língua Portuguesa, acirrando as discrepâncias na ortografia, “o Brasil criou uma norma linguística própria e nunca aceitou que Portugal tivesse o monopólio da legitimidade da Língua. Isso se reflete na existência de uma cisão ortográfica” (FIORIN, 2009, p.10). Assim, à medida que o Brasil se constituía como Estado independente da colônia portuguesa, afirmava a presença de uma Língua própria, com uma língua, escrita e ortografia particulares.

Debater sobre a questão da ortografia, em nosso trabalho, faz funcionar a relação entre a linguagem e o mundo, constituindo sujeitos e efeitos de sentidos; portanto, as divergências ortográficas instauradas, a nosso ver, pelos copistas, pelas gramáticas, pelos escritores e pela imprensa instala um movimento com a língua por meio da escrita. Nesse rol de possibilidades com/da língua pela escrita, apresentam-se as diferentes formas de redigir uma palavra. Como vimos, as gramáticas, mesmo prescrevendo uma norma, traziam mais de um modo ortográfico para o vocábulo, sendo que, pelas gramáticas brasileiras, se vislumbra a produção de uma escrita ortográfica outra, separando-se de vez das formas portuguesas.

No entanto, temos que conjuntamente às gramáticas, a literatura motivou esse olhar para a necessidade de uma ortografia, já que o autor literário, como mencionam Medeiros & Sousa (2015), ao mexer com a língua, produz reflexões sobre ela isso leva a compreender que tal prática sobre a língua atinge tanto o imaginário quanto o dizer sobre ela. Apontar, portanto, o trabalho do escritor literário sobre a língua seria entender que ela, por ser dinâmica, pode ser, conseqüentemente, afetada quando posta em curso pela escrita em um funcionamento de língua repercutido em uma (orto)grafia. Assim,

conforme Medeiros & Sousa (2015), o literato investe em três gestos sobre a língua: o primeiro seria quando esse cria palavras novas, os neologismos; o segundo seria o próprio dizer quando se produz prosa e poesia; e o terceiro seria quando esse escreve colunas, ensaios e glossários, aprimorando, pela/sobre a linguagem, um saber.

Tal movimento com a língua, posta pela escrita por parte do literato, resulta na (re)organização da ortografia — temos, nessa situação, uma (orto)grafia, pois por meio das obras literárias, podemos depreender uma reflexão sobre as diferentes formas de escrever uma palavra e a possibilidade de se instaurar uma única maneira de redação. Questionava-se a “autoridade” de o escritor produzir formas escritas, o que poderia causar, pela grande diversidade de modos, uma dificuldade na ‘fixação’ de uma forma para a palavra. Como se não bastassem as múltiplas ortografias dos escritores, conjuntamente com as das gramáticas portuguesas do século XVI, a criação da imprensa ampliou a circulação de materiais escritos, expondo e aumentando a diversidade de modos de grafar as palavras. Chega-se, inclusive, a criar uma ortografia própria da imprensa, contrapondo-se esta a aquela difundida pelos gramáticos e pelos escritores.

O acesso aos materiais impressos são restritos a somente um grupo social específico, ou seja, “a grande massa de analfabetos simplesmente não conta, é um fora constituído enquanto tal: um não existir para a língua” (PAGOTTO, 2007, p.37). Em outras palavras, a escrita circulava apenas para uma pequena e elitizada comunidade que a utilizava em suas escrituras, enquanto a grande população produziria uma gradação na aprendizagem da escrita, ao passarem das formas orais para a escrita, causando uma discrepância ainda maior na ortografia, pois escrevia-se como se falava.

Cabe ressaltar que a imprensa no Brasil é estabelecida com a chegada de D. João VI, em 1808; antes, era Portugal que gerava e distribuía os jornais e os livros, e, mesmo com publicações no Brasil, os leitores eram escassos: “em meados do século XIX, o Brasil era um país cuja cultura mantinha traços fortes de oralidade” (LAJOLO, 1996, p. 109). Nesse período, faltavam escolas, bibliotecas e livrarias, e a literatura que se produzida resgatava, na escrita, a fala brasileira. Assim, incidem sobre essa questão, tanto a imprensa com sua

ortografia particular que acabava por instaurar formas para a escrita, quanto, especialmente no Brasil, a prática da escrita, que tinha como ponto de partida a oralidade, bem como a literatura que, por sua vez, resgatava os falares brasileiros. Esses fatores, juntos, contribuíram na adoção de formas ortográficas que, por vezes, se afastam das de Portugal. Pela prática escrita e falada da Língua Portuguesa no Brasil, identificamos que se trata de outra e diferente Língua, e a ortografia, dentre outros aspectos linguísticos, mostra-nos essa disparidade.

Enfatizamos que, a grafia ou a escrita nem sempre foi tomada como correta (orto), ao contrário, circulava entre os sujeitos uma variedade de modos de redigir uma palavra, a necessidade de uma ortografia se deu por meio de fatores que difundiram a escrita, dando visibilidade as possibilidades com/da língua.

3.4 Escrita: da norma e da não norma

Considerar o prefixo *orto* de ortografia, como o correto, convoca-nos a refletir acerca da noção de norma, para isso, recorreremos à concepção de norma desenvolvida por Coseriu (1979), enquanto parte do sistema da Língua. O conceito do teórico versa sobre a norma numa perspectiva dos falares, pois ele não difere Língua de fala. Eugenio Coseriu, na década de 1950, expõe conjuntamente uma tríplice noção, a qual abarca sistema/norma/fala. Nessa sua proposta, a Língua continua a ser sistema, semelhante ao que postulou Saussure (2012), mas agora é um sistema funcional, manifesta-se na fala. Portanto, para ele, as diferentes formas de realização da fala, que não são nem individuais, tampouco, são realizadas por todos os falantes de uma mesma Língua, criam esquemas dentro do sistema.

A Língua, por conseguinte, seria um conjunto de normas e, por meio delas, teríamos os diferentes modos de realização da Língua, em que cada norma se organiza pelo uso, como um arranjo praticável e admissível. Ademais, não é qualquer hipótese de norma que se torna legítima: “o falante cria ou estrutura a sua expressão utilizando uma técnica e um material anterior que o seu saber linguístico proporciona” (COSERIU, 1979, p.64); por isso, o

modo de falar está determinado historicamente. Dessa maneira, os neologismos, as abreviaturas e mesmo os “erros” na escrita das palavras obedecem às regras prescritas pela Língua. Com base nisso, poderíamos dizer que a escrita, tanto do literato, quanto do aluno, ou ainda, do usuário de internet, realizam construções seguindo uma lógica permitida pela Língua.

Tal funcionamento de norma, que acomoda os modos de falar aceitáveis pelo sistema da Língua, indica que essa variedade de falares torna possível a identificação de um grupo social. Dessa maneira, reconhecemos em qual esfera da sociedade está inserido o sujeito pelo seu modo de falar. A norma não é, ainda, aquela que exclui, mas sim aquela que engloba os dizeres toleráveis pelo arranjo linguístico. Ademais, o prevalecimento de uma forma considerada a de maior prestígio decorre, segundo Faraco (2008), de processos históricos e sociais que instauram valor a determinado modo de fala e de escrita. Podemos dizer que as normas, assim como as regras, seguem uma ordem e, enquanto entidades do sistema da Língua, ambas distinguem socialmente os sujeitos. Há, pois, uma hierarquia estabelecendo uma gradação entre o uso de maior *status* e o uso estigmatizado. Em parte, essa distinção de prestígio na escrita está instaurada pela gramática e assegurada pela escola, sendo elas instâncias legitimadas pelo Estado.

A escrita, presentificada pela (orto)grafia, permite à Língua diferentes arranjos. Esses engendramentos com/na/pela Língua são sempre a partir de regras possíveis, as quais, de certo modo, conferem uma hierarquização do sujeito, dada pelo uso da Língua, especialmente na escrita. A norma pode ser preconizada de dois modos: primeiro, quando é associada com o que é normal, a normalidade, ou seja, o fato linguístico comum em determinado grupo; segundo, quando é relacionada com o normativo, com a normatividade, isto é, tem o caráter uniformizador que procura regular os atos de fala e de escrita (Surdi, 2010). Diante disso, a busca pela uniformização da Língua por meio da regulação de um modo de escrita estaria articulada ao funcionamento da normalização e da normalidade, conferindo uma certa naturalização no momento em que encontrarmos nos acordos ortográficos um prazo para a ‘adaptação’ dos sujeitos às novas formas de escrita.

Para ampliar a discussão acerca dos modos de inscrição do sujeito pela(orto)grafia, assinalamos a língua quando mobilizada na/pela escrita em uma tomada de posição do sujeito na e sobre a língua, adotando Gadet (2016), que recupera o corrompimento da regra. Para desenvolver tal pressuposto, ela verifica a relação entre palavra/frase e liberdade/restrição. Temos, portanto, que, nessa associação, a palavra poderia ser vista como uma marca de liberdade da língua, pois seu uso resgata uma possibilidade de criatividade: isso pelo funcionamento das metáforas e dos neologismos, o que se dá diferentemente da frase — ou da sintaxe — que instaura uma rigidez, prevendo uma estrutura determinada para ser seguida. No entanto, a teórica nos mostra, por outro lado, que grande parte do trabalho criativo lexical recuperado pela escrita está embasado na sintaxe, “se a criatividade está na palavra, para dar vida a ela, só podemos ter uma sintaxe imaginária a quebrar” (GADET, 2016, p. 190). Dessa forma, a elaboração semântica estaria concentrada numa pretensa estrutura gramatical que colocamos em suspenso para construir uma “inovação” da língua pela atividade escrita.

Em outras possibilidades: pela escrita dessa língua, podemos dar-mo-nos aos seus (im)possíveis (des)acordos de tessituras e texturas; podemos, por exemplo, remeter a efeitos de sentidos distintos/distanciados daquilo que efetivamente se está escrevendo/dizendo; podemos dizer pelas lacunas dadas/deixadas pelas palavras, que deixam a (des)coberto efeitos de sentidos, pelos espaços em branco que também fazem parte da linearidade dessa escrita; pelas trocas, pelos jogos, pelas trapaças e, porque não, também pelos tropeços, pelos equívocos. Porque a língua em sua escrita também consegue escorregar pelos avessos e pelas margens dos caminhos sistematizados e previstos. Lugares de uma subjetividade que não se consegue a/de/preender.

Encontramos questionado não só o que seria uma regra linguística ao discorrer acerca da capacidade que a literatura tem de subverter essa prescrição, tal como que há uma separação entre o que faz parte da regra e o que dela não faz parte, bem como o que seria seguir uma regra e o que seria violá-la. Interpretamos que o rompimento/violação da regra na/da escrita, mais do que instaurar uma nova ordem linguística, busca o efeito dado pelo trabalho sobre a língua; diante disso, “não haveria desvio nem violação, portanto, não

haveria linguagem literária ou poética, mas simplesmente funcionamento da língua na escrita” (GADET, 2016, p. 196). Isso nos permite estudar acerca das produções do sujeito sobre a língua, que torna a regra como espaço de jogo ao colocar em prática não só a associação liberdade e restrição, como uma relação entre o sistema da Língua e aquilo que ela concebe ser alterado. Temos que, mesmo em uma Língua “transgressora” da regra, há a presença de uma regra, apresentando-se na forma de uma dimensão a ser ultrapassada. Nessa construção, o próprio ato da escrita seria “não mais que falar, escrever não seria fazer algo com a Língua, mas simplesmente servir-se dela” (GADET, 2016, p. 198). Ademais, mesmo quando se contraria uma determinação obrigatória da Língua, tal modificação busca uma regra arranjada dentro de um levantamento das possibilidades de funcionamento que a língua oferece.

Além disso, acordamos não só que a determinação de uma única modalidade de escrita tem como pano de fundo a possibilidade/a necessidade de “preservação” da Língua — gerada pelo gesto de uma comum escritura — mas acima de tudo que a escolha de uma forma única engloba questões políticas, que suscitam ações por vezes coercitivas do Estado. O estabelecimento de uma norma, ou uma uniformização dos usos linguísticos da escrita, especialmente no tocante à ortografia, comparece, como conferimos em nosso arquivo, desde 1536, intensificando-se com a produção das gramáticas no mesmo século. Desse período em diante, passa-se a apreciar, de modo cada vez mais intenso, a escrita como mercadoria, pois, se antes ela era restrita a poucos com a sua difusão, seja por meio da imprensa, seja por meio do acesso à educação, ela se tornará um objetivo do Estado, constituindo-se como um modo de se atingir o progresso, conforme nos coloca Pagotto (2007).

Nessa condição, a (orto)grafia possibilita um outro modo de (re)organização da Língua, pela produção do sujeito, o que nos traz a noção de regra, em que, até na não-regra, há uma regra. Tal noção de regra, como vimos, coloca o desvio, o erro, como algo que está dentro da Língua; o que se configura como sendo uma pretensa possibilidade de Língua, pois se engendra a partir de um determinado princípio. O funcionamento, então, da regra e da sua quebra na Língua, colocado pela escrita, pode apresentar-se pela

(orto)grafia. Teríamos, com isso, mais do que um arranjo permitido dentro do sistema linguístico, porquanto, essa contingência afeta a estrutura social e os sujeitos.

3.5 Escrita e escritura

A mobilização por parte do sujeito de uma regra e de uma não-regra no ato de produzir a (orto)grafia, em que, na inscrição das formas, o sujeito também se inscreve, teríamos — pelo funcionamento das línguas — filiações de sentidos repercutindo nas formas e nos sujeitos. Por meio dessa cogitação, o gesto de escrever, em nosso caso, o de (orto)grafar, em que o sujeito passa a significar, resgataria a noção de escritura.

As pesquisas de Orlandi (2013) sobre as autorias das gramáticas brasileiras, oportuniza-nos a conhecer um movimento que possibilita a construção de uma identidade nacional, especialmente no Brasil, país de colonização portuguesa, cuja imposição da Língua se deu pelo colonizador. Com essa premissa, a autora propõe uma divisão entre escrita e escritura: para ela, a escritura se relaciona com a literatura, pois, enquanto o processo de gramatização brasileiro legitima a nossa escrita, o processo literário dá visibilidade a uma escritura própria. No entanto, as duas não estão separadas, “a relação escrita-escritura nos faz saber que temos uma língua nacional que não se confunde com a língua de Portugal” (ORLANDI, 2013, p.261). Pela produção literária e gramatical brasileira, reconhecem-se, portanto, diferenças entre a Língua e a escrita do colonizador e do colonizado, compreendidas também tais divergências pela (orto)grafia que resulta, nesse gesto de autoria de gramáticas, por se afastar da ortografia ditada por Portugal.

Por esse ângulo, a escrita e a escritura não se configuram como uma transcrição da oralidade, como já colocamos a oralidade e escrita funcionam em suas especificidades, produzindo distintos gestos de interpretação que irão caracterizar as posições (do) sujeito, o qual, por sua vez, (re)colhe, em seu imaginário, relações entre a língua e a sociedade. Nessa construção, a oralidade funciona como uma memória, que, por vezes ressoa no modo de (orto)grafar. Nessa via, a (orto)grafia produzida pelos sujeitos implica no modo

como a sociedade se organiza, no tocante à constituição das formas sociais entre os sujeitos e a língua, na história. Nessa reflexão, a (orto)grafia constitui, em sua materialidade, uma forma social para as Instituições, uma vez que podemos colocar a escrita relacionada ao real da história e à historicidade do sujeito. Nessa ligação, contemplamos a (orto)grafia no embate do simbólico com o político, pela sua relação com as Instituições e, ao mesmo tempo, reconhecemos o vínculo do sujeito com o simbólico, instaurada em uma relação de pertencimento desse sujeito com a (sua)língua pelo modo como escreve suas palavras.

Complementamos, baseadas em nossas leituras que a escrita inaugura um gesto, pois a reflexão dispensada para o traçado da letra instaura uma consciência de pertencimento. Ao mesmo tempo em que institui um gesto de escritura, que pode ser observada pela (orto)grafia. Em certa palavra a letra no papel mostra a intervenção do sujeito com o simbólico, com os sentidos que ele organiza e com sua subjetividade/alteridade, dentro da sociedade e da história por onde que ele circula. O sujeito, ao escrever e, particularmente, ao (orto)grafar, convoca sentidos e recupera, pelo traço, a (sua)língua, quer esteja ela dentro de uma forma escrita, partilhada e estabelecida como comum ao grande grupo linguístico, respaldado esse uso sempre pela prescrição da gramática, quer esteja essa produção escrita na sua relação particular com o mundo.

Em uma outra abordagem, a escritura procura abarcar uma totalidade da linguagem, promovendo, com isso, a combinação fala/Língua, articulada referida por Derrida (1973) como sendo uma primeira escritura, pela qual se pode entender uma ligação entre a Língua, a voz, a audição, o som, o sopro e a fala.

diz-se linguagem por ação, movimento, pensamento, reflexão, consciência, inconsciente, experiência, afetividade, etc. Há, agora, a tendência a designar por “escritura” tudo isso e mais alguma coisa: não apenas os gestos físicos da inscrição literal, pictográfica ou ideográfica, mas também a totalidade do que a possibilita; a seguir, além da face significante, até mesmo a face significada: e, a partir daí, tudo o que pode dar lugar a uma inscrição em geral, literal ou não, e mesmo que o que ela distribui no espaço não pertença a ordem da voz: cinematografia, coreografia, sem dúvida, mas também “escritura” pictural, musical, escultural, etc. (DERRIDA, 1973, p. 10-11)

Vemos a escritura como linguagem, sendo possível tomá-la como “grafia sensível” (DERRIDA, 1973, p. 12). Nessa reflexão, ela alcança uma questão de identidade, pois requer a materialização de uma forma para o pensamento (*logos*), funcionando como um suplemento, um recurso acionado que presentifica a fala, de forma literal ou não. De modo contrário, a escrita se caracteriza por anular a voz, instaurando uma não-presença da voz. Dessa maneira, enquanto a escritura recupera uma voz em diferentes linguagens, convocando, com isso, o sujeito, a escrita advém dessa voz que assimila o significado (sendo esse correspondente a sentido ou coisa), permitindo o armazenamento e a reprodução de uma representação do objeto na/da consciência.

Diante da concepção de que o escritor em sua escritura articula os movimentos permitidos pela Língua, a (orto)grafia seria um aspecto desse labor. Por exemplo: pela troca dos sinais gráficos (a fim de atingir um efeito de sentido outro para o vocábulo, ou pelo resgate de uma ortografia antiga da Língua, fazendo ressoar uma memória), e pela própria forma organizada por aquele que redige para representar a palavra, conferindo uma “inovação” à Língua.

Ademais, submetemos que a produção escrita, ao ser organizada pelas nuances engendradas na/com a sintaxe da Língua — cujo arranjo acrescentaria certa originalidade ao escritor, levando-o a ‘ter’ sua própria Língua e (orto)grafia — seria o início de um movimento na/da escrita, visto que ela abarcaria questões maiores, quando seria “uma prática revolucionária e uma teorização no senso comum” (GADET, 2016, p. 190). Dentro disso, o lugar em que essas demandas significam na/pela escrita seria a literatura, importando o efeito dentro de certa ordem social. Nessa trajetória, a escrita literária opera uma desconstrução, ao deixar de conceber a Língua como instrumento de comunicação, formulada com base em normas e em acordos sociais, e passar a trabalhar “com a possibilidade de intervir na língua, com a sistematização de uma mudança na regra que não pode mais ser, portanto, concebida como desvio” (GADET, 2016, p. 193). Com isso, a escrita literária revoluciona a sociedade, ao mesmo tempo em que afeta a língua; o sujeito, ao

(orto)grafar, instaura-se em uma posição, ao escrever o sujeito se constitui, produzindo efeitos de sentidos que afetam as relações sociais.

Em nossa sociedade, a escrita é ensinada na escola, e tal aprendizado requer uma atenção também ao corporal, isto é, o estudante deve acomodar seu corpo e seus gestos para executar a escrita, sendo que essa preocupação com a atividade de escrita, para alguns, revela-se mais importante do que aquilo que o aluno escreve. Rancière (1995) menciona que “antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação” (RANCIÈRE, 1995, p.7); isso nos leva a pensar em uma escrita política, como sendo algo que serve de mecanismo para a ação do poder ao mesmo tempo em que a sua produção encerra uma aparência à comunidade e uma forma desta ser representada.

3.6 A política na escrita e na (orto)grafia

Para nós uma política seria mais do que um sistema de contornos constitucionais com dependências de poder; ela instituiria uma determinada separação das ações, provocando a repartição entre os corpos e os sentidos, sendo, os primeiros, os corpos, distinguidos conforme seus atributos e seus fins; e os segundos, os sentidos, de acordo com a divulgação. A (orto)grafia faria parte dessa política, pois ela resulta por provocar uma divisão entre a posição dos corpos e o poder da palavra. Tal proposição advém da possibilidade da escrita, que “opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e a das condições” (RANCIÈRE, 1995, p.8); com isso podemos observar os deslocamentos e as (re)organizações do conhecimento e dos saberes, pois, tida como uma política, a escrita interfere, modificando ou perpetuando, nas práticas sociais e/ou científicas, bem como intervém na disposição dos corpos na sociedade, basta reconhecermos que há uma separação social entre os que fazem uso da escrita e os que não o fazem.

Por essas reflexões, pensamos que também a (orto)grafia se constitui como uma parte da política, pois, ao mesmo tempo em que ela divide os sujeitos, atua na (re)organização da sociedade, ao conferir uma distinção entre os que seguem a ortografia oficial e os que produzem uma (orto)grafia. A

questão da ortografia como parte da política, pode ser constatada pela via econômica, no instante em que se instaura o movimento mercadológico promovido pelas reformulações, quando temos a edição de novas tiragens de obras para atualização da ortografia. Diante disso, a ortografia se instala como mais uma forma de controle dentro da língua, uma vez que o modo de escrita de uma palavra confere constituição e marginalização dos sujeitos. Agir sobre esta 'liberdade' se consagra como um ato político.

Pela exposição de que a (orto)grafia seria mais um elemento da política, vemos a presença de uma relação entre escritas e sujeitos, quando aquela ultrapassa a concepção de ser representação para intervir nas práticas sociais afetando os sujeitos. Ademais, tal ponto de vista nos permite compreender a (orto)grafia como aquela instituição que traz uma memória, uma história e um sujeito. Ao elaborar a forma da palavra, o sujeito negocia sentidos, recuperando a historicidade de (sua) língua que passa a se constituir ao mesmo tempo que essa o constitui de modo singular.

3. 6.1 O político na ortografia

O político, na perspectiva discursiva, é o espaço de conflito, tensão, contradição, sendo a língua um observatório desse conflito. Por sequência, uma política de língua instala uma ordem política como constitutiva da língua, “não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” (ORLANDI, 2007, p. 8). Concordamos com Orlandi (2007), quando afirma que falar em política de línguas é tratar o político como constitutivo da língua, é tratar do vínculo dos sujeitos com a língua como sendo uma disputa, de poder; e, quando se fala em política linguística, o sentido de político muda, passa para algo que pensa o planejamento e a organização linguística.

Os atos administrativos em prol da criação de uma pretensa unidade para a Língua Portuguesa, despontam como uma política de língua, que movimenta a unificação ortográfica, interferindo na identidade do sujeito, pois ele se apropria dessa língua (re)significando os sentidos. Nesse processo, a forma como o sujeito se significa não passa incólume, pois, conforme já

afirmamos, “a construção do imaginário social e cultural e, conseqüentemente, de uma identidade, passa também pelo modo como falamos e escrevemos nossa língua” (SILVA, 2007, p. 9).

Isto nos convoca a refletir sobre a questão de que as leis que tratam da ortografia da Língua Portuguesa movimentam uma política de língua — ou o funcionamento político da língua. Isso contemplando que uma política de língua “remete para uma maneira de conceituar ‘língua’: língua como objeto simbólico — político que tanto se inscreve em práticas sócio-históricas como inscreve práticas sócio-históricas afetadas pela memória” (MARIANI, 2013, p. 1). Pensar o conflito que se estabelece na relação dos sujeitos com a língua na prática jurídica para a ortografia, que trata a Língua Portuguesa como homogênea, seria uma tentativa de apagar a historicidade da língua. De acordo com Orlandi (1990), a Língua Portuguesa se historicizou de modo diferente, tanto em Portugal quanto nas colônias, o que resultou na produção de distintos sítios de significação. Assim, não podemos dizer que falamos/escrevemos a mesma Língua Portuguesa, premissa essa que a lei para a ortografia procura recuperar ao defender uma unidade da/para a Língua Portuguesa. Concordamos com Silva Sobrinho (2009), quando escreve que essa “política da unidade” fomenta um imaginário de unidade para a língua, inscrevendo duas discursividades: uma que coloca a existência de um “mundo português” e outra que instaura um “peculiar modo português de estar no mundo”. Reconhecer esses dois modos de conceber esta língua (una) traz para a nossa discussão a ideia da presença de uma legitimação das diferenças.

Trazer à baila uma política de língua estimando a diversidade, a diferença, seria reconhecer que as línguas e os sujeitos estão ligados a essa diversidade, a essa diferença, mesmo que tal funcionamento não seja identificável ao sujeito que fala/escreve (MARIANI, 2013). Posto isso, os sujeitos, em suas condições de produção, produzem efeitos de sentidos para/com/na língua, em nosso caso, dados pela (orto)grafia; ou seja, eles se significam ao mesmo tempo em que significam a língua. Nesse espaço, a política de língua da ortografia procura apagar, ou unificar, as diferenças, acabando por expô-las. Para Orlandi (1998, p. 7), “a questão da política linguística é uma questão que faz valer a diferença no interior de uma mesma

língua”; logo, a normatização da ortografia resulta por dividir a língua, separando os que sabem ortografar conforme a lei e os que não o sabem, pois a ortografia se apresenta política e serve a interesses.

Nessa direção, temos que, por meio do controle da língua, o Estado exerce a sua dominação. Com base em Pêcheux e Gadet ([1981] 2004, p. 37), sabemos que a Língua é uma questão de Estado, "com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas". Com isso, assinalamos que o

Estado, mesmo ao ratificar normas que prevejam políticas linguísticas, desliza para a tentativa de homogeneização no momento em que adota modelos gramaticais, impõe a ortografia e as categorias consagradas" (CERVO & LISOWSKI, 2009, p.114).

A questão da uniformização da escrita, pela ortografia, produz uma pretensa possibilidade de homogeneização e de controle da Língua pela escrita. O sujeito não deve intervir na ortografia; deve, outrossim, seguir o padrão estabelecido, a ele está interdito o direito de marcar as formas da Língua conforme sua subjetividade. Em outras palavras, o inconsciente, que possibilita a inscrição do equívoco e da falha, caracterizaria na inscrição alterada da forma o erro, por exemplo quando o sujeito recupera a oralidade para (sua) escrita. Tal gesto não funcionaria mais como um assujeitamento desse diante de sua constituição de língua, mas sim como um desvio da norma ortográfica.

A língua define o sujeito, ela deriva de um processo político: identificamos um povo, uma nação ou um Estado pela (sua) língua e, nesse reconhecimento, as diferenças se apresentam em relação à alteridade, ou seja, a presença do Outro marca o lugar de onde falamos. Authier-Revuz (2004, [1982]) desenvolve o conceito de "Heterogeneidade Enunciativa", propondo que os dizeres se estabelecem a partir da presença do Outro. Com esse conceito, a Língua Portuguesa, nos países em que ela é a Oficial, configura-se de modos diferentes, pois ela nunca é exatamente a mesma, sua mobilização pelos sujeitos por meio da (orto)grafia marca o sentimento de pertencimento aos diferentes espaços. Desse conceito cunhado por Authier-Revuz (2004,

[1982]), Orlandi (2013) acerta a concepção de heterogeneidade linguística, ou seja,

no sentido de que joga em ‘nossa’ língua um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’ (ORLANDI, 2013, p. 23, grifos da autora).

Para esse relacionamento com o Outro, capaz de regular, preencher tanto o sujeito quanto a língua, referimo-nos a Língua Portuguesa em circulação nos países lusófonos; assim, mais do que uma língua ilusoriamente tomada como uma, encontramos especificidades únicas, com discursividades e significados particulares. A produção desse efeito de se tratar de uma mesma Língua estaria vinculada ao processo de colonização; ele faz com que a Língua Portuguesa do Brasil signifique em uma inscrição na memória. (ORLANDI, 2013).

Nesse caso, a heterogeneidade linguística constitui a Língua Portuguesa, mas o efeito de apagamento dos processos históricos, especialmente, da colonização, leva-nos a pensar em uma mesma Língua Portuguesa em funcionamento. A política-jurídica — que visa à unificação da ortografia da Língua Portuguesa nos países em que ela é a Língua Oficial — coloca em funcionamento uma relação entre língua e sujeitos, ela atua em países com diferentes historicidades de língua, mas que compartilham da “mesma” Língua, produzindo uma falsa língua homogênea, o que só é possível porque se trata de uma língua imaginária e, por isso, se pode ter uma ilusão de uma única Língua Portuguesa.

A (orto)grafia produzida por sujeitos dos diferentes países de Língua Portuguesa oficial carrega a tensão que se instaura entre a heterogeneidade constitutiva de uma língua e o desejo de uma Língua homogênea; algumas marcas deixam ver a heterogeneidade de Línguas em circulação; Magalhães e Medeiros (2015) no artigo: **Sujeito e língua: inscrição e contradição**, verificaram a ausência em glossários da grafia de língua indígenas, fato que realça a presença apenas da Língua Portuguesa, criando-se um efeito de apagamento de outra(s) Língua(s), mesmo que essas compareçam denunciadas pela ortografia, no corpo da obra literária. Diante disso, a proposta

de unificação ortográfica, dada pela política de língua dos acordos ortográficos, atua como um reforço dessa pretensa Língua Portuguesa homogênea comum.

3.7 Escrita e Língua

Como vimos, a difusão da escrita gera a necessidade de tornar comum uma ortografia, e é por meio dela que observamos o funcionamento das línguas.

Por essa configuração, pesquisadores da Língua estariam interessados em uma normatização da ortografia, pelas formulações linguísticas que ela permite, assim como também o Estado, que passa a interferir para a/na instauração do uso da norma ortográfica, uma vez que a língua estaria presentificada na escrita, e essa, respaldada na ortografia.

É justamente por isso que a uniformização da ortografia faz recuperar questões de escrita e de língua. A escrita, como debatemos anteriormente, está diretamente ligada ao sujeito e à sociedade, constituindo-se como uma técnica capaz de fomentar o conhecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias, ao mesmo tempo em que deriva de um processo histórico e supõe normas. Por outro lado, a língua, de acordo com a teoria da Análise de Discurso, é tida como:

[...] aquela se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 81).

À vista disso, a língua funciona sustentando o desenvolvimento dos diversos processos discursivos, considerando-se que “os processos discursivos são a fonte dos efeitos de sentidos e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam” (ORLANDI, 1998, p. 11). Em todo discurso, há um sujeito e há uma ideologia, o que faz com que a materialidade linguística instaure o discurso, visto como um processo social, pois a língua está dentro da história e da sociedade.

Ressaltamos que a língua, na Análise de Discurso, não se aproxima da ideia de Língua como sistema, a qual fora formulado por Saussure, no Curso

de Linguística Geral (CLG), embora a teoria do mestre genebrino sirva de fonte para o desenvolvimento da reflexão de Pêcheux. Para este autor, o conceito de língua encontra sua fundamentação na correspondência entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise; deixa, portanto, de ser concebida como um sistema formal e passa a jogar com a materialidade e com o equívoco. Ou seja, olha-se para uma língua em funcionamento,

para referendar a relação necessária da língua com o sujeito, a não transparência do sentido bem como a possibilidade de o sentido ser outro, de ser modificado em processos de paráfrases, deslocamentos e substituições, (PETRI & CERVO, 2016, p.264).

Nesse decurso, a língua como um objeto histórico e social possui relativa autonomia, pois, para que reúna sentidos, pressupõe-se a sua inscrição na história (ORLANDI, 1998). Com isso, temos que a língua passa a ser examinada, em sua materialidade, em uma conexão com a história. Dessa relação, irrompe a contradição, o equívoco, pois a história da qual tratamos não é aquela História (com H maiúsculo, da qual tratam os historiadores): nossa história, sob essa outra fundamentação, não é ajuizada “como algo estável, não sujeita a interpretações” (ORLANDI, 2013, p. 9); mais: ela instaura a possibilidade de diferentes leituras e de distintas abordagens para um mesmo objeto discursivo, possibilitando, pela atenção à língua, uma investigação na história.

A história significa por suas práticas e não pela cronologia, e o que a ordena são as relações com a política. Assim, o analista de discurso examina mais do que os efeitos de sentidos, ele procura “apreender a historicidade, o que significa se colocar dentro de uma relação de confronto de sentidos” (ORLANDI, 1990, p. 35). Ou, melhor dizendo: “é porque a história se inscreve na língua que esta significa” (ORLANDI, 1996, p. 70), o que nos leva a supor que, para que um discurso ou uma palavra signifique, é preciso que os sentidos aí imbricados sejam conhecidos, sejam relacionados, embora a incompletude se faça sempre constitutiva de toda relação sujeito/língua. É necessário realçar que a produção de efeitos de sentidos e o modo como eles são afetados por outros discursos nos permitem destacar, nos processos discursivos, por exemplo, os já ditos e como eles funcionam.

Reforçamos que, na teoria da Análise de Discurso Francesa, analisar os diferentes efeitos que produz um discurso requer adotar a noção de exterioridade, que não é o que está à parte do discurso, mas é o que nos possibilita atentar para o funcionamento dos discursos por suas determinações históricas. A exterioridade seria um caminho para constatação da produção e do funcionamento dos efeitos de sentidos, ela possibilita trabalharmos a historicidade, ou seja, “compreender como a matéria textual produz sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 55). Ao chegarmos à noção de historicidade, cabe ressaltarmos que, embora haja uma diferenciação entre as concepções de história e de historicidade, há, sobretudo, uma “ligação entre a história lá fora e a historicidade do discurso (a trama de sentidos nele), mas ela nem é direta, nem automática, nem de causa e efeito” (ORLANDI, 2001, p. 55). Nesse percurso, a história não deve servir de pressuposto para o discurso, por ele conjecturado como uma materialidade histórica que produz efeitos de sentidos por e para sujeitos.

Em nossa pesquisa, a noção de historicidade se faz relevante, uma vez que nela ressoam tanto a memória quanto a inscrição de efeitos de sentidos na constituição da produção das discursividades analisadas, atentando para o elo com a exterioridade filiada no processo discursivo. Para desenvolvermos a noção de historicidade e o seu funcionamento na materialidade discursiva — esta última encarada como uma noção que “remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos e ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, [1984] 2001, p. 153) —, cabe olharmos para a noção de interdiscurso. Para Orlandi (2015, p. 31), “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”; por essa posição, o interdiscurso está na base do processo de constituição do discurso e, diante dele, os dizeres têm efeitos de sentidos, ou seja, ele se relaciona com o já dito, estando na ordem do repetível (Orlandi, 2015).

Por isso, argumentamos em favor de uma língua na história, que está em funcionamento em meio a contradições e a equívocos, que tem uma ordem própria, constituindo e afetando sujeito, história, memória, conhecimento, política, além de outras materialidades em que sua inscrição se faz possível.

Diante de tal ideia, Pêcheux e Gadet ([1981] 2004) colocam que há uma “divisão sob a unidade da língua”, ou seja, há uma Língua dividida em língua e línguas. Tal posição nos leva a distinguir, pelo menos, dois modos de conceber a linguagem em sua existência: o primeiro trata da língua como sendo a língua gramatical; o segundo aborda a língua como sendo um corpo pleno.

Cientes dessa divisão, Orlandi e Souza (1988) desenvolvem as noções de língua imaginária e de língua fluida; a língua imaginária “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, estáveis em suas unidades e variações” (ORLANDI & SOUZA, 1988, p. 28), enquanto a língua fluida “é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas” (ORLANDI, 2009, p.18). Dessas concepções de língua, temos uma que é a da regra/norma, uma língua única e homogênea, e temos outra que não se restringe à norma, que não se engessa na regra, que transgride, que não se fecha no prescrito, uma língua em que se significam as singularidades.

Mediante esses fundamentos, a língua, que funciona histórica e socialmente nos processos discursivos, pode trazer lacunas e se dividir em: aquela da norma e aquela do mundo. No gesto que supomos, a (orto)grafia traz os dois funcionamentos de língua, pois segue a ideia de uma homogeneidade, ao prever uma forma padrão para a grafia, em uma abertura para a perspectiva de que a escrita das palavras está propensa à subjetividade dos sujeitos, às diferentes práticas sociais em determinados grupos, instante em que deliberamos uma (orto)grafia.

4 GESTO DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO

Depois de Língua conquistadora, a Língua conquistada virou raiz reprodutora - arma e fogo artificial; embrião e simultânea gravidez. E é sabido pelos mais-velhos que uma Língua grávida pode parir culturas, cores novas e contornos imprevistos em pessoas humanas. E todas as grávidas levadas, e todos os séculos extraídos e a terra sangrando em lágrimas de saudade, e todos os navios idos haviam de levar, além de fomes e músculos, sementes de uma flor mestiça com condimentos de diferença e criativa ramagem.

Ondjaki (Outras margens da mesma Língua, 2004)

Verificaremos, nesta parte, os efeitos de sentidos do processo discursivo na formulação da noção de ortografia no objeto, atentando para as formações ideológicas, na medida em que formas linguístico-históricas repercutem em outras formas materiais. Para isso, apresentamos as condições de produção, as quais proporcionariam um modo de compreensão da ilusão de evidência posto na/pela ideologia.

Como já dissemos, ao explicitarmos nossa metodologia, para o gesto de leitura e interpretação, organizamos Sequências Discursivas (SDs) e/ou de grupos de SDs, reunidos em função de uma regularidade. Para a verificação das regularidades nas SDs, optamos por apresentar o Recorte Discursivo (RD), caracterizado como uma “unidade discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14); assim, perseguiremos as formulações que convocam efeitos de sentidos para a noção de ortografia, nas SDs, indagando como essas inscrevem os sentidos dispersos. Tendo em vista nossa metodologia, esclarecemos que, para a constituição de nosso *corpus*, selecionamos SDs de partes¹⁵ de nosso objeto, o discurso português **Bases da Ortografia Portuguesa**, a seguir relacionadas:

- Oferta dos autores (Prefácio);
- Princípios gerais de toda a ortografia (Capítulo I);
- Princípios gerais da ortografia da Língua Portuguesa (Capítulo II);
- Nosso intuito (Fechamento).

¹⁵As partes estão aqui dispostas conforme comparecem no texto, sendo, na página 73, apresentada uma proposta, organizada por nós, de sequência/relação dessas para a análise.

Apresentaremos o RD em dois momentos distintos: o primeiro abarca SDs do prefácio e do fechamento; o segundo trata dos capítulos I e II. Tomaremos, para o desenvolvimento de nosso gesto de leitura e de interpretação, a imagem e o funcionamento do movimento pendular (PETRI, 2013), conforme já referido, pois tal reflexão permite iniciarmos a análise partindo tanto da teoria quanto do objeto, quanto, ainda, de etapas avançadas do processo. Por essa razão, planejamos mostrar, no decorrer de cada parte, os pressupostos teóricos, almejando contemplar um batimento entre a teoria e a análise, juntamente com a interpretação, ou seja, “[...] o referencial teórico e sua relação interpretativa é um trabalho de coerção e os dois devem estar implícitos na sua formulação” (SCHERER, 2006, p. 16). Assim, na teoria deve estar abarcada uma *práxis*, especialmente na ordenação das ideias e da história, não somente na observação do dito.

Para verificarmos as relações então estabelecidas, selecionamos um RD principal que procura responder à nossa questão de pesquisa: como se dá a formulação da noção de ortografia. Para isso, nosso RD traz SDs do prefácio e do fechamento da obra, que tratam dos dizeres sobre ortografia, bem como alguns RDs compostos por SDs que resgatam a formulação da noção de ortografia no interior do objeto ou em relação a documentos outros.

4.1 Vista de olhos no prefácio e no fechamento

A parte introdutória de um texto geralmente vem denominada por prefácio, o qual, segundo Petri (2009), se apresenta na forma textual, sendo habitado por palavras e silêncios; nele, marcam-se os dizeres possíveis, bem como os não possíveis, delineando a posição-sujeito que a totalidade da obra elabora. Em nosso caso, o texto de abertura vem sob o título de “Oferta dos autores”, sendo assinado pelos autores, levando-nos a ponderar sobre o funcionamento de uma dada função-autor.

Segundo Nunes (2006), os prefácios são relevantes para a verificação das CP e para a explicitação da tomada de posição do sujeito. Por Orlandi (2015), estudamos que a função do sujeito seria dada pela ligação da autoria com o sujeito, sendo tal relacionamento proposto por uma diferenciação entre

autor e sujeito. De acordo com a teórica, a função-autor seria capaz de construir uma relação organizada, produzindo um efeito de unidade imaginário, por meio do que ela chama “textualidades”, isto é, elementos do texto como começo, meio, progressão, não contradição e fim, resultando em uma pretensa unidade, ao mesmo tempo em que gera um efeito de continuidade do sujeito. Refletindo acerca do sujeito na função-autor, concordamos que as práticas discursivas são “arranjadas”, objetivando a produção de efeitos de um sentido único possível; quando se trata de um espaço mais “duro”, como é o caso da ortografia, tal efeito é mesmo constitutivo do discurso. No entanto, com base nos esquecimentos 1 e 2, o sujeito é, ao mesmo tempo, tomado pelas ilusões de ser a fonte do dizer e de dominar os sentidos do que diz, ou seja:

o “esquecimento nº 1 dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”, enquanto o esquecimento nº 2 é aquele “pelo qual todo o sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase [...]”. (PÉCHEUX, [1975] 2014, p.161-162, grifos do autor)

Mediadas por esses conceitos, refletimos sobre os efeitos de sentidos produzidos pela função-autor, diante do efeito de unidade que o sujeito do discurso, ilusoriamente, almeja instaurar. Essa aparente unidade do sujeito faz com que ele se inscreva em uma Formação Discursiva (FD), pois os sujeitos, em sua função-autor, buscam, no interdiscurso — ou seja, no “todo complexo com dominante das formações discursivas (...) submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação”(PÉCHEUX, [1975] 2014, p 162) —, os sentidos determinados pela ideologia, com os quais compactuam, resultando, esse processo, na inscrição do sujeito em uma dada Formação Discursiva (FD). Na análise do prefácio e do fechamento, marcam-se efeitos de sentidos e sujeitos determinados historicamente com saberes próprios a uma FD dada que pode funcionar como dominante ou não.

Pela exposição das noções, buscamos, no discurso inicial e de fechamento, regularidades, distanciamentos, contradições, ambiguidades, sendo que, para tanto, destacamos 15 SDs, divididas em duas partes: 1) do prefácio e fechamento e 2) do capítulo I e II, selecionadas para compor o

RD(principal): Formulação da noção de Ortografia, as quais passaremos a analisar.

Quadro I: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD1

SD1- Para respondermos às perguntas que nos teem sido feitas acerca da ortografia adoptada pelos editores técnicos da “Enciclopédia de ciência, arte e literatura- Biblioteca de Portugal e Brasil”, temos a honra de dirijir a V. Ex^a esta circular, e rogamos-lhe que faça tão conhecidas, quanto sem eu poder esteja, os fundamentos em que essa ortografia se assenta. (Bases da Ortografia Portuguesa, Oferta dos Autores)

Essa primeira SD traz duas disposições que nos interessam: relativas à ortografia e também concernente à obra. Em um gesto inicial de análise e de interpretação, vemos que a ortografia defendida mostra sua “origem”, ela deriva da enciclopédia que trata da arte, da literatura, e da ciência, estando presente nas bibliotecas de Portugal e do Brasil, sendo desenvolvida por editores, adjetivados como técnicos.

Facultado esse esclarecimento, o título do prefácio passa a ter um funcionamento diferenciado, sobretudo, no momento em que encontramos a designação “Oferta dos Autores”; conforme Dias (2009), o título de uma obra, para nós, o título do prefácio, seria um local de representação do conhecimento, ele se constitui ao constituir o objeto que representa, sendo também um espaço que promove a relação entre o autor e o leitor. Os autores ofertam a obra aos leitores, sendo que a escolha do nome do prefácio produz o efeito de sentido de se estar recebendo algo, no caso, uma reflexão acerca da ortografia, acrescido da não necessidade de investimento financeiro, pois a tiragem da obra foi gratuita. Garantido o amplo acesso ao discurso, estratégia que facilita a difusão da proposta da reforma ortográfica, dá-se um funcionamento semelhante à de um panfleto que divulga a normatização da Língua escrita.

Do mesmo modo, o título **Bases da Ortografia Portuguesa** remete àquilo que, ao mesmo tempo, é inicial e é principal; portanto, constitui-se

naquilo que funda as reflexões; cabe destacar a falta da palavra Língua, ecoando em um efeito que destaca a normatização da parte escrita, pela ortografia; sugerimos, ainda que, nessa falta, se pode entender que, naquele período, as discussões sobre a noção de Língua estavam em desenvolvimento o que poderia ocasionar questionamentos quanto aos seus efeitos de sentidos.

Voltando nosso olhar para o processo discursivo da SD1, destacamos as marcas linguísticas: ciência e técnicos, sendo que, nelas, reconhecemos a FD da ciência; nesse momento, a ortografia se filia à ciência para seguir o plano do progresso da época, sendo então realizada por técnicos. Tal ortografia faz-se presente também no Brasil, ou seja, está disponível para consulta na biblioteca brasileira; na menção ao Brasil, encontramos a presença do Outro, que fala e escreve a Língua Portuguesa em um espaço diferente.

Entrevemos nessa presença do Outro no sujeito e no discurso, uma heterogeneidade constitutiva, isto é, aquilo que “todo discurso, designando com isso a presença permanente, profunda, de “outros lugares”, do “já dito” dos outros discursos condicionando todas as nossas palavras e ressoando nelas” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.135, grifos da autora). Averiguamos que o sujeito é determinado pela exterioridade, porquanto a referência ao Brasil traz, para o discurso da reforma ortográfica, o fato de que a Língua Portuguesa circula não somente em Portugal. Além disso, colocar a ortografia reformada na biblioteca brasileira marca um gesto inicial para se pensar uma mudança mais ampla¹⁶, além de recuperar o contato colonizador/colonizado, assinalando o país europeu como os donos da língua. De todo modo, a entrada do Brasil nesse documento faz resgatar a heterogeneidade linguística em conformidade ao proposto por Orlandi (1990, p. 47), a saber: “falamos com palavras que já têm sentidos”, ou seja, “o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’”. A Língua Portuguesa não é a mesma para o Brasil e para Portugal; contudo, a reforma ortográfica, desde já, procura direcionar para um consenso, ou seja, pretende a

¹⁶Referimos, mas não desenvolveremos essa discussão em função de que nossa discussão se limita ao que se dá em Portugal.

unificação dessa Língua pelo viés da escrita, em um gesto inaugurado pelo colonizador.

Reconhecemos, pela presença do Outro, a marca de uma imposição linguística por parte do colonizador, conforme a noção de colonização linguística: “imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando Língua e nação em um projeto único” (MARIANI, 2004, p. 25). Por esse âmbito, instaura-se um movimento que procura impor as concepções do colonizador, o que enfatiza um “processo histórico de confronto” (MARIANI, 2004, p. 19) entre a língua colonizadora e a língua colonizada. Conseqüentemente, a língua do colonizador é imposta, ao mesmo tempo, tanto por divulgação de produções em que se faz presente a ortografia organizada pelo colonizador, quanto por sanções políticas e jurídicas, conforme nos ensina a História, a grande.

Como já dissemos, citando Pêcheux, a FD deriva de um todo complexo com dominante. Nesse todo complexo, há o atravessamento de saberes, esses se manifestam em concordância com uma delimitação ideológica; de acordo com Petri (2004), isso ocorre porque o sentido não se inscreve em uma única FD, uma vez que estão agrupados no interdiscurso: “lugar do sentido e do não-sentido. [...] todos os sentidos estão lá (no interdiscurso), mas só vão significar quando convocados por uma determinada Formação Discursiva” (PETRI, 2004, p, 40). Desse modo, pela proposição, exposta pelos registros encontrados na SD1: “honra”, “rogar” e “fundamentos”, bem como “oferta” e, conforme veremos adiante, “intenção” – nome do fechamento –, a configuração da presença de saberes próprios à FD religiosa, em que se efetua um pedido pelo apelo a princípios religiosos, sobretudo, cristãos.

À oferta, portanto, a um gesto gerenciado por uma filiação com o sagrado, acrescenta-se um pedido, pela presença da colocação: “que faça tão conhecidas, quanto sem eu poder esteja, os fundamentos em que essa ortografia se assenta” (SD1). O pedido é encaminhado à autoridade designada como “V. Ex^a” (SD1), marcando que, mesmo em Estado monárquico, a solicitação não se dirige ao rei, como também não se faz presente o nome dessa autoridade: não sabemos a quem se solicita a divulgação, somente que

essa, por sua importância e poder, é capaz de influenciar a adesão à reforma da ortografia.

Dessa maneira, encontramos um discurso que faz ressoar formações da religião-cristã e da política do Estado. Tais inscrições conferem uma filiação entendida pela função autor como positiva para se objetivar a reforma ortográfica. Em outra direção, nessa SD, a função-autor caracteriza a obra como uma “circular” (SD1); comumente utilizada como meio de comunicação oficial, procura trazer ao conhecimento a publicação de decretos, leis e outras atividades, tanto interna quanto externa, de organizações públicas e/ou privadas.

Podemos verificar, na SD1, um encontro entre a prática religiosa, ao almejar uma oblação, e a prática jurídico-política, ao instituir a obra como uma circular e apelar para a ajuda da autoridade. Haroche (1992) estuda, na/pela gramática, os elementos de individualização do sujeito pela história dos efeitos de práticas religiosas e jurídicas, os quais promovem uma divisão entre a objetividade e a subjetividade. Em concordância com a autora, acentuamos que as ideologias religiosas e jurídico-políticas procuram produzir um efeito de apagamento da singularidade do sujeito e, nesse viés, que na Língua e, especialmente, na gramática, há um lugar individualizante do sujeito, ou seja, um lugar que “procura disciplinar e normalizar sua subjetividade” (HAROCHE, 1992, p. 21), o que é bastante assinalável quando tratamos da ortografia e do que ela implica em termos de Língua e de escrita.

Apontamos, em conformidade com a reflexão da autora, que a presença do discurso religioso e do jurídico-político em nosso objeto funciona como um mecanismo para potencializar a aceitação da ortografia proposta, uma vez que a ortografia serviria ao Estado como uma forma de intervenção, pela imposição de uma norma ortográfica, capaz de atuar na vigilância do sujeito. Inferimos tal possibilidade, pois, ainda conforme a autora, “no século XIX, a burguesia quer tornar visível o proletariado para melhor controlá-lo e manipulá-lo” (HAROCHE, 1992, p. 22). Com a visibilidade dos atos e dos comportamentos do sujeito, esse torna-se sem defesa; pela via da língua, ao sujeito é imposto um ideal, sendo a ele exigido seguir uma norma. Diante disso, o Estado potencializa mais uma forma de dominação e controle dos sujeitos.

Quadro II: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD2

SD2- Os princípios que servem de base à reforma ortográfica iniciada por nós ambos e usada há dois anos pelo signatário desta circular, em escritos particulares e oficiais, e em artigos publicados em alguns papéis periódicos, são resultado de estudo consciencioso e larga discussão dos iniciadores. (Bases Ortografia Portuguesa, Oferta dos autores)

Nessa SD, temos a afirmação de se tratar de uma reforma, ficamos sabendo que a ortografia proposta para tal propósito já vinha sendo utilizada há dois anos¹⁷. Cabe perguntarmo-nos por que somente depois desse período propõe-se a reforma e por que surge assim referida, já que anteriormente temos a publicação de várias e diferentes propostas ortográficas sem que nenhuma fosse configurada como reforma.

Acrescentamos à ideia de um embate entre o discurso religioso e jurídico-político, um discurso reformista, não somente por ser no século XIX o momento das reformas no campo político, mas porque, segundo Gonçalves (2003), nesse período houve uma abertura maior para a expressão de opiniões, especialmente, pelas conferências — anteriormente referidas — e, pelo positivismo, que contribuíram para a circulação dos saberes, permitindo um debate público da questão ortográfica. O discurso **Bases da Ortografia Portuguesa** serve de impulso para uma reflexão ortográfica que efetivará a determinação por lei de uma ortografia.

A proposta desse debate público está marcada em nosso objeto, como verificaremos na SD3; entretanto, antes, gostaríamos de salientar a regularidade da FD da ciência, apontando para sua dominância, quando a ortografia é regida por princípios e surge como um resultado de estudo consciencioso e de larga discussão dos iniciadores.

¹⁷ “[...] usada há dois anos pelo signatário desta circular, em escritos particulares e oficiais, e em artigos publicados em alguns papéis periódicos [...]”. (Viana e Abreu, 1885)

Pelo modo como os objetos são apresentados e ordenados por meio das expressões linguísticas selecionadas pelos sujeitos na formulação da noção, ressaltamos a presença de um discurso político, trazendo a questão da relação com a verdade e a realidade; o discurso político torna real o olhar de um sujeito, pois “[...] o discurso como um sistema de conhecimento impõe a cada sujeito que, por enunciá-lo, ali se coloca para ocupar o seu lugar”(COURTINE, 2006, p. 76). A formulação recupera, além do aspecto científico para a ortografia, o lugar desse sujeito, isso quando traz: “resultado de estudo consciencioso e larga discussão dos iniciadores” (SD2), não só a ortografia caracteriza-se como científica, mas também os pesquisadores posicionam-se no lugar de produtores do conhecimento. A inscrição no meio científico de ambos — ortografia e pesquisadores — delimita os objetos para o discurso, ao mesmo tempo em que os situam em relação com outros objetos pertinentes ao alcance da realidade e da verdade do sujeito na ordenação de seu discurso político, que, em nosso caso, é de cunho reformista.

Quadro III: Recorte:Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD3

SD3- Vamos expô-los à apreciação pública desde já, e assim começará a preparar-se a crítica de todos os indivíduos, que, por se prezarem de Portugueses, não queiram que estrangeiros censurem não haver, para a nossa formosíssima língua, ortografia científica e uniforme a que deva chamar-se **Ortografia Portuguesa**. (Bases da ortografia portuguesa, Oferta dos autores)

Como mencionamos, a SD3 traz a regularidade do discurso reformista ao mostrar a que serão submetidos os princípios ortográficos: à “apreciação pública” e à “crítica de todos os indivíduos”. Nessa regularidade, vemos marcada a quem se destina tal discurso, ou seja, para todos os portugueses, embora, na SD5, o “todos” será particularizado. Temos que a reforma já atinge o Brasil, mas se destina aos portugueses, e ao Outro, agora denominado por estrangeiro, que estaria atento à Língua Portuguesa, a ponto de intervir na

forma de uma censura, caso ela não siga uma ortografia “científica”. A menção a uma censura para a Língua Portuguesa aponta para as questões de ensino, pois, sem uma uniformização da escrita, o ensino não se efetiva, inclusive, perante outros países, pois a referência ao estrangeiro resgata novamente a ligação com o Outro. Diferentemente da SD1, o Outro, nessa SD3, apresenta-se não como aquele que está sendo afetado pela ortografia, mas como um Outro que possui uma reflexão ortográfica que repercute no ensino; esse Outro teria a condição de censurar, isto é, de reprovar ou de não aceitar o ensino da Língua Portuguesa.

Especialmente no Brasil, no século XIX, temos as produções de gramáticas brasileiras, e “o autor de gramática no Brasil do século XIX tem uma posição de saber que não é simples reprodução do saber linguístico português” (ORLANDI, 2013, p. 215). Desse modo, o gesto “autoral” do gramático brasileiro, que marca um deslocamento da Língua Portuguesa de Portugal, faz com que o colonizador articule uma ortografia e a instaure no Brasil como um modo de manter o controle de certos aspectos gramaticais, especialmente se mencionarmos que os primeiros acordos mantinham em maior número as formas escritas portuguesas. A SD discursiviza o fato de que não somente o estrangeiro — tomado como o que já possui uma reforma — precisa reconhecer que Portugal possui um ensino organizado, como também reafirma que o colonizado deve consentir o colonizador como aquele que ainda dita, e principia, um gesto sobre a língua.

A marcação do colonizador como o dono da língua se inscreve na determinação “Ortografia Portuguesa”. De acordo com Haroche (1992, p. 27), “a determinação deixa entrever a questão do sujeito, sustenta sua identidade, mas a pressupõe inevitavelmente de uma certa maneira”. Assim, a ortografia colocada como portuguesa afirma o efeito de pertencimento do português diante da Língua, e, por outro lado, cria um efeito de marcação identitária não só perante os outros países, mas também para os portugueses, pois temos que referir o ressurgimento do Galego em Portugal no final do século XIX.

Só ao longo do século XIX reiniciou o galego a sua trajetória como língua de cultura, ao sabor das transformações políticas, ideológicas

e culturais que enterraram o antigo regime e alumbraram a idade contemporânea(MONTEAGUDO¹⁸, 2012, p. 55).

O Rexurdimento, nome dado ao movimento, trouxe argumentos históricos para o Galego, que levou a uma discussão acerca da “origem” da Língua. Nessa querela entre galegos e portugueses, o Brasil é citado por sua afinidade com a Língua galega, sendo por vezes requerido como mais próximo do galego do que do português. O fato é que há, no século XIX, em Portugal, a efervescência de uma literatura galega, permitindo a elaboração de um galego autônomo, a ponto de iniciarem-se debates acerca de uma ortografia galega: “as primeiras formulações desta proposta, assim teóricas como práticas, são um tanto confusas, mas o caminho fica claramente indicado para o futuro” (MONTEAGUDO, 2012, p. 58).

A demarcação “a nossa formosíssima língua” (SD3) aponta para a língua literária de Portugal e a enaltece diante das outras; em contrapartida, a inscrição subjetiva acerca da Língua entra em conflito com a definição de ortografia portuguesa: “ortografia científica e uniforme” (SD3); encontramos uma FD da ciência que aponta para uma Língua, dos portugueses, imaginária, uma vez que pode ser uniformizada. No entanto, propor uma reforma presume a alteração de algo sugerindo uma modernização para que esse continue a existir, o que não necessariamente seja um gesto que realmente contribua para o melhoramento daquilo que se reforma. Não obstante, uma reforma suscita um rumo político, como debatemos na parte primeira, tratar do político gera polêmicas, há, inevitavelmente, o embate das classes. Cientes da discussão que a proposta da ortografia geraria e, até incitando tal movimento, o apelo à memória coletiva pela inscrição adjetivada no superlativo da Língua mãe, de certa maneira, cria um efeito que tenta apagar o fato de que a opção por uma única ortografia silenciaria os outros modos de redigir as palavras, sendo a escolha pela forma única pautada pela simplificação.

¹⁸Linguista, Escritor Galego, Professor na Universidade de Santiago de Compostela, Membro da Real Academia Galega.

Quadro IV: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD4

SD4- No futuro Congresso que temos a peito convocar breve, essa crítica será o único juiz a que todos nós os Portugueses haveremos de nos sujeitar para adopção de ortografia portuguesa e rejeição absoluta de toda ortografia individual, seja quem for seu autor. (Bases da ortografia portuguesa, Oferta dos autores)

A SD4 vem confirmar o trabalho de um discurso reformista: verificamos, pela regularidade, que a aceitação da reforma depende da discussão e da crítica, particularmente, por parte dos portugueses. Nessa direção, o discurso político reformista praticamente convoca o português para defender a causa da ortografia, apelando para o sentimento de pertencimento.

Salientamos, no processo discurso da SD4, o par opositivo ortografia portuguesa e ortografia individual, em que a primeira se deve adotar, e a outra, rejeitar. O antagonismo aqui marca uma relação de força ideológica e política: de um lado, a ortografia autoral, que deve ser abolida, e, do outro, a ortografia da massa portuguesa, que deve ser regularizada/padronizada. A relação de força traz o imaginário de uma ortografia una, que serve a todos de modo uniforme, ocupando-se em ser um desequilíbrio na composição entre o individual e o coletivo.

De acordo com Pêcheux ([1975] 2014), a relação de força deriva dos lugares sociais dos sujeitos, bem como da posição desses no discurso. Dessa maneira, a relação de força, na/da SD4 que estabelece o embate entre o individual e o coletivo como próprios da formação social, funciona como elementos externos da sociedade, em que há relações de poder que fazem parte das condições de produção dos discursos.

Quadro V: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD5

SD5- Todos nós, os que lemos, e ainda mais os que escrevemos para o público, sabemos quão divergentes são as ortografias das várias Redações e estabelecimentos tipográficos. (Bases da ortografia portuguesa, Oferta dos autores)

A função-autor delimita o destinatário do discurso, que são não somente os portugueses que leem, mas, especialmente, os que escrevem, e, ainda, os que escrevem para serem lidos, os autores. A justaposição das classes aponta para uma reforma da ortografia dedicada à apreciação de um grupo específico, o escolarizado, que não só é capaz de ler e escrever, mas também de disseminar a forma escrita para o coletivo. De certo modo, podemos dizer que a função-autor procura interpelar aqueles que redigem para a grande massa, pois eles dão visibilidade à forma escrita.

A ortografia individual, citada na SD anterior, surge ampliada, isto é, não se trata apenas de uniformizar a ortografia de um autor – seja ele quem for –, mas de uniformizar as empresas que editam os impressos, pois, sem a adequação tecnológica, a “nova” ortografia não pode ser difundida. Em relação a isso, encontramos, em nota de pé de página, a seguinte informação: “Estes volumes por serem os primeiros e particularmente <Werther>saíram com erros tipográficos que não devem ser levados à conta do sistema de ortografia”. A menção a Werther deve-se ao fato de que Viana traduziu o romance de Goethe, que, em português, sai sob o título de “As magoas de Werther¹⁹”, tradução que já contemplava a ortografia reformada, mas, por ainda não haver os tipos gráficos disponíveis, saiu com o que ele denomina de “erros”. Com essa colocação, a questão das reimpressões de obras devido à atualização da ortografia se apresenta, as reformulações ortográficas acabam por configurar a língua como uma mercadoria. Para esse caráter mercadológico da língua, Magalhães & Medeiros(2015) propõem que tal movimento procura recuperar,

¹⁹Atualmente conhecemos por “Os sofrimentos do jovem Werther”

de modo contraditório, um sujeito universal, na tentativa de apagar os sujeitos singulares. Acrescentamos que, juntamente ao ideal de sujeito universal, a ortografia e suas atualizações garantem que a língua seja vendida com o imaginário de ser una, tendo, como padrão, nesse período inicial das reformas, o molde de escrita português.

No embate entre as redações e as tipografias, novamente se dá uma relação de forças ideológicas e políticas, isso quando as empresas de editoração precisam ser incluídas nessa reforma ortográfica. O discurso dirigido aos editores e tipógrafos marca aquelas publicações individuais: na SD6, há a reiteração das diferentes formas de ortografia, incluindo aí as instituições do Estado.

Quadro VI: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD6

SD6- Teem escritores **suas ortografias** próprias, como **as** teem as imprensas particulares e as do Estado. E nas do Estado são diferentes **as ortografias** da Imprensa Nacional e **as** da Imprensa da Universidade- estes plurais são a expressão real de um facto, sem censura pessoal. (Bases da ortografia portuguesa, Oferta dos autores)

Na SD6, a função-autor tem o cuidado de não ofender diretamente os donos das empresas de impressão, até porque o Estado é citado. A reforma da ortografia deve atingir os escritores²⁰, as imprensas particulares e as do Estado, que, por sua vez, se divide em imprensa Nacional e da Universidade. No mínimo, são quatro as instituições que precisam compactuar com as ideias reformistas, sendo duas delas estatais.

²⁰Encontramos na questão ortográfica deliberada por Viana a forte presença do escritor. Esse comparecimento instaura uma contradição, no instante em que o escritor ocupa o lugar daquele que produz uma ortografia, pois somente porque ele escreve é que se pensa na uniformização do vocábulo e, no momento em que, justamente pelo lugar que ele ocupa, divulgando e difundido uma forma escrita da palavra, se pondera impor uma norma ortográfica.

A repetição das disparidades ortográficas produzidas nas diferentes imprensas, consoante a SD anterior e que nesta é ampliada, reitera a necessidade de adoção de uma ortografia pela saturação da memória, ou seja, a todo instante, retoma-se o fato de que a ortografia não segue uma norma. Courtine (2006, p. 88) explicita que “o discurso político é um lugar de memória”; para o teórico, a memória saturada é apreensível pelo retorno ao dizer, ressoando como um sempre lembrar. Assinalamos, desde a SD4, haver um espaço de saturação da memória pela repetição progressiva das diferenças entre os modos de ortografar, conforme constatamos no conjunto de SDs, a seguir:

Quadro VII: Recorte: Modos de ortografar

SD4: adopção de ortografia portuguesa e rejeição absoluta de toda ortografia individual, seja quem for seu autor.

SD5: sabemos quão divergentes são as ortografias das várias Redações e estabelecimentos tipográficos.

SD6: Teem escritores **suas ortografias** próprias, como **as** teem as imprensas particulares e as do Estado. E nas do Estado são diferentes **as ortografias** da Imprensa Nacional e **as** da Imprensa da Universidade-

Para a reunião dessas SDs, daremos o nome de formulações de retorno, sendo que elas funcionam como formulações que recuperam um domínio de memória saturada, formando uma rede de formulações em torno de uma noção de ortografia disforme, ou seja, sem uma forma única. A repetição da falta de uniformidade para se redigirem as palavras repercute de modo gradativo o discurso reformista. Isto é, parte-se da defesa da ortografia portuguesa em detrimento da ortografia produzida pelo autor literário, pela redação e pela imprensa dividida entre a do Estado da universidade. Há, entre esses modos de ortografar produzidos nos discursos escritos da Língua Portuguesa, além de uma relação de forças entre as instituições, um conflito que abarca todas as formas de se grafar e a defesa de uma escrita portuguesa, fazendo irromper o nacionalismo, como veremos na SD7.

Quadro VIII: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD7

SD7- Com a exposição que vamos fazer dos princípios mais gerais em que assenta a reforma ortográfica por nos iniciada, temos em vista mostrar, a todo o país capaz de pensar e ler, que nosso intuito é realizar uma das verdadeiras condições da vida nacional- existência de ortografia **uniforme e cientificamente sistemática** a que deva chamar-se **Ortografia Portuguesa**. (Bases da ortografia portuguesa, Oferta dos autores)

Na SD7, a função-autor aponta um nexos da reforma ortográfica com o nacionalismo, sendo que a associação se dá pela presença com o Outro quando temos “a todo o país capaz de pensar e ler”. Ao trazer a generalização dos princípios para a reforma ortográfica, procura-se mostrar para o Outro, um Outro que pensa e lê, e, portanto, um Outro na forma de um país ao qual os portugueses caminham objetivando a formação de uma nação, que aceitar a reforma seria uma das “verdadeiras condições da vida nacional”.

Ainda, nessa formulação, o Outro poderia ser aquele que deve/precisa reparar como “um país que pensa e lê” que alcança um *status* nacional, ou dito de outro modo, aquele que tem o direito de organizar tal proposição para a escrita da Língua Portuguesa. Devemos atentar para essa reflexão, pois, no século XIX, o Brasil inicia a produção de gramáticas próprias ressignificando, com esse movimento, a língua do colonizador, o que acaba resultando em uma Língua Nacional Brasileira.

Acrescentamos que, na produção das gramáticas brasileiras, não somente uma língua e uma escrita próprias do Brasil são legitimadas, como “individualiza-se o país, seu saber, seu sujeito político e social” (ORLANDI, 2013, p. 177); diante disso, cria-se um imaginário que separa Brasil e Portugal, ao qual Orlandi (2009) denomina de processo de descolonização linguística²¹

²¹Salientamos que o processo de descolonização linguística não se dá somente pela produção de gramáticas brasileiras; além desse, a constituição das instituições de ensino e a produção

[...] imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação (ORLANDI, 2009, p. 172).

Enquanto para os portugueses uma reforma ortográfica portuguesa é imprescindível para a nação, para os brasileiros, uma língua e uma escrita próprias são legitimadas, formando, de acordo com Orlandi (2013), uma identidade da língua, da nação e do cidadão brasileiro. Assim, o Outro, ou o Brasil, país que pensa e lê, pois estuda o funcionamento da língua e organiza instrumentos linguísticos, deve pressupor a uniformização da escrita como um preceito que organiza a vida nacional, sendo que essa indicação positiva da adoção da ortografia, de certo modo, funcionaria controlando um afastamento da língua do colonizador. Nessa perspectiva, encontramos dois movimentos: se, por um lado, o Brasil procura a (sua) língua na heterogeneidade, por outro, Portugal busca promover uma homogeneidade.

Ressaltamos dois pontos a discutir, dessa SD7: primeiro, a menção ao nacionalismo e, segundo, a reiteração do caráter científico da ortografia, pois, na SD3, essa caracterização já foi conferida à ortografia, embora em uma relação com a Língua e com o ensino. Para analisarmos o primeiro ponto, cabe recuperarmos as condições de produção do período, para apurar o que significava trazer no discurso o estabelecimento de uma vida nacional diante de países “desenvolvidos”.

De acordo com Chauí (2000), em 1880, na Europa, o conceito de nação está pautado pela ideia do nacional, julgando que, em razão da disputa de poder entre o Estado e a classe dominante sobre a massa trabalhadora, surge a necessidade de um mecanismo para a dominação dos cidadãos, nos moldes de uma doutrinação, apelando ao patriotismo:

de conhecimento, conferem, ao se configurarem de modo diferente, a legitimação da língua que circula no Brasil.

Durante o período de 1880-1918, a “religião cívica” transforma o patriotismo em nacionalismo, isto é, o patriotismo se torna estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada. (CHAUI, 2000, p. 11, grifos da autora).

Inventar uma tradição pela via de símbolos de uma comunidade imaginária: essa é a constatação que pode ser reconhecida na SD7, quando a verdadeira existência da vida nacional depende da ortografia própria do coletivo português. O apelo à ortografia portuguesa desponta como um elemento unificador, ainda mais se compactuarmos com o que nos coloca a referida autora: que a língua, as tradições populares e a raça eram vistas como critérios definidores da nacionalidade; tais traços eram dados pelos intelectuais burgueses que se sentiam ameaçados com o risco de uma proletarização. Para mais, a divisão das classes, pelo aspecto social e econômico, trouxe a necessidade da criação de estratégias para unir a nação, e a reforma ortográfica responde a isso, pois ela se presta à formação de um ideal nacional ao instituir uma escrita única para a Língua Portuguesa, procurando criar um efeito de apagamento de ortografias dadas por outras Línguas. A criação de um ideal nacional pela língua tomada como homogênea repercute não na igualdade de classes, mas reforça a divisão social, isso posto que os sujeitos manifestam-se em suas (orto)grafias, que nem sempre são semelhantes à ortografia normatizada.

O outro ponto que queremos debater da SD7 diz respeito à definição de ortografia, “ortografia **uniforme e cientificamente sistemática** a que deva chamar-se **Ortografia Portuguesa**”²². A determinação de ortografia como uniforme colabora e corrobora com a ideia nacional, de uniformização da nação; já o “cientificamente sistemática” encaminha-nos para um discurso da ciência. Cabe ressaltar que, nessa segunda referência ao caráter da ortografia, os dois aspectos principais repetem-se, a saber, uniforme e científica; porém, a ordem se altera: na SD3, o científico aparece em primeiro e, na SD7, o uniforme toma a frente. Desse jeito, tal alteração seria um modo da função-autor pontuar e, até mesmo, discernir/distinguir a base científica da ortografia

²²As palavras em destaque são do original.

— que corresponderia à Língua e, naquele momento, ao ensino, da base uniformizadora — que acomodaria o ideal nacional.

Com essa alegação, a inscrição em uma FD da ciência atua compartilhando saberes de um dado discurso político reformista. No período da produção do discurso em análise, a ciência e a técnica estimulavam o progresso; dedicar-se à ciência fomentando tecnologias, portanto, era almejar o desenvolvimento da nação. Do mesmo modo, uniformizar e, conseqüentemente, padronizar a escrita através da ortografia, seria referendar uma unidade para o heterogêneo; buscava-se isso, e o apelo à unidade vinha na forma de *slogans*, como: “Unidade de todos os bons republicanos”, difundida na campanha dos republicanos na França, em 1900, conforme Hobsbawm (2004). Desse modo, a função-autor, ao arranjar uma formulação para a reforma ortográfica, recupera, no interdiscurso, os já-ditos, atualizando-os na produção do dizer sobre a ortografia, fazendo-a significar como um mecanismo capaz de impulsionar um progresso, pois, por ter cunho científico e técnico, serve ao ideal nacional.

Ademais, o viés político da ciência pode se dar, conforme Guimarães (2009), na qualidade de ciência como circulação de conhecimento, quando temos “um conjunto de relações político-enunciativa entre Estado, cientista, sociedade e mídia” (GUIMARÃES, 2009, p. 7). Com isso, a qualidade da ciência como divulgação dos resultados requer a organização e a participação em seminários, congressos e publicações em revistas científicas. Em nosso objeto, a todo momento se convoca o político na ciência, seja na forma de divulgação por meio de eventos, como em “no futuro Congresso que temos a peito convocar breve” (SD4), seja pela divulgação de resultados, como em “são resultado de estudo consciencioso e larga discussão dos iniciadores” (SD2), seja igualmente na divulgação em revistas: “iniciada por nós ambos e usada há dois anos pelo signatário desta circular, em escritos particulares e oficiais, e em artigos publicados em alguns papéis periódicos” (SD2). Apuramos uma regularidade no discurso científico de cunho político na forma de divulgação, apresentada não somente pela convocatória do congresso e pela circulação dos resultados – a ortografia reformada – em periódicos e traduções literárias, mas, sobretudo, pelo discurso científico de índole política por meio da

solicitação da difusão da obra, que, como já vimos, produz um efeito de sentido ligado ao discurso religioso. No entanto, na SD8, o pedido de divulgação tem sua função determinada, a função-autor marca, na inclinação científico-político do discurso, a servidão à pátria pelo funcionamento de uma FD publicitária e propagandística.

Quadro IX: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Oferta dos Autores): SD8

SD8- V.EX^a a quem dirijimos esta nossa exposição, honrar-nos há dando-lhe a maior publicidade que puder; e por certo se julgará honrado se entender que com essa publicação presta bem serviço à pátria a quem devemos êste respeito. (Bases da ortografia portuguesa, Oferta dos autores)

Ao chegar ao final do prefácio, a função-autor reafirma sua oblação à autoridade sem nome, produzindo o efeito de um discurso político com o atravessamento do religioso. Questão essa que pode ser apreendida em marcas de preceitos religiosos: honrar, julgar, bom serviço, respeito, e colocá-los em funcionamento para assegurar a publicação das ideias da reforma ortográfica com bases no apelo ao nacionalismo, “presta bem serviço à pátria” (SD8).

Acrescentamos que a inscrição “essa publicação presta bem serviço à pátria a quem devemos êste respeito” (SD8) expõe a relevância da reforma ortográfica relacionada à pátria. Nesse dizer, funciona um discurso que ratifica a proposição das ideias da reforma por esse seu “compromisso patriótico”. Recuperando a SD anterior, na qual tínhamos a referência à país, a substituição por pátria (SD8), reforça o efeito político-religioso no discurso, sobretudo conforme citado por Chauí (2000) quando esta afirma que pátria deriva do latim *Pater*, pai – sendo esse significado como genitor, e (recuperando um efeito de sentido jurídico) como de poder patriarcal, em que a pátria pertence ao pai que exerce o pátrio poder —, e um efeito de sentido religioso: ao considerarmos a inscrição de que para o cristianismo, Deus é Pai, ou seja, senhor do universo. A proposta de uma reforma ortográfica referindo-

se à pátria faz ressoar tais efeitos de sentidos, o que nos encaminha a apreender, a partir da formulação de que a ortografia serviria à pátria, que a ortografia serviria também ao poder do patriarca, levando em conta que Portugal ainda mantinha colônias e via suas ex-colônias produzirem instrumentos linguísticos próprios.

Dessa maneira, a substituição no processo discursivo por pátria traz além do apelo ao patriotismo, um gesto que solicita uma intervenção governamental. A fim de ratificar a implementação da reforma, tal apoio é fundamental para o êxito das ideias, a recorrência é apreciada quando se sugere a aprovação pela autoridade na SD1 e SD8. Contudo, segundo Kemmler (2009), **Bases da Ortografia Portuguesa**, apesar dos esforços em efetivar uma aliança com o governo em prol da implementação ortográfica, obteve, como resultado, potencializar uma reação contrária. Devido à sua repercussão, foi promulgada uma portaria pelo governo da monarquia constitucional de José Luciano de Castro Pereira Corte-Real prevendo que, em publicações de ensino, não seria adotada, sem consulta prévia, nenhuma ortografia reformada, sendo aceitável como norma a ortografia usual. Nesse viés, a reforma ortográfica, mesmo não sendo aprovada pelo governo, gerou o impacto que almejava, a ponto de o governante se manifestar, mesmo que desfavorável, à adoção. O apelo ao nacionalismo e à pátria, nesse caso, não garantiram a aceitação da reforma, ao menos naquele momento; no entanto, a discussão levantada serve de pressupostos para mais tarde se implementar a reforma de forma oficial pela legislação. Interessante observar que o ato do governo proíbe a ortografia no ensino, ponto que a função-autor toca, de modo sutil, na forma de tentativa, na SD3, e que volta, de modo bem pontuado no fechamento da obra, local em que a função-autor promove o efeito de expor suas intenções.

O apelo ao patriotismo e o pedido à autoridade reforça o caráter persuasivo do discurso, o que nos permite atentar para o atravessamento de uma FD da *publicidade* e/ou da *propaganda*. Tal proposição está não somente na SD8, mas em regularidades presentes no processo discursivo, como: na repetição da palavra *exposição*, a qual se faz presente nas SDs 3, 7 e 8, bem como no processo parafrástico, instaurado pela sinonímia, em: “oferta” e

“mostrar” (SD3 e 7), juntamente com as regularidades: “que faça tão conhecidas” (SD1), “apreciação pública” (SD3), “honrar-nos há dando-lhe a maior publicidade que puder” (SD8). Essas marcas apontam, na formulação dos dizeres sobre a ortografia e sua reforma, para um discurso de caráter publicitário.

De acordo com Malanga (1979), a diferença entre *propaganda* e *publicidade* estaria no fato de que a primeira atua na difusão de ideias, com fins comerciais, já a segunda teria o caráter persuasivo, tendo como objetivo a venda. Para entender como esses discursos funcionam em nosso objeto, convém lembrarmos de que o momento da escrita da circular fora marcado pelo desenvolvimento das relações comerciais, possibilitado, em sua grande parte, pela revolução industrial, o que proporcionou a facilidade da reprodução em série de produtos em um tempo curto. Com o aumento da produção e o acesso ao produto, o comprador é uma peça fundamental, pois ele deve reconhecer os valores ou os benefícios do produto e confiar naquele que o vende (ou no grupo social que o faz), para identificar a necessidade de aquisição do bem. Para atender a essa demanda, a publicidade aperfeiçoa-se, tornando-se mais persuasiva, perdendo o caráter inicial de servir para informar.

O termo *publicidade*, conforme Rabaça e Barbosa (1987), determinava inicialmente o ato de divulgar, de tornar público; a palavra deriva de *publicus* (público), originando em francês o termo *publicite*. Segundo os autores, o termo, inicialmente, referia-se à publicação de leis, éditos, ordenações e julgamentos; posteriormente, o termo perdeu o seu sentido ligado a assuntos jurídicos, para, no século XIX, adquirir o significado comercial: qualquer forma de divulgação de produtos ou serviços, através de anúncios geralmente pagos e veiculados sob a responsabilidade de um anunciante identificado, com objetivos de interesse comercial.

Na capa da materialidade textual, no rodapé, encontramos a seguinte informação, “Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, Impresso para circular gratuitamente”, e, no prefácio, em nota de rodapé, a seguinte inscrição: “O custo de cada volume é de 300 réis, brochura, 400 réis, cartonado”. Em face desses dados, sabemos que a distribuição não será comercial; contudo, a obra tem um custo, sendo apresentada em dois tipos de papel, o que afeta o valor

da produção. Assim, a função-autor divulga e solicita a divulgação da reforma ortográfica, que é impressa pelo Estado, particularmente pela Imprensa Nacional. Mesmo havendo um custo, ele não é repassado para o público que o recebe gratuitamente. O fato de não haver cobrança permite atingir um número maior de pessoas e, por esse viés, podemos dizer que funcionaria como um panfleto da reforma ortográfica, isso pela gratuidade, pelo volume: 14 páginas e pela caracterização “circular”. No entanto, a descrição do material indica-nos uma certa preocupação quanto à “aparência” da circular, sendo confeccionada em materiais diferentes, o que nos leva a pensar que uma mesma obra sob distintos acabamentos implicaria destino a públicos também diferenciados, embora, e mais especificamente, a reforma ortográfica estivesse sendo dirigida aos escritores portugueses.

Por outro lado, o termo *propaganda* deriva do século XVII: fora utilizado inicialmente pela Igreja Católica, almejando criar seminários e a impressão de livros litúrgicos, pontuando que a *propaganda* religiosa católica se intensifica depois da proposta de reforma luterana; nesse período, a *propaganda* servia à divulgação religiosa direcionada à conversão dos povos. Com a expansão da democracia e com o surgimento de adventos como a industrialização, a imprensa e o acesso à educação, assim como a difusão das ideias se desvincularam da Igreja, e a *propaganda*, por sua vez, passa a ser utilizada por outras organizações sociais, políticas e econômicas. Ao consultarmos a etimologia do termo *propaganda*, encontramos que este deriva do verbo *propagare*, que significa: propagar, multiplicar, estender, difundir; acrescentamos que “a propaganda baseia-se nos símbolos para chegar a seu fim: a manipulação das atitudes coletivas” (CHILDS, 1967, p.111). Nesse rumo, a *propaganda* procura influenciar opiniões ou ações de grupos ou indivíduos, objetivando uma finalidade específica, ou, sobretudo, serve para a propagação de ideias, crenças, princípios ou doutrinas.

Os efeitos de sentidos na proposição de uma FD da *publicidade* e/ou *propaganda* para a formulação de ortografia remeteria à noção de ser essa um bem destinado ao consumo e à produção, movimentando o setor econômico, uma vez que se caracteriza como um ‘princípio’ relevante passível de se

difundir por meio da manipulação arranjada pelo modo de dizer na FD da *publicidade e propaganda*.

Quadro X: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Nosso Intuito): SD9

SD9- Se quiséssemos em minudências de linguagem e defender em todos os pontos a ortografia que iniciámos, de teríamos que escrever um livro de grosso volume. Se o nosso intuito fôsse ensinar, publicaríamos um tratado. Mas é diferente o fim deste escrito, que oferecemos gratuitamente aos nossos conterrâneos, como testemunho de respeito pelas cousas da nossa pátria: *Damos razão da reforma iniciada e sujeitamos ao são critério as bases em que esta assenta.* (Bases da Ortografia Portuguesa, Nosso intuito).

Entendemos que, na conclusão da obra, o título “Nosso Intuito” produz um efeito de clareza acerca do objetivo da reforma ortográfica. Assim, o que poderia ser uma prática duvidosa, a ponto de colocar em risco algum princípio, é relativizada quando a função-autor coloca que a finalidade do projeto é iniciar a reforma em respeito aos portugueses e à pátria. Sendo o discurso em questão estabelecido como marco inicial da reforma, a função-autor dá, pela negação, que o propósito não é intervir no ensino. No entanto, é justamente pelo que ele não se propõe que é interdito, como vimos na SD8, na defesa do uso, nas escolas, da ortografia usual em oposição à reformada.

Dessa maneira, para a efetivação de tal projeto caberia seu estabelecimento no ensino. Segundo Althusser (1970), a reprodução da ideologia estaria assegurada por aparelhos ideológicos, como a escola; sendo assim, refletimos que implementar a ortografia nesse espaço seria torná-la legítima. A função-autor, ao mesmo tempo em que nega a aplicação no ensino, apresenta como deveria pautar-se o ensino da ortografia, particularmente, na parte em que trata das especificidades para uma ortografia da Língua Portuguesa, como podemos apreciar a seguir:

Quadro XI: Recorte: ensino e ortografia: SD: 10

II

SD10: Princípios Particulares da Ortografia da Língua Portuguesa

O ensino da língua portuguesa reduz-se, portanto, na prática, ao ensino de:

- I. Leis da acentuação nos vocábulos símplices e nos compostos.
- II. Valor histórico dos fonemas ainda proferidos e dos que já não se proferem; influência dêstes sobre a modulação da vogal precedente.
- III. Conhecimento dos ditongos e sua dissolução.
- IV. Silabização.
- V. Homónimos e parónimos.
- VI. Função dos sufixos.
- VII. Composição dos vocábulos e formação da perífrase nos verbos, e uso das enclíticas.

Tal disposição produz o efeito de uma prática educativa a ser seguida, funcionando como pressupostos para um programa escolar. De certo modo, sua adoção seria semelhante à NGB²³ (Norma Gramatical Brasileira), em que as prescrições retiram a autoria do gramático que passa a reproduzir conforme as orientações. A presença dessa prescrição para o ensino da Língua aponta para uma normatização das nomenclaturas, a ortografia estaria abarcada no momento em que esses aspectos gramaticais fossem ensinados. Dessa maneira, a noção de ortografia passa a incluir a acentuação, os fonemas em sua implicação histórica, os ditongos, os sufixos, as sílabas, a composição e formação das palavras, os homônimos e parônimos, a perífrase e enclíticas. Temos com isso uma construção de uma língua e escrita imaginárias, essas são verificadas pela fixação de regras e pela crítica aos que trabalham com a efetuação desses arranjos, como podemos ler na SD10.

²³Para mais acerca do efeito prescrito da NGB conferir Lauro Baldini (1998, 2000, 2002).

Quadro XII: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Nosso Intuito): SD11

SD11- Andam infelizmente esquecidas por alguns escritores regras de gramática, que, a serem lembradas, os não deixariam cometer erros imperdoáveis. Temos visto ortografar (e até pronunciar !!), *passeiando, passeiata, ideiou, receiará, feichava, etc;* em vez de *passeando, passeata, ideou, receará, fechava, etc.* (Bases da Ortografia Portuguesa, Nosso intuito)

O papel do escritor novamente é questionado pela função-autor, sendo responsabilizado pelos erros na escrita e na pronúncia e por não seguir as regras da gramática. Nega-se ao escritor a possibilidade de trabalhar a palavra e de reproduzir na escrita as formas da fala; ele não deve, portanto, corromper a regra dada pela gramática.

A gramática passa a ser entendida pela função-autor, como propõe Auroux (1992), isto é, como um conjunto de técnicas que servem àqueles que dominam mal a (sua) Língua. A referência ao erro na escrita e na pronúncia aponta para um vínculo entre fala e escrita, em que a escrita determinaria a fala. Reflexão essa que, como já discutimos, destaca a primazia da escrita diante da fala, uma vez que não se acata o fato de falarmos antes de escrevermos, e estabelece-se a gramática como o lugar que contempla as regras, separando de vez escrita e fala. Nessa contenta, a formulação de ortografia aponta para uma relação incongruente com a fala, em detrimento de uma implicação com a gramática como local da norma que não pondera a fala, concepção oposta a apresentada por Coseriu (1979). Dessa maneira, a norma, para o estabelecimento da ortografia, não preza o falar determinado historicamente, e a noção de ortografia formulada se orienta pela gramática e pelo que ela prescreve.

Na referência à gramática como elemento norteador da ortografia, não podemos deixar de lembrar que, no Brasil, iniciava-se a elaboração das gramáticas brasileiras. Recordamos também, do que já mencionamos, como na gramática, comparece a ortografia, que, por vezes, se confundiam.

Fato constatado por Auroux (1992), quando afirma que a gramática supõe a alfabetização, sendo necessário, em relação à produção das gramáticas, primeiramente, encontrarmos uma discussão sobre a ortografia para, somente depois, esta passar a ser um conteúdo da gramática.

Para entendermos esse comparecimento da ortografia nas gramáticas, recuperamos o quadro de Gonçalves (2003), o qual traz um apanhado das gramáticas do século XIX, especialmente as produzidas nos anos de 1800 até 1897, no tocante à parte da ortografia.

Tabela 1: A Ortografia nas gramáticas do final do século XIX.

Data	Gramático	Ortografia
1804	Manuel Dias de Sousa	Ortografia das palavras e ortografia do discurso
1820	Manuel Borges Carneiro	Letras e sinaeslitteraes
1822	Jeronimo Soares Barbosa	Orthographia (...) em sentido mais restricto e pontuação
1839	Antonio Xavier de Quadros	Lexicografia e Logografia
1847	Antonio Alvares Pereira Coruja	Ortografia de palavras e ortografia de discurso
1851	Policarpo Wake	Modos de escrever as palavras e pontuação
1853	Herculano Tavares	Esripturação e pontuação
1857	João Teixeira de Vasconcelos	Mechanismo d'os vocábulos e demarcação d'as diferentes partes d'o discurso
1859	Moniz Barreto Corte Real	Esripturação (caracteres orthographicos) e pontuação (caracteres do discurso)
1861	Vergueiro e Pertence	Signaesorthographicos das palavras e signaesorthographicos do discurso
1864	Geraldes de Vasconcelos	Letras e signaes de pontuação
1865	Compendio de grammicaportugueza (anonima)	Orthographia propriamente dita e pontuação
1867	Joaquim Freire de Macedo	Orthographia propriamente dicta e pontuação
1880	Augusto Epifânio da Silva Dias	Caracteres principaes, ou letras do alfabeto e os secundários e outros sinais
1883	José Gonçalves Lage	Orthographia propriamente dita e pontuação
1887	Medeiros Botelho	Orthographia propriamente dita e

		pontuação
1888	José Noronha Nápoles Massa	1º Signaorthographicos de primeira ordem, que chamamos letras (...) 2º Signaorthographicos de primeira ordem, que chamamos pontuação (...)
1892	Augusto Pereira de Moura	Orthographia e pontuação
1897	José da Silva Cabanita	Letras e mais signaes

Fonte: Gonçalves (2003, p. 401)²⁴

Consultando a tabela, a qual expõe a ortografia nas gramáticas, ressaltamos uma afinidade dessa com o discurso, isto é, a ortografia era dividida em: 1) a parte das letras, ou das palavras e 2) a parte do discurso, — entendendo que o discurso se aproximava da fala. Assim, a associação entre a escrita e a pronúncia prevalecia na época, por isso a preocupação em marcar a relação da ortografia com a escrita normatizada pela gramática, separando-a de vez da fala.

Na leitura desse arquivo, construído pelas entradas para ortografia nas gramáticas do final do século XIX, a noção de memória discursiva, tomada como: “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização “Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1990, p. 56), irrompe semelhante a uma rede, tramada por fios que tratam ora da escrita, ora da fala. Desse modo, a rede de memória tecida em torno da escrita e da fala para a ortografia segue uma estrutura; mesmo quando inscreve o encadeamento da ortografia com a pontuação, esse nó na rede, dado pela pontuação, une escrita e fala, amarrando a implicação entre escrita e fala, uma vez que a pontuação é um recurso da ortografia que marca, na escrita, o ritmo da fala.

²⁴Não consta no texto que tomamos por fonte para a elaboração da tabela os nomes das gramáticas, encontramos apenas os gramáticos e o conceito de ortografia por eles desenvolvido.

Quadro XIII: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Nosso Intuito): SD12

SD12- Cremos que as bases, como ficam postas, constituem método sem contradições: -se o Congresso for até suprimir (como julgamos que deve suprimir) as letras consoantes inúteis nos nomes próprios e nos de família, assinaremos sem dobrar as consoantes *nn, ll* dos nossos nomes. (Bases da Ortografia Portuguesa, Nosso intuito).

Podemos dizer que ressoa nessa SD saberes próprios a uma FD religiosa, pelas inscrições de “cremos” e “julgamos”, fazendo funcionar a ideologia da época, avaliando-se que “os sentidos são determinados ideologicamente” (ORLANDI, 2015, p. 41), e não há dizer que não esteja marcado por uma ideologia. Assim, para abordar/estudar/analisar um documento que procura tratar da ortografia e, particularmente, de sua reforma, naquele momento histórico, faz-se necessário trazer sentidos que recuperem as condições em que se efetivavam a relação entre a monarquia e a igreja: a produção da obra se dá num período em meio a conferências, como a organizada por Antero de Quental, A Conferência do Casino (1871), que previa o laicismo da República como um ideal político. Portanto, não referir um discurso religioso na formulação das ideias de reformar a ortografia seria compartilhar desse novo ideário, desvinculando a igreja das ações do país.

A função-autor recupera no discurso um efeito de sentido que pretende convencer; para isso, inscreve os autores na obra. Ao serem citados, verificamos que a reforma ortográfica estava sendo ponderada como um tema polêmico e desse modo, os autores servem de modelo do alcance das mudanças, prontificando-se a alterarem seus nomes. Tal identificação com a proposta de reforma leva ao reconhecimento de uma tomada de posição diante dos saberes inscritos para a ortografia na obra; Pêcheux ([1975] 2014, p. 215) entende nesse processo a recuperação de uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito, assim temos o “discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito”, procedimento que reforça o caráter de adesão à reforma ortográfica; a identificação dos autores portugueses

funcionaria como um mecanismo para uma identificação também dos portugueses, encontramos essa convocação direta aos portugueses marcada nas SDs 2, 3, 4, 5.

A todo momento, na abertura e no fechamento do discurso, marca-se o efeito da persuasão, seja pelo apelo ao nacionalismo, à Língua, ao ensino, à gramática. É assim que compreendemos uma FD da *publicidade*, sem, contudo, deixarmos de relatar um atravessamento de outras FDs, como a da religião, da ciência, da política. No arranjo do discurso para a reforma ortográfica, a função-autor recorre a uma teia de saberes compostos por fios de diferentes matizes que se tocam no enlace da trama, “e isto ocorre porque a FD é dotada de fronteiras bastante porosas que permitem a entrada de saberes que lhe eram alheios em um determinado momento” (INDRUSKY, 2007, p, 9). Dessa maneira, nas FDs porosas, suas fronteiras não são delimitadas, por isso podemos segurar o fio da FD da ciência e, ao percorrê-lo, depararmo-nos com a FD da *publicidade* e *propaganda*, por exemplo.

O título “o nosso intuito”, para a parte final da obra, que, geralmente, produz um efeito de conclusão, traz, pelo uso da palavra “intenção”, a reafirmação da FD religiosa, isso pela filiação de sentido em: fazer o bem, ou fazer algo na melhor das intenções. Geralmente as intenções são descritas no início do discurso produzindo um gesto capaz de seduzir o leitor, contudo em nosso objeto se dá um deslocamento, pois as intenções são apresentadas ao final da obra. Esse movimento procura instaurar, a nosso ver, um começo, o da reforma ortografia. Ademais, a função-autor, ao marcar o propósito da obra, recorre à persuasão, marcando o atravessamento do discurso da *publicidade*.

4.2 Relance de olhos nos capítulos

Nesta parte, damos sequência às análises, nas SDs, da formulação para a noção de ortografia, centramos nosso exame nos capítulos I e II, denominados por: Cap. I: Princípios gerais de toda a ortografia e Cap. II: Princípios particulares da ortografia da Língua Portuguesa.

Quadro XIV: Recorte: Formulação da noção de Ortografia (Capítulo I e II): SD13, SD14

SD13: Princípios gerais de toda a ortografia (Capítulo I)	A ortografia é o sistema de escrita pelo qual é representada a língua dum povo ou duma nação num certo estado de evolução glotológica.
SD14: Princípios particulares da ortografia portuguesa (Capítulo II)	<< ORTOGRAFIA PORTUGUESA>> é o sistema de escrita ou grafia representante comum de todos os dialectos do português falado; a sua base é a história da linguagem portuguesa considerada como língua e como dialecto.

Na verificação da formulação para ortografia nas SDs anteriormente colocadas, encontramos a determinação do que seria a ortografia por meio de uma definição, explicitada pela forma linguística “é”; a significação se dá em uma relação com a história e com o político, produzindo, entre outros efeitos de sentidos, a proposição de que a ortografia servia a uma idealização de Língua Nacional, efetivando uma identidade pela pretensa unidade da nação.

Pela ordem histórica, a inscrição de nação — e não mais pátria — na formulação para ortografia em sua definição propõe recuperar o efeito de se alcançar uma identidade na qual os habitantes dessa nação pudessem — pela ortografia e pela língua — reconhecer-se como povo.

Para a produção desse efeito de sentido, apoiamo-nos no que afirma Zandwais (2013) ao tratar das Línguas Nacionais como objetos de unidade, uma vez que são idealizadas, serviriam de fundamento para a construção de uma consciência nacional. Nessa direção, a ortografia, juntamente com a língua e com a literatura contribuiriam para regular uma homogeneidade na diversidade, “é preciso fabricar o mito da unidade linguística, quer através da seleção de um padrão vernacular quer de uma literatura ‘comum’ que sirva de referência à construção de um imaginário de ‘memória nacional’” (ZANDWAIS, 2013, p. 273). A escolha de um modo do funcionamento da língua serviria para

a efetivação dessa memória nacional que, segundo a referida autora, funcionaria como uma possibilidade para a produção de um imaginário de nação, no instante em que resgata uma memória histórica no ensejo de sua heterogeneidade. Assim, a noção de ortografia, regulada por ser a representação de um funcionamento da língua dessa nação, abarcaria essa memória nacional no momento em que se pretende uma homogeneidade da Língua Portuguesa pela ortografia, tomando a língua como o comum dessa nação.

Pela ordem do político, essa normatização — escolha de um funcionamento da língua — que irá repercutir na ideia de uma unidade, pois ao trazer o embate do funcionamento das línguas, daquilo que é da norma e daquilo que é do uso, permite a criação desse efeito de unidade. A unificação da forma escrita realçaria o político, que “se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos (GUIMARÃES, 2002, p. 17). A ortografia dada pela prescrição de uma norma pretende igualar os modos de escrita da língua e, conseqüentemente, os sujeitos. Esse movimento acaba por instaurar um efeito naqueles que produzem a ortografia — normatizada — de pertencimento a totalidade, de todos do povo ou da nação.

Como dissemos, as SDs 13 e 14 possibilitam-nos analisar diversos efeitos de sentidos, assim, além da questão histórica e do funcionamento do político, pela inscrição de nação e povo, a presença de uma noção de Língua nos permite verificar uma concepção científica no processo discursivo. Da relação entre ortografia e Língua dada pela definição do que seria a ortografia, discursiviza-se um conceito de Língua.

Quadro XV: Recorte: noção de Língua (Capítulo I e II): SD15

SD15

1º Uma língua é um facto social; não depende do capricho de ninguém alterá-la fundamentalmente.

2º Como facto social é um produto complexo, variável por evolução própria da sociedade cujas relações serve.

Como apontamos na parte 2.1, a inscrição desse conceito de Língua possibilita, diante de nosso arquivo, considerar o texto analisado como um discurso fundador da relação Língua-ortografia. Destacamos, ainda, que se recupera uma definição apoiada em estudos e reflexões que, posteriormente, proporcionariam o desenvolvimento da ciência linguística divulgada pela obra: Curso de Linguística Geral, a partir das pesquisas de Saussure.

Retomando a proposição dos eixos colocada por Courtine (2009), compreendemos que, na confluência entre os eixos (vertical, da constituição, e horizontal, da formulação) está aquilo que pode/deve ser dito, promovendo um jogo no qual os efeitos de sentidos se constituem. A noção de ortografia como sistema de escrita que representa a Língua, recebendo essa a definição proposta na SD15, acaba por inscrever, no eixo da formulação, um saber que, embora ainda não legitimado pela linearidade do eixo horizontal — uma vez que tal premissa para Língua passa a ser referendada com a publicação do Curso de Linguística Geral —, está presente no interdiscurso, no eixo da constituição, pois “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2015, p. 31).

Apresenta-se, então, o comparecimento, na horizontalidade, de algo do vertical, do interdiscurso, instaurando, na formulação, para ortografia, uma posição ideológica que a filia em uma FD do domínio discursivo da ciência. Essa filiação pode ser comprovada quando se ressalta no discurso as seguintes proposições: “ortografia científica e uniforme” (SD 3) e “ortografia **uniforme e cientificamente sistemática**” (SD 7)

Estudara noção de ortografia em uma formulação que inscreve um conceito de Língua, tomada em uma abordagem científica, rompe com as formulações até então inscritas. Para melhor observar esse deslize e essa ruptura, recuperamos nos textos portugueses de nosso arquivo que tratam da questão ortografia as inscrições em que há uma formulação para ortografia; abaixo segue tabela organizada pela leitura do arquivo.

Tabela 2 Formulação da noção de ortografia no arquivo

Texto	Formulação de ortografia
Orthographia da lingua portuguesa: obra vtil&necessariaassi pera bem screuer a lingoespanhol como a Latina &quaesquer outras que da Latina teem origem (1530), de Duarte Leão;	Ortografia é ciência de bem escrever qualquer linguagem: porque por ela sabemos, com que letras se hão de escrever as palavras. E diz se de Orthos, que quer dizer direito e grafo, certo, como se disséssemos ciência de diretamente escrever.
Gramatica da Lingoagem Portuguesa (1536), de Fernão de Oliveira;	Confessamos ser verdade o que diz Adarco Varrão nos livros de etymologia que se mudão as vozes e com elas e também necessário que se mude as letras: mas não com tão pouco respeito como agora alguns fazem que como chegão a Toledo: logo se não lembram de sua terra a que muito devem. E em vez de apurarem sua língua a corrompem com empecilhos: nos quais não são perfeitos.
Ortografia da LinguaPortugueza (1600), de Franco Barretto;	Ortografia é arte de bem escrever qualquer language, isso e, de se escrever as palavras, e as vozes com as letras por uma outra, né alguma de mais, ou de menos: porque assim como é um corpo humano não estará bem uma perna de leão, ou uma cabeça de cavalo, assim a escritura não estará bem que se metam outras letras, senão aquelas que diretamente lhe convém para sua significação.
Orthographia (1741), de Madureira Feijó;	Ortografia, ou ortografia é aquela Arte, que ensina a escrever com acerto nas letras, de que se compõem as dicções; na divisão, que se faz das palavras, quando não cabem inteiras no fim das regras; nos pontos, e virgulas, com que se divide o sentido das orações.

Fonte: Elaboração da autora. Ortografia atualizada por nossa conta.

Nesse recorte, para a noção de ortografia, ressoa um efeito de memória, isso quando analisamos a presença de um conjunto relacionado, ou seja, formulações que se repetem. Acrescentamos que tal efeito de memória se dá por um processo parafrástico, em que a noção para ortografia circula em torno de: arte e bem escrever; nesse processo, resgata-se, no eixo da formulação, os mesmos já ditos para a ortografia. Ainda, o efeito de memória sinaliza no arquivo o lugar de onde vem e de onde não vem as formulações para a noção de ortografia, o que nos permite reafirmar o texto em análise como sendo um discurso fundador, isso no instante em que ele deixa de (re)produzir do arquivo a definição de ortografia para fazer repercutir a relação Língua e ortografia do interdiscurso.

Nosso gesto de leitura e de interpretação dessa parte do arquivo é analisado à luz de Foucault (2008), que descreve o arquivo como:

longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio do discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, 2008, p. 147),

A partir do exposto acerca do arquivo e, diante da análise, que nos permite verificar uma singular formulação para ortografia nos discursos — instaurando uma regularidade em torno da repetitividade para a noção de ortografia que perpassa os efeitos de sentidos de: arte e bem escrever —, destacamos uma abertura nas diversas formulações, isso ao acrescentarmos a noção de ortografia que estamos trabalhando na SD13 e 14. Essas SDs inscrevem, na noção de ortografia, uma implicação com a Língua, que surge também conceituada, SD15; tal definição de Língua corrobora com a premissa divulgada no CLG, quando passa a ser entendida como objeto científico da linguística. Encontramos, pois, nessa inscrição de definição de Língua, um gesto que nos possibilita observar os dizeres em circulação no interdiscurso.

Outrossim, pelo arquivo exposto na tabela II, temos que a quebra na regularidade das formulações pela inscrição da relação ortografia e Língua — remontando a um conceito de Língua em processo de legitimação — não afeta a memória do arquivo. Esse movimento de rompimento com as formulações

produzidas para a noção de ortografia configura, em nosso entender, uma lacuna na memória do arquivo, dada pela saturação na inscrição de noções para a ortografia que se repetem. Para esse gesto de interpretação, recorreremos à noção de memória, segundo Courtine (1999), uma memória da esfera do discurso político implicando um vínculo com a história. Quanto ao discurso, tal concepção de memória nos possibilita verificar:

o discurso como lugar onde é possível observar os pedaços 'saturados' de lembranças de eventos históricos, alternando-se (de modo não-linear) com os espaços lacunares, onde ficam depositados os saberes a serem esquecidos. (PETRI, 2004, p. 55)

A memória, assim referida, está habitada por lembrança e esquecimento. Dessa maneira, a formulação de ortografia que fura o espaço saturado configura-se como o esquecido em meio ao repetido retorno da ortografia como arte e bem escrever. Contudo, basta vir à tona propostas de alteração da ortografia para romper o lacunar, o esquecido, estamos nos referindo aos questionamentos que se levantam de que a ortografia afeta a Língua.

No entanto, uma lacuna é um buraco que fica, um “defeito” no percurso que, por incomodar, requer que se cubra, produzindo com isso um efeito de apagamento. Podemos comprovar esse efeito ao consultarmos o que hoje se designa por ortografia. Para isso, consultamos dois dicionários²⁵, o **Dicionário Caldas Aulete Digital**, e o **Dicionário Houaiss Eletrônico**. Na sequência, abaixo trazemos as definições do referido verbete nos respectivos dicionários.

²⁵ Recorremos ao dicionário por reconhecer nele, mais do que um instrumento normativo, uma possibilidade de observação do léxico, sendo compreendido, perante nossa filiação teórica, como um “objeto discursivo” (NUNES, 2001, p. 101), capaz de recuperar “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade” (NUNES, 2001, p. 101).

Quadro XVI: Definição verbete ortografia (Dicionário Caldas Aulete Digital)

s. f. || a parte da gramática que ensina as regras da boa escrita das palavras; arte de escrever com os caracteres e sinais consagrados pelo uso. || Maneira de escrever as palavras: *Ortografiaviciosa*. || (Arquit.) Representação geométrica da elevação ou fachada de um edifício com as suas dimensões normais reduzidas e com as suas partes na verdadeira proporção. || (Geom.) Projeção ortogonal. || Erro de ortografia 1. erro cometido no modo de escrever uma palavra. || Ortografia etimológica 1. o modo de escrever as palavras com as letras fundamentais que elas tinham na língua mãe. || Ortografia fonética 1. ou *sônica*, o modo de escrever as palavras empregando só as letras que correspondem aos sons. F. gr. *Orthographia* (escrita correta).

Quadro XVII: Definição verbete ortografia (Dicionário Houaiss)

Substantivo Feminino Datação: 1540

1. Rubrica: ortografia

Conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tônicas, abertas ou fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e motivados por tais funções etc.

1.1 Rubrica: ortografia

o estudo dessas regras

2. Rubrica: ortografia

m.q GRAFIA (representação)

3. Rubrica: geometria

m.q PROJEÇÃO ORTOGONAL

4. Rubrica: desenho, arquitetura

Desenho de uma fortificação, objeto ou edifício, com projeção em alçado

A significação para a ortografia apresentada nos dicionários repercute a rede tecida no século XIX, ou seja, os efeitos de sentidos relacionados à arte, à gramática e à norma, ao correto, por estarem disponíveis no arquivo, retornam, fazendo ressoar a “memória de arquivo” (ORLANDI, 2010) — que tem seu

processo de significação formalizado quando as instituições, por exemplo, as Escolas, fomentam a sua circulação.

Nessa rede de sentidos que se (re)produzem, a formulação da noção de ortografia de nosso objeto se caracteriza como uma brecha, pois deixa ver a ortografia em relação à língua, tomada como um objeto da ciência. Esse buraco na rede, contudo, não afeta os modos de dizer sobre a ortografia, delimitados pela memória de arquivo, como verificamos pela busca ao verbete nos dicionários.

Em síntese, o que fica para nós, nessa sondagem, é que o arquivo, conforme propõe Foucault (2008), orienta o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares, fazendo com que os ditos não se acumulem em coisas amorfas, tampouco se inscrevam em linearidades sem rupturas, desaparecendo ao acaso, mas que se reúnam para manter, ou não, as regularidades. Desse modo, a formulação de ortografia, relacionada à língua da ciência, inscreve-se como um rompimento na regularidade do arquivo e não chega a se constituir como parte da formulação que se mantém atualmente para ortografia. No entanto, esse dizer está no interdiscurso e, mesmo não sendo recuperado na linearidade da formulação, permanece no eixo da constituição, ecoando na memória. Esse eco rompe na memória no instante em que, ao se instituir uma alteração ortográfica, por um acordo ortográfico, discute-se a reverberação dessa alteração na Língua. Nesse momento de adaptação e, diríamos, até mesmo de aceitação das mudanças na forma escrita, o caráter científico, dado pela presença da concepção de Língua, repercute na formulação para ortografia, acrescentando um aspecto científico também para a ortografia, que deixa de ter o sentido até aquele momento reproduzido pela memória de arquivo, de arte, de correta, para significar em relação à Língua.

Avançar e modernizar são algumas das características de uma reforma que, de forma geral, busca implementar uma outra/nova forma, para isso atualiza/altera preceitos vigentes; parte-se, em uma reforma, de algo construído na intenção de melhorá-lo, sua ação requer a troca/substituição de princípios que passam a ser preconizados como ultrapassados. Com isso, planejar uma reforma na ortografia, inscrevendo-a na FD da ciência, dinamiza

uma discussão que desprende a ortografia de uma noção alicerçada na impressão estética e normativa, resignificando-a como um conhecimento científico. A ortografia, então, é mais do que a prescrição de regras, almejar uma pretensa uniformização da escrita da Língua Portuguesa seria também servir a interesses quando em sua formulação comparecem questões políticas, educacionais e econômicas, ecoando em demandas relativas a pertencimento, exclusão, normas, progresso e ciência.

DO QUE TEMOS....(CONCLUSÃO EM PROCESSO DE RUMINAÇÃO)

Início esta parte conclusiva da dissertação considerando a necessidade de um tempo maior para a ruminação²⁶, posto que todo estudo requer, após o término da escritura, um instante de afastamento seguido de um movimento de retomada, momento esse em que o dito/escrito se (re)significa para o sujeito pesquisador.

No entanto, diante da proposição de apresentar esta parte, tomada como uma das fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, convém destacar que em meu curto processo de ruminação, no qual refletia sobre a ingestão tanto da teoria quanto das relações dessa com o objeto, ocorreu um acréscimo ao cardápio de mestranda, o *menu* passou a acomodar a posição de professora que assumi na educação básica para o ensino da Língua Portuguesa, no segundo semestre do ano de 2017, concomitante com a redação final deste trabalho de mestrado. Esse novo alimento carregou de sabor meu fazer científico, admito que, se fosse para iniciar hoje a minha escrita sobre o tema ortografia, a elaboração do prato, a dissertação, seria uma outra especiaria (produto). Contudo, mesmo sendo acrescido ao final da escrita, o ingrediente da docência engrossou as reflexões, movimentando e movimentando-se no caldo então iniciado.

Assumindo a posição de professora, passei a observar a ortografia no seu preparo, isto é, nas produções textuais/orais dos estudantes do ensino fundamental, atentando para os efeitos que ela produz ao ser tomada como o correto uso da Língua. Desse modo, o tema ortografia, que antes me revolia com as questões de meu nome funcionando de uma maneira particular e íntima, abocanha essa atividade docente salivando-me de indagações. Destaco, especialmente, duas questões que borbulham nesse fazer, emanando uma nuvem de vapores que, ao mesmo tempo em que seduzem pelo aroma,

²⁶Recupero o termo de Irène Fenoglio (2013), que o aborda em **Manuscritos de Linguística e Genética Textual**, obra em que a autora analisa manuscritos de Benveniste. Em nota, salienta-se que o termo “ruminar” é adotado de acordo com o que coloca Le Robert, assim temos que ruminar seria: “repassar uma coisa em seu espírito, submeter várias vezes à atenção”. (FENOGLIO, 2013, p. 41)

deixam a visão opaca. A primeira seria sobre como o não compartilhar da norma na escrita, que traz, como consequência, a construção de um imaginário depreciativo do sujeito, mas que mesmo sendo colocado à margem da regra, mensurado, portanto, como aquele que não sabe escrever, esse sujeito redige seu discurso e estabelece relações com seu leitor, interlocutor. A segunda seria sobre como esse estar fora da ortografia produz no sujeito uma resistência para a escrita e, ainda que ela se dê, é carregada de pausas para conferir o modo “certo” de redigir a palavra ou para recuperar uma memória da escrita da palavra ou, o mais frequente, associar a escrita da palavra à oralidade; o sujeito resiste ao que é duro (orto), mas toma posição de autor na produção de seu discurso. A contradição entre estar dentro e estar fora da correta ortografia da língua é vivenciada na escola, foi experimentada por mim, neste momento da minha história como a “professora”, aquela que detém o saber e que “corrige” as produções dos discursos escritos.

Olhar para as produções dos estudantes, entendendo o texto como discurso que funciona em sua historicidade, produzindo efeitos de sentidos que podem ser sempre outros e que nesse ínterim o sujeito se constitui sob dadas condições sócio-históricas e com um imaginário de língua bem específico, tendo que modalizar as marcas linguísticas da (orto)grafia para se adequarem ao padrão exigido pelo Estado, conjurou em mim uma dupla face. Se, por um lado, deliciava-me com a análise dos usos mobilizados, recuperando os possíveis efeitos de sentidos que interpelaram o sujeito na/para (sua) produção (orto)gráfica, por outro lado, sentia-me na necessidade de que aquele sujeito viesse a compartilhar da norma, uma vez que seu uso autoriza o acesso às esferas particulares da sociedade, como o ingresso em universidades e a possibilidade do atendimento de seus direitos. Mais do que promover a Análise de Discurso a uma metodologia para ensinar a produção de discursos em sala de aula, creio que a teoria pode auxiliar na reflexão acerca da posição professora, revendo o imaginário do sujeito detentor do saber que determina as formas linguísticas, em oposição àquele que deve acatar as soluções, sem questionar os funcionamentos da língua.

Intrigada por essas demandas, o que temos em meio a essa névoa seria compreender como o sujeito com a (sua) (orto)grafia tem (sua) escrita

legitimada a partir de uma ortografia. Com isso, requeremos também saber como o compartilhar, ou não, da ortografia interfere nas práticas sociais e na constituição dos sujeitos. Declaramos essa premissa visando que, na produção de uma (orto)grafia, a norma, seja a da gramática, seja a da lei, funciona de modo peculiar — os sujeitos, no arranjo da sua (orto)grafia, mobilizam saberes que os constituem, possibilitando, pelo modo de ortografar, a formação de um imaginário que é dado, na maioria das vezes, em relação com a escolaridade desse sujeito que escreve.

Para expor tal interesse, nos valem do mecanismo da antecipação²⁷, visto que iniciamos pelas reflexões sobre a escrita, passando pela análise da formulação da noção de ortografia no objeto, para, por fim, provocarmos uma reflexão acerca do que uma (orto)grafia produz nos sujeitos e nas práticas sociais. Nosso gesto propôs (des)contruir o que conhecemos por ortografia, apreendendo-a como o nascimento da escrita; para isso, não buscamos um momento provável de sua criação, estabelecendo uma cronologia, mas sim, recuperaremos a historicidade da escrita resgatando o seu aspecto ortográfico. Tecemos, dessa maneira, no capítulo que versa sobre a escrita, uma rede de sentidos, colocando-a no entrecruzamento com a fala, a gramática, a escritura, a política e a língua, para entrelaçar, nessa trama, a ortografia. Os diversos e diferentes fios que trançam essa rede nos fazem saber que a ortografia movimenta, pela escrita de uma língua, efeitos de sentidos e sujeitos, sendo tomada como, além de uma uniformização das palavras, um objeto que significa em e para sujeitos.

O que fica das leituras que realizamos é que o contato com materialidades textuais produzidas em tempo-espaco outro possibilitou a descoberta das diferentes formas de se redigir uma palavra, seja essa diversidade inscrita em uma mesma Língua ou na comparação entre Línguas. Dessas constatações, a ortografia passa a ser compreendida como algo que

²⁷ Essa noção sugere que o sujeito coloca-se no lugar daquele que escuta suas palavras, com isso ele antecipa o que o outro quer ouvir, promovendo um mecanismo que regula a argumentação, “o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (ORLANDI, 2015, p. 37). Essa noção regula nossa proposta, que não se deteve em trazer somente os efeitos da ortografia nos sujeitos e na sociedade, mas antecipou possíveis indagações a ela, por exemplo, a escrita, que permite a sua realização.

acomodaria a oralidade na escrita, por meio dela analisam-se as regras organizadas na Língua e discutem-se os primeiros tratados ortográficos, iniciando, com eles, um gesto político da/com a ortografia. Os estudos que sucedem apontam para o desacordo, rompimento do elo entre a oralidade e a escrita, a pronúncia passa a não ditar mais a escrita de uma palavra. O sujeito busca, além do (re)conhecimento de uma pronúncia para a escrita da palavra, uma memória da forma escrita, seja pelo significado da palavra, seja pela busca da palavra primitiva. A escrita seria um meio simbólico tomado, em um primeiro momento, como algo que fixaria a fala para, em seguida, ser presumida conexa à historicidade da Língua, tendo a ortografia como o modo que reproduziria essas convenções.

Ademais, o acesso aos discursos com palavras desconhecidas da mesma ou diferente Língua gerou a realização de listas de palavras e, essas, direcionaram as produções dos dicionários e das gramáticas. As presentes tecnologias afetam o elo do sujeito com a língua, constituem imaginários de línguas e de sujeitos, ao mesmo tempo em que legitimam uma escrita juntamente com sua ortografia. Posto assim, olhar para a ortografia é atentar para uma história da Língua, na medida em que as primeiras gramáticas portuguesas, na tentativa de normatizarem as formas escritas, proporcionam, pelo debate que inauguram, uma análise via a historicidade.

Propomos neste trabalho acerca da ortografia, mais do que uma perspectiva histórica, uma sondagem dos efeitos de sentidos para a noção de ortografia, produzidos em um discurso que prevê a prescrição da necessidade e relevância de uma norma para o modo de escrever. Das divergências ortográficas que, a nosso ver, realçam as possibilidades de funcionamento da língua, formulam-se regras para um imaginário de Língua homogênea (a escrita) que, pela ortografia, reproduziria, ilusoriamente, uma unidade. Desse modo, a instauração de uma unidade pela norma, que aponta uma forma como correta, afeta a relação entre os sujeitos e suas práticas sociais, a ortografia expõe uma divisão entre aqueles que a seguem e aqueles que resistem, independentemente da ordem dessa relutância, isto é, pela falta ao acesso da forma prescrita ou por um gesto autoral no trabalho com a língua. Significa de modos diferentes para a sociedade o modo como o sujeito ortografa – sendo

para algumas classes sociais dado o “consentimento” em (re)produzir uma ortografia diversa da norma, enquanto para uma classe social de menor prestígio a inscrição de uma divergência ortográfica implica em pré-julgamentos que questionam o lugar de escrita desse sujeito. Há, juntamente, nessa divisão entre os sujeitos, pelo seu uso (orto)gráfico, uma gradação conferida pelo tipo e quantidade de divergências, conforme a recorrência e o afastamento da norma se constitui um imaginário desse sujeito, podendo ser tomado, por exemplo, como um sujeito que não completou a educação básica ou um sujeito universitário.

Apresentando a (orto)grafia como possibilidade de divisão dos sujeitos, passamos a entendê-la como parte importante de uma política, isso porque, por meio de seu uso, as práticas sociais são (re)significadas, estendendo-se desde as produções escritas/orais dos sujeitos, até as tiragens editoriais que necessitam de uma atualização.

A ortografia então passa a ser tomada como simbólica, significando e dividindo sujeitos no instante em que afeta as práticas sociais, mas indagamos: como ela adquire esse *status*? Buscando respostas em nosso arquivo selecionamos um documento que nos permitisse verificar como se dá a formulação da noção de ortografia, de modo que gerasse a efetivação de uma proposta até se chegar na promulgação da obrigatoriedade, por meio da legislação, do uso de uma determinada ortografia para a Língua Portuguesa.

Na análise discursiva da noção de ortografia, formulada em nosso objeto, encontramos um atravessamento de FDs, ou seja, são referidos saberes da ciência, da religião e da *publicidade/propaganda*, esses compõem um todo que pretende inaugurar um debate acerca da ortografia. Para isso se dar, atestamos a presença, tanto dentro das FDs quanto em suas fronteiras, de regularidades que inscrevem o sujeito/povo português, bem como a pátria/nação portuguesa. Pela mobilização dessas FDs, a ortografia desponta como algo capaz de unir a nação, fomentando uma Língua Nacional, ao se instituir uma ortografia “portuguesa” se pretende apagar a heterogeneidade da língua perante o povo português, visto a presença linguística do Galego e, da (ex)colônia, Brasil, que se construía uma língua independente do colonizador.

Inscrita em um discurso reformista, a proposta ortográfica prevê a determinação de um modo para se escrever as palavras e, para tanto, mobiliza os sujeitos e o Estado, de modo que o sujeito passe a reconhecer na ortografia uma identidade, enquanto para o Estado a efetivação dessa potencializaria um mecanismo capaz de controlar a língua. Verificamos nas análises que as ideias para a reforma ortográfica são construídas por regularidades que saturam pela repetição, contudo, há um ponto de fuga dado pela associação da ortografia com a Língua; essa última surge definida recuperando dizeres do interdiscurso, dizeres que iniciam uma produção do conhecimento, mesmo em processo de legitimação. Como demonstramos na tabela II, a noção de Língua, formulada em nosso objeto, rompe os conceitos até então organizados: temos o funcionamento do novo/diferente ressoando no significado da noção de ortografia e esta, por sua vez, passa a ser significada como algo também científico, capaz de suscitar a produção do conhecimento, deixando de ser tomada em referência ao belo, ao correto para estabelecer uma relação com a Língua.

Por mais que essa noção de ortografia inscrita em um vínculo com a Língua, como fato social complexo, passível de mutabilidade e imutabilidade, manifeste-se como algo singular, ela não é significada nos dizeres, como comprovamos na consulta aos dicionários. No entanto, esse furo na rede, permite que a ortografia seja contemplada pelo aspecto científico, sendo essa relação com tal conceito de Língua revisitado quando, nas propostas de alterações ortográficas, prevê-se uma mudança na Língua. Assim, essa formulação “lacuna” para ortografia, em relação as regularidades, constitui-se como um discurso ausente que se faz presente pela memória discursiva.

Sugerimos, após esse breve repassar, ou ruminar, a (orto)grafia, como um objeto simbólico que significa para/por sujeitos, possibilitando a compreensão de uma hierarquização, sobretudo, no momento em que a temos enquanto parte essencial de uma política que promove a divisão dos sujeitos. O elo da ortografia com a Língua está inscrito e nosso objeto recupera essa possibilidade. O sistema formal apresenta uma ligação com a ortografia, como já mencionamos, fato que repercute na estranheza (dificuldade) em aceitar os Acordos Ortográficos, pois suscitam modificações na Língua, afetando as

implicações de pertencimento. Acrescentamos, diante da teoria que seguimos, que a (orto)grafia em nosso trabalho recupera uma relação com a noção de língua da Análise de Discurso. Dessa maneira, por ser a (orto)grafia tratada como parte de uma política, capaz de constituir e dividir os sujeitos, encontramos nesse (re)arranjo uma divisão da língua, posto que a noção de língua, a qual nos filiamos, permite reparar em uma produção inscrita na norma, e uma no uso.

Para finalizar nossa investigação, expomos que a (orto)grafia em seu funcionar simbolicamente como parte de uma política, separa sujeitos e, por meio do uso da língua do mesmo modo dividida, permite que se constituam em diferentes formações imaginárias. Ainda, a ortografia que surge como um meio de, ilusoriamente, unir a nação portuguesa, visto as influências do Galego e do português brasileiro, preserva, ainda nos dias de hoje, esse propósito, basta refletirmos acerca do funcionamento do VOC (Vocabulário Ortográfico Comum), uma plataforma digital que reúne países de Língua Portuguesa oficial pelo aspecto da ortografia, reproduzindo o imaginário de Língua una, agora envolvendo diferentes nações.

Com o acréscimo desses últimos temperos, servimos o alimento à mesa na expectativa de que ele produza em algum momento naquele que o degusta um processo de ruminação, isto é, que algo dele fique e seja repassado, fermentando para outros preparos. Para mim, o que se inicia é a compreensão de que o fazer científico se dá por um processo que sempre deve ser submetido à reflexão. Particularmente, o meu teve início a partir da minha posição de pesquisadora, submetendo a atenção nas questões da ortografia de meu nome, para depois atentar acerca dessas possibilidades na prática escrita/oral de estudantes, na posição de professora. Moviada pela busca por compreender como se dá o funcionamento, bem como o que produz a (orto)grafia (re)arranjada pelos sujeitos, não encerro uma receita, ao contrário, adiciono mais elementos para render outras apreciações. Para isso, trago uma imagem que fotografei de uma faixa de loja de roupas do litoral Gaúcho. Questiono o funcionamento da (orto)grafia na língua, nesse nome, bem como, pergunto-me: em qual Língua devemos ler a primeira palavra: a portuguesa ou a inglesa? E a partir dessa escolha teríamos um W ou um V?

Figura 2 :A (orto)grafia na/da língua.



Para encerrar, resta dizer que nesta dissertação despertamos para o tema no decorrer da escrita, sendo esse aguçado pela compreensão dos efeitos de sentidos da formulação da noção de ortografia, bem como pelos funcionamentos da escrita e da língua. Em vista disso, concordamos que comparece nessa pesquisa uma pequena parte daquela que o assunto nos convoca a refletir; há muito mais por compreender/fazer, as questões continuam em aberto e, a língua, a imaginária, segue a nos interpelar quando no interior das práticas sociais, como no caso desta produção da (orto)grafia no nome da loja.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução EniOrlandi. Campinas: Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras Incertas. As não-coincidências do dizer**. Tradução revisora técnica:EniOrlandi.Campinas:Editora da UNICAMP;1998.

_____.J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: **Entre a transparência e a opacidade, um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, [1982] 2004, p. 11-80.

BITTENCOURT, R, L, F. Impasses do arquivo: movimentos; In.:**Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. VENTURINI, M, C.(Orgs), Campinas, SP. Pontes editores, 2017.

CERVO, L, M; LISOWSKI, C. S. O direito à língua: uma análise da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. **IV Encontro Internacional de Pesquisadores de Políticas Linguísticas**, v. 1, p. 109-115, 2009.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo:Fundação Perseu Abramo. 2000.

CHILDS, H, L. **Relações públicas, propaganda e opinião pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1967.

COELHO, A. **A Língua Portuguesa: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe**. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1868. Disponível em: <http://purl.pt/141>, acesso em 20 junho 2017.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**.Tradução Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio deJaneiro: Presença; 1979.

COURTINE, J, J. O chapéu de Clémentis. Trad. Marne Rodrigues de Rodrigues.In:INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.)

Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzato. 1999, p. 15-22.

_____. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública.** São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. **Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos.** Trad. Cristina Campos Velho. São Carlos: Ed EDUSFCAR, 2009.

DERRIDA, J. **Gramatologia.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **A farmácia de Platão;** tradução Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DIAS, J. História das Ideias Linguísticas no Brasil: por uma reflexão sobre o movimento de edição do objeto histórico compêndio gramatical. Tecnologias de linguagem e produção do conhecimento **Coleção HiperS@beres**, V II, Dezembro, Santa Maria, 2009.

FARACO, C, A. **Norma Culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FENOGLIO, I. **Manuscritos de Linguística e Genética Textual:** quais os desafios para as ciências da linguagem?: exemplo através dos “papers” de Benveniste. Tradução Simone de Mello de Oliveira, Verli Petri da Silveira, Zélia Maria Viana Paim. Série Cogitare. Santa Maria, UFSM, PPGL-Editores, 2013

FIORIN, J. A internet vai acabar com a língua portuguesa. **Revista texto livre: linguagem e tecnologia.**v.1, n.1.2008.

_____. O acordo ortográfico: uma questão de política linguística. In: **Revista Veredas** on-line, ppg linguística/UFJ: Juiz de Fora, 2009. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo012.pdf>> Acesso em 10 mar 2016.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** Tradução: Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADET, F. Trapacear a língua; In: **Materialidades Discursivas**. CONEIN, B, et al (Orgs.), Campinas: UNICAMP, 2016, p. 185- 200.

GONÇALVES, M, F. **As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)**.(Coleção: Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.2003.

_____. Notas sobre o positivismo linguístico em Portugal no século XIX. In:**Diacrítica**, nº 18-1.Universidade do Minho.2004.

_____.Ortografia e ideologia: a geração sônica. In: SILVA, M. (Org.). **Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações**. São Paulo: Contexto, 2009, p 95-114.

GREGOLIN, M, R.A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. **Revista Alfa**. V39, São Paulo, 1995.

GUIMARÃES. E.**Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002

_____, **Os falantes e suas línguas: multilinguismo e ensino**.(Coleção Linguagem e Letramento em foco). Campinas: CEFIEL/Unicamp, 2008.

_____. Linguagem e Conhecimento: Produção e Circulação da Ciência.**Revista Rua** [online], n. 15, V. 2, p. 5-14, 2009. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=75>. Acesso em: 24 mar. 2016.

_____. Espaço de enunciação, Cena enunciativa, Designação.**Fragmentum (UFSM)**, v. 40, p. 49-76, 2014.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: HUCITEC, 1992.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. 4. ed.Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

_____. **A Era dos Impérios**. 13 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2011. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2088931/mod.pdf>. Acesso em 22 agosto 2017.

INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: _____ e LEANDRO FERREIRA, M. C. **Análise do discurso no Brasil, mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, p.163-172.

KEMMLER, R. Para a história da ortografia simplificada. In: SILVA, M. (Org.). **Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 53- 94

LAJOLO, M. “Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira”, In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996, p. 107- 123.

MAGALHÃES, B; MEDEIROS, V. Sujeito e língua: inscrição e contradição. Anais **VII SEAD**, 2015.

MALANGA, E. **Publicidade: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1979.

MARIANI, B.; SOUZA, T. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos?, In: GUIMARÃES, E e ORLANDI, E (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996, p. 85- 94.

MARIANI, B. **Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

_____. diversidade, desigualdade, diferença: línguas, política de línguas e memória. In: **XI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. 2013.

MARTINET, A. **Elementos de linguística geral**. Tradução portuguesa de Jorge de Moraes Barbosa, Lisboa: Sá da Costa, 1964.

MEDEIROS, V. A língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK. **Revista da Anpoll**, nº 25, 2008. Disponível em <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/63/57>> Acesso em 14 ago 2016.

_____ ; SOUSA, L. Em Pessoa: dobras da e na língua. **Polifonia**, v. 22, p. 115-133, 2015.

MONTEAGUDO, H. A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa. In.: In LOBO, T., CARNEIRO, Z., et al, (orgs). **Linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 51-64. Disponível em <<http://books.scielo.org>> Acesso em 23dez 2016.

NUNES, J H. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, E. (Org.). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes. 2001. p. 101-109.

_____. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 37, jul./dez. , p. 107-124, 2008.

ORLANDI, E, P. Segmentar ou recortar, In: **Séries Estudos**, n: 10. Faculdades Integradas de Uberaba.(linguística, questões e controvérsias). 1984.

_____, SOUZA, T, C, C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. Orlandi, E. (Org). In: **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988, p. 27- 40

_____. **Terra à Vista! discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Unicamp. 1990.

_____. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes. 1996.

_____. Ética e Política Linguística. **Revista Línguas e instrumentos linguísticos**.v. 11, 1998, p. 07-16.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (orgs.). **Sentido e memória**. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 57-68.

_____. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____. **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. **Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009.

_____. A contrapelo: inclusão teórica na tecnologia – discurso, eletrônica, escola, cidade. **Revista Rua**, n16, v2, Campinas. 2010.

_____. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação de Sentidos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania Mariani et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, [1969] 2014.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Unicamp, [1975] 2014.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. [et al.]. (orgs) **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, [1982] 1997, p. 55-66.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de Discurso: Michael Pêcheux**. Campinas: Pontes. [1984] 2001, p. 151- 162.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

_____; GADET, F. **A língua inatingível: o discurso na história da Linguística**. Campinas: Pontes, [1981] 2004.

PAGOTTO, G, E. O linguísta e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PAYER, M. A Memória da Língua. Entre a língua nacional e a língua materna. In: **II Seminário de Estudos em Análise de Discurso, II SEAD**, Porto Alegre, 2005. Disponível em <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaOnicePayer.pdf>> Acesso em 17 maio 2016.

PETRI, V. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: **Revista Letras: Corpus**, Análise de Dados e Cultura Acadêmica, nº 21, p. 121-125, jul./dez, 2000.

_____. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. 322 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.

_____. A emergência da ideologia da história e das condições de produção norefaciamentodosdicionários. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 329-336

_____. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: _____; Dias, C. **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, 2013, p. 39-48.

_____; CERVO, L, M, A presença de Saussure na obra de Michel Pêcheux: reflexões sobre a noção de língua. In: NAGEM, Gláucia; BALDINI, Lauro J. S.; SOUSA, Lucília M. A. e. **A palavra de Saussure**. 2016.

PLATÃO. **Fedro ou da beleza**. Lisboa, Guimarães editores, 1994.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: 34, 1995.

RABAÇA, C A e BARBOSA, G. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RIBEIRO, P,A,J. Introdução. In.:**Estudos de Fonética Portuguesa de Gonçalves Viana**. Lisboa:Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1973.

RIBEIRO, S.**Linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 51-64

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed., São Paulo: Cultrix, 2012.
SCHERER, A. As inquietudes discursivas de um orientador. In: _____. (Org.). **Discurso: circulação, fragmentação e funcionamento**. Santa Maria: UFSM; CAL; PPGL; Laboratório Corpus, 2006, p. 9-20.

SILVA, M. A escolarização da língua nacional. In: In: ORLANDI, E. P. (Org.) **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007, p.141- 162.

SILVA SOBRINHO, J. S. Acordo ortográfico e a unidade imaginária da língua portuguesa. **Revista do GEL** (Araraquara), v. 6, p. 232-242, 2009.

SURDI, M,I; **Gramática normativa: movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2010.

TEYSSIER, P. **A história da Língua Portuguesa**.Tradução de Celso de Cunha.
São Paulo: Martins Fontes, 1982.

ZANDWAIS, A. Como caracterizar uma nação. In: Dias, C; Petri, V. **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, 2013, p. 263-274.

ZOPPI FONTANA, M.G. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 36, 2015, p. 221-243.

Dicionários consultados:

CALDAS AULETE, F, J. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 4 ed. Lisboa: Lexikon. 1985.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, 2009, em CD.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, 1 ed.
Academia, Rio de Janeiro, 1955.